



Cartas de Desporto de Natureza.

Contributo para um Modelo de Gestão e Monitorização.

Ana Isabel Mourisco de Oliveira Alves

Dissertação de Mestrado em Desporto

Especialização em Desporto de Natureza

Orientadora: Professora Doutora Maria Luisa Estêvão Rodrigues

Co-orientador: Professor Doutor Luis Alberto Dias Carvalhinho

Fevereiro, 2012

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Desporto, especialização em Desporto de Natureza da Escola Superior de Desporto de Rio Maior.

À minha família.

RESUMO

Este estudo tem como referencial o Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros (PNSAC), um dos treze Parques Naturais que integram a actual Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP) e procura contribuir para a definição de um modelo conceptual, ao nível dos Planos de Gestão e Monitorização das Cartas de Desporto de Natureza (CDN).

Os Planos de Gestão e Monitorização das CDN decorrem da Portaria nº 53/2008, de 18 de Janeiro e deverão ser elaborados pelo Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ICNB), ouvidas as entidades competentes em razão de matéria, dois anos após a publicação das respectivas CDN. São duas as CDN existentes à data, publicadas em 2004 e 2008, respectivamente a CDN do PNSAC e a CDN do PNSC encontrando-se em fase de revisão, sem que até agora tenham sido elaborados os referidos planos.

O modelo proposto tem por base o estudo de caso da “Carta de Desporto de Natureza do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros” (CDN do PNSAC) e procura dar resposta à necessidade de criar uma plataforma de articulação entre todos os *stakeholders* directamente envolvidos na gestão e na monitorização das actividades de turismo de natureza dentro da Área Protegida (AP), de forma a que o processo de gestão/monitorização seja mais adequado, na óptica do desenvolvimento sustentável.

Tem como objectivos específicos: 1) identificar planos de gestão e monitorização aplicados ao Desporto, Turismo e Ambiente; 2) identificar instrumentos reguladores das actividades desportivas, turísticas e de turismo de natureza no contexto nacional, cuja articulação possa contribuir para uma melhor gestão das ATN; 3) avaliar a CDN do PNSAC na perspectiva dos *stakeholders* através de análise SWOT; 4) caracterizar as ATN, dos recursos e dos *stakeholders* envolvidos na criação, implementação e gestão da CDN do PNSAC, entre 2004 e 2009.

A aplicabilidade deste modelo ao nível da RNAP, poderá permitir fazer uma avaliação transversal das CDN implementadas, de forma a retirar conclusões mais abrangentes, que possam informar as metodologias e as estratégias de gestão mais adequadas.

Palavras-Chave: Gestão, Monitorização, Actividades de Desporto de Natureza, *stakeholders*, Turismo de Natureza.

ABSTRACT

This study has as reference the Natural Park of Serras de Aire e Candeeiros (Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros – PNSAC), one of the thirteen Natural Parks that are part of the National Network of Protected Areas in Portugal (Rede Nacional de Áreas Protegidas – RNAP), and aims to create a conceptual model for the Management and Monitoring Plans for the Letters of Nature Sports (Cartas de Desporto de Natureza – CDN).

The CDN Management and Monitoring Plans were passed by Portuguese Law (Portaria) no. 53/2008, on the 18th of January, and are due to be elaborated by the Institute of Nature Conservation and Biodiversity (Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade – ICNB) following the debate with the concerned entities two years after the publication of the corresponding CDN. The two existing CDN were published in 2004 and 2008 – the “CDN by PNSAC” (“Carta de Desporto de Natureza do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros”) and the “CDN by PNSC” (“Carta de Desporto de Natureza do Parque Natural de Sintra-Cascais”) respectively, which are being revised and whose plans are being drawn.

The model proposed in this study is based on the case study of the first CDN mentioned – the “CDN by PNSAC” – and aims to find a common platform of debate for all stakeholders involved in the management and monitoring of the nature activities within this Protected Area (Área Protegida – AP), hence contributing to a better sustainable development.

The specific goals of this model are: 1) to identify management and monitoring plans applied to Sports, Tourism and Environment; 2) to identify mechanisms that regulate Sport, Tourism and Nature activities within the Portuguese territory and whose interconnection may contribute to a better management of the Nature Tourism Activities (Actividades de Turismo na Natureza – ATN); 3) to evaluate the “CDN by PNSAC” in the perspective of the stakeholders by means of a SWOT analysis; 4) to characterise the ATN, the resources and all stakeholders involved in the creation, implementation and management of the “CDN by PNSAC”, between 2004 and 2009. The implementation of this model in the RNAP may enable a transversal evaluation of the CDN applied, and consequently lead to more comprehensive assumptions that may convey the best methods and strategies of management.

Keywords: Management, Monitoring, Nature Sports Activities, stakeholders, Nature Tourism

AGRADECIMENTOS

A todos os que de alguma forma, contribuíram e permitiram que fosse possível chegar ao fim deste trabalho, os meus sinceros agradecimentos.

Aqueles que de uma maneira mais próxima me acompanharam neste desafio, gostaria de destacar:

- A Professora Doutora Luisa Rodrigues, pela orientação científica e pelo rigor do conhecimento transmitido
- O Professor Doutor Luis Carvalhinho pelo incentivo
- A Lena e a Júlia, pela Amizade e disponibilidade
- Aos colegas do PNSAC, pelo apoio
- A minha família e amigos, pelo encorajamento e pela compreensão
- Em especial ao João Pedro, à Mariana e ao Alcides, por tudo!

Índice Geral

RESUMO.....	V
ABSTRACT	VI
AGRADECIMENTOS	VII
ÍNDICE GERAL.....	4
ÍNDICE DE FIGURAS	6
ÍNDICE DE QUADROS.....	7
ÍNDICE DE ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS	8
ÍNDICE DE ANEXOS.....	11
INTRODUÇÃO.....	12
<i>Enquadramento do tema e pertinência do estudo.....</i>	<i>12</i>
<i>Problemática da investigação e objectivos</i>	<i>12</i>
<i>Metodologia e estrutura da dissertação</i>	<i>15</i>
I PARTE – REVISÃO DA LITERATURA	18
1. ENQUADRAMENTO.....	19
2. PLANOS DE GESTÃO.....	21
2.1. <i>Planos de Gestão, aplicados ao Turismo</i>	<i>21</i>
2.2. <i>Planos de Gestão aplicados ao Ambiente</i>	<i>24</i>
3. PLANOS DE MONITORIZAÇÃO	28
3.1. <i>Impactes Ambientais.....</i>	<i>30</i>
3.2. <i>Capacidade de Carga.....</i>	<i>31</i>
4. INSTRUMENTOS REGULADORES DAS ACTIVIDADES DESPORTIVAS, TURÍSTICAS E DE TURISMO DE NATUREZA	33
4.1. <i>Actividades Desportivas</i>	<i>33</i>
4.1.1. A “Carta Europeia do Desporto”	33
4.1.2. O “Atlas Desportivo Nacional” versus “Carta Desportiva Nacional”	33
4.1.3. A “Carta dos Espaços Naturais de Recreio, Desporto e Turismo”	36
4.1.4. A Carta Desportiva Municipal.....	40
4.2. <i>Actividades Turísticas</i>	<i>41</i>
4.2.1. O PENT.....	42
4.2.2. Enquadramento legal do Turismo de Natureza.....	44
4.3. <i>Actividades de Turismo de Natureza</i>	<i>48</i>
4.3.1. Carta Europeia do Turismo Sustentável	48
4.3.2. “Programa Nacional de Turismo de Natureza – PNTN”	50
4.3.3. Os “Planos de Ordenamento” versus “Cartas de Desporto de Natureza”	53
5. AS “CARTAS DE DESPORTO DE NATUREZA” EM PORTUGAL.....	60
5.1. <i>Fundamentos Teóricos e resultados práticos das CDN.....</i>	<i>60</i>
5.2. <i>Cartas de Desporto de Natureza em fase de publicação.....</i>	<i>63</i>
5.3. <i>Cartas de Desporto de Natureza publicadas.....</i>	<i>64</i>
5.3.1. Análise comparativa entre a CDN do PNSAC e a CDN do PNSC.....	65
5.3.2. A Carta de Desporto de Natureza do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros.....	76
II PARTE – ASPECTOS METODOLÓGICOS APLICADOS AO ESTUDO DE CASO DA CDN DO PNSAC.....	88
6.1. <i>6.1. Metodologia</i>	<i>89</i>
6.2. <i>Recolha documental.....</i>	<i>90</i>

III PARTE – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	93
6. BREVE CARACTERIZAÇÃO DAS ACTIVIDADES DE TURISMO DE NATUREZA NO PNSAC.....	93
7.1. Ano 2004	94
7.2. Ano 2005	96
7.3. Ano 2006	98
7.4. Ano 2007	99
7.5. Ano 2008	100
7.6. Ano 2009	101
8. RECURSOS DISPONÍVEIS	105
9. AVALIAÇÃO DA CDN DO PNSAC - ANÁLISE SWOT	111
9.1. Enquadramento.....	111
9.2. Metodologia	112
9.3. Caracterização dos Stakeholders.....	113
9.4. Procedimentos.....	115
9.5. 1º Workshop – 4 de Maio de 2010.....	115
9.6. “2º Workshop” – 18 de Junho de 2010.....	117
9.7. Análise e discussão dos resultados.....	119
9.8. Conclusões	132
10. PROPOSTAS PARA A CRIAÇÃO DE UM MODELO DE GESTÃO E MONITORIZAÇÃO	135
10.1. Plano de Gestão e Monitorização.....	135
10.2. Instrumentos de Monitorização	136
10.3. Instrumentos de Gestão.....	139
10.4. Divulgação (Plano de Marketing)	139
11. SUGESTÕES PARA ESTUDOS FUTUROS	141
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	143

ÍNDICE DE FIGURAS

<i>FIGURA 1 – EXISTENTE - RELAÇÕES ENTRE OS STAKEHOLDERS E O PNSAC</i>	13
<i>FIGURA 2 - PROPOSTA - RELAÇÕES ENTRE OS STAKEHOLDERS E O PNSAC</i>	15
<i>FIGURA 3 - MODELO DE PLANEAMENTO ESTRATÉGICO EM TURISMO, SEGUNDO COSTA, ET AL. (2006, P. 3092)</i>	22
<i>FIGURA 4 - FASES DE ELABORAÇÃO DE UM PLANO DE GESTÃO PARTICIPADO (ARAÚJO, 2010, P.9)</i>	25
<i>FIGURA 5 - CONTEXTO DE PLANEAMENTO PARA ÁREAS PROTEGIDAS, SEGUNDO DRUM (2002).</i>	27
<i>FIGURA 6 – EVOLUÇÃO NA ORGANIZAÇÃO REGIONAL DO TURISMO, DE ACORDO COM “PROPOSTA PARA REVISÃO NO HORIZONTE 2015 – VERSÃO 2.0”</i>	42
<i>FIGURA 7 – CDN DO PNSAC</i>	68
<i>FIGURA 8 – CDN DO PNSC</i>	72
<i>FIGURA 9 - RELAÇÕES ESTABELECIDAS NA BASE DE DADOS DO TN</i>	92

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1 - <i>HIERARQUIA DE INSTRUMENTOS DE GESTÃO</i>	27
QUADRO 2 - <i>PLANOS DE GESTÃO APLICADOS AO TURISMO E AO AMBIENTE, SEGUNDO VÁRIOS AUTORES</i>	28
QUADRO 3 - <i>INDICADORES PARA A QUALIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS DE RECREIO, DESPORTO E TURISMO, SEGUNDO A “CARTA DOS ESPAÇOS NATURAIS DE RECREIO, DESPORTO E TURISMO” (1987)</i>	30
QUADRO 4 - <i>CONTRIBUTOS DE VÁRIOS AUTORES, PARA O PM</i>	32
QUADRO 5 - <i>ACTIVIDADES RECREATIVAS, DESPORTIVAS E TURÍSTICAS NO PNSAC, DE ACORDO COM O ATLAS NACIONAL DO DESPORTO (1987)</i>	37
QUADRO 6 – <i>ACTIVIDADES RECREATIVAS, DESPORTIVAS E TURÍSTICAS VERSUS ACTIVIDADES DE TURISMO DE NATUREZA</i>	38
QUADRO 7 - <i>INSTRUMENTOS DE GESTÃO NA ÁREA DO DESPORTO</i>	41
QUADRO 8 - <i>ACTIVIDADES DE TURISMO DE NATUREZA / DESPORTO DE NATUREZA CONSIDERADAS NAS CDN EXISTENTES</i>	47
QUADRO 9 – <i>ANÁLISE SWOT ÀS AP, DE ACORDO COM O ESTUDO “PROGRAMA DE VISITAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA REDE NACIONAL DE ÁREAS PROTEGIDAS”, EFECTUADO PELA TTHINKTUR, ENTRE 2006 E 2009</i>	52
QUADRO 10 – <i>SÍNTESE DAS DEFINIÇÕES RELACIONADAS COM TN / DN, RETIRADAS DOS POAP’S</i>	55
QUADRO 11 - <i>REGULAMENTAÇÃO DAS ATN NOS PN, ATRAVÉS DOS POAPS</i>	57
QUADRO 12– <i>ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE AS ATN / ADN IDENTIFICADAS NA CDN DO PNSAC E NA CDN DO PNSC</i>	73
QUADRO 13 - <i>REPRESENTATIVIDADE DOS STAKEHOLDERS NA APRESENTAÇÃO DA CDN DO PNSAC E RESPECTIVO REGULAMENTO</i>	83
QUADRO 14 – <i>ATN REALIZADAS EM 2004</i>	94
QUADRO 15– <i>ACTIVIDADES REALIZADAS EM 2005</i>	97
QUADRO 16– <i>ACTIVIDADES REALIZADAS EM 2006</i>	98
QUADRO 17 - <i>ACTIVIDADES REALIZADAS EM 2007</i>	100
QUADRO 18– <i>ACTIVIDADES REALIZADAS EM 2008</i>	101
QUADRO 19– <i>ACTIVIDADES REALIZADAS EM 2009</i>	102
QUADRO 20 - <i>PRINCIPAIS ATN REALIZADAS ENTRE 2004 E 2009</i>	102
QUADRO 21- <i>DISTRIBUIÇÃO DAS ATN AO LONGO DO ANO</i>	103
QUADRO 22 - <i>PRINCIPAIS ENTIDADES PROMOTORAS DE ATN, ENTRE 2004 E 2009</i>	103
QUADRO 23 - <i>ENTIDADES LICENCIADAS ENTRE 2004 E 2009</i>	104
QUADRO 24 - <i>ALOJAMENTO</i>	106
QUADRO 25 - <i>ACTIVIDADES, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES DE ANIMAÇÃO – PERCURSOS PEDESTRES, SEGUNDO “ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO PARA O TURISMO DE NATUREZA NO PNSAC”</i>	107
QUADRO 26 – <i>ACTIVIDADES, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES DE ANIMAÇÃO - PARQUES DE MERENDAS, SEGUNDO “ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO PARA O TURISMO DE NATUREZA NO PNSAC”</i>	108
QUADRO 27 – <i>ACTIVIDADES, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES DE ANIMAÇÃO - PÓLOS DE ANIMAÇÃO, SEGUNDO “ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO PARA O TURISMO DE NATUREZA NO PNSAC”</i>	108
QUADRO 28 – <i>ACTIVIDADES, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES DE INTERPRETAÇÃO - CENTROS DE INTERPRETAÇÃO, SEGUNDO “ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO PARA O TURISMO DE NATUREZA NO PNSAC”</i>	109
QUADRO 29 - <i>ESTUDOS ANTERIORES QUE UTILIZARAM ANÁLISE SWOT</i>	112
QUADRO 30 - <i>1º WORKSHOP, REPRESENTATIVIDADE DOS STAKEHOLDERS</i>	116
QUADRO 31 - <i>2º WORKSHOP, REPRESENTATIVIDADE DOS STAKEHOLDERS</i>	117
QUADRO 33 - <i>ANÁLISE DA APLICAÇÃO DO MODELO SWOT À CDN DO PNSAC</i>	125
QUADRO 34 - <i>SÍNTESE DA MATRIZ SWOT</i>	131

ÍNDICE DE ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS

ADN	Actividades de Desporto de Natureza
ADSAICA	Associação de Desenvolvimento das Serras de Aire e Candeeiros
AP	Área Protegida
ATA	Actividades de Turismo Activo
ATN	Actividades de Turismo de Natureza
CC	Capacidade de Carga
CETS	Carta Europeia do Turismo Sustentável
CDN	Carta de Desporto de Natureza
CDN do PNSAC	Carta de Desporto de Natureza do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros
CDN do PNSC	Carta de Desporto de Natureza do Parque Natural de Sintra Cascais
DGD	Direcção Geral dos Desportos
DN	Desporto de Natureza
ENCNB	Estratégia Nacional da Conservação da Natureza e da Biodiversidade
ICNB	Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade
IDP	Instituto do Desporto de Portugal
ITP	Instituto do Turismo de Portugal
PENT	Programa Estratégico Nacional de Turismo
PG	Plano de Gestão

PGE	Plano de Gestão de Ecoturismo
PM	Plano de Monitorização
PN	Parque Natural
PNA	Parque Natural do Alvão
PNAr	Parque Natural da Arrábida
PNDI	Parque Natural do Douro Internacional
PNLN	Parque Natural do Litoral Norte
PNM	Parque Natural de Montesinho
PNPG	Parque Nacional da Peneda-Gerês
PNRF	Parque Natural da Ria Formosa
PNSAC	Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros
PNSC	Parque Natural de Sintra-Cascais
PNSE	Parque Natural da Serra da Estrela
PNSSM	Parque Natural da Serra de S. Mamede
PNTI	Parque Natural do Tejo Internacional
PNTN	Programa Nacional de Turismo de Natureza
PNVG	Parque Natural do Vale do Guadiana
PO	Plano de Ordenamento
POPNSAC	Plano de Ordenamento do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros
PPAFCC	Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica
PPSA	Paisagem Protegida da Serra do Açor

RN 2000	Rede Natura 2000
RNAAT	Registo Nacional dos Agentes de Animação Turística
RNAP	Rede Nacional de Áreas Protegidas
RNB	Reserva Natural da Berlenga
RNDSJ	Reserva Natural das Dunas de S. Jacinto
RNES	Reserva Natural do Estuário do Sado
RNET	Reserva Natural do Estuário do Tejo
RNLSAS	Reserva Natural das Lagoas de Santo André e Sancha
RNM	Reserva Natural da Malcata
RNPA	Reserva Natural do Paul de Arzila
RNPB	Reserva Natural do Paúl do Boquilobo
RNSCMV	Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e Vila Real de StºAn
SIG	Sistema de Informação Geográfica
SNPRCN	Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza
SWOT	<i>Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats</i>
TN	Turismo de Natureza

ÍNDICE DE ANEXOS

ANEXO 1 - DEFINIÇÕES RETIRADAS DOS POAPS,	149
ANEXO 2 - REGULAMENTAÇÃO DAS ATN.....	156
ANEXO 3 - FICHA DE RELATÓRIO DE ACTIVIDADES SEMESTRAL,.....	173
ANEXO 4 - RESPOSTAS DAS AP EM 1998	175
ANEXO 5 - CRIAÇÃO DO GRUPO PILOTO	178
ANEXO 6 - GRUPOS DE TRABALHO	180
ANEXO 7 - MATRIZ DE COMPATIBILIDADES.....	182
ANEXO 8 - MATRIZ DE COMPATIBILIDADES. ATN	184

INTRODUÇÃO

Enquadramento do tema e pertinência do estudo

Este estudo insere-se no Mestrado de Desporto, especialização em Desporto de Natureza, ministrado na Escola Superior de Desporto de Rio Maior, cujos objectivos passam por desenvolver metodologias e instrumentos de produção e de aquisição de conhecimento, competências na investigação e demonstrar a capacidade de ligação à comunidade, ao contexto socioprofissional e às instituições.

O estudo que se apresenta visa a elaboração de um modelo conceptual, ao nível dos Planos de Gestão e Monitorização das Cartas de Desporto de Natureza.

Os Planos de Gestão e Monitorização previstos na **Portaria nº 53/2008, de 18 de Janeiro**, competem ao ICNB, ouvidas as entidades competentes em razão de matéria. Considerando que estes instrumentos de gestão poderão contribuir activamente para a melhoria da gestão das ADN nas AP e estando em curso a revisão da CDN do PNSAC, afigura-se uma oportunidade para aplicação do modelo proposto. Para além desta oportunidade, constitui motivação para este estudo, a ligação, desde sempre, do percurso profissional da autora desta tese, às CDN e em particular à Carta de Desporto de Natureza do PNSAC.

A aplicabilidade deste modelo ao nível da RNAP, poderá ainda permitir fazer uma avaliação transversal das CDN implementadas, de forma a retirar conclusões mais abrangentes, que possam informar as metodologias e as estratégias de gestão mais adequadas.

Problemática da investigação e objectivos

Tendo como referencial a CDN do PNSAC publicada em 2004, e com base na experiência de implementação da mesma, verifica-se que um dos principais problemas consiste na falta de articulação entre os *stakeholders* que intervêm actualmente no território do PNSAC, ao nível da promoção, gestão e prática das ADN. Esta falha traduz-se frequentemente na incompatibilidade de actos de gestão ao nível dos usos e do enquadramento legal definidos pelo Plano de Ordenamento do PNSAC (POPNSAC) e pela CDN do PNSAC.

A fig.1 procura traduzir o tipo de relações que ocorrem actualmente e que conduzem à falta de articulação entre os actores.

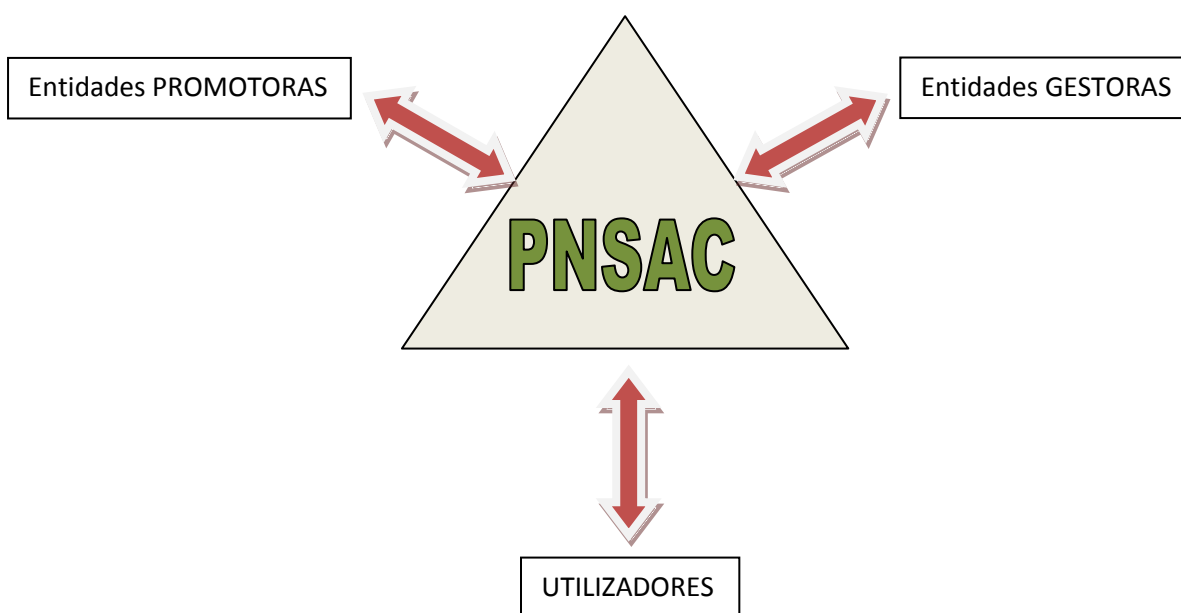


Figura 1 – EXISTENTE - Relações entre os *stakeholders* e o PNSAC

Entidades Gestoras: Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia;

Entidades Promotoras: Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia, Associações/Clubes, Institutos Públicos, Empresas;

Utilizadores: Grupos informais de familiares, amigos e grupos formais constituídos por clientes de empresas, membros de associações, alunos e professores, etc.

Alguns problemas específicos que decorrem da falta de articulação entre os *stakeholders*:

- Intervenções no território de forma sectorial e individual, levam à perda da perspectiva da AP, enquanto unidade territorial;
- Ausência de planeamento estratégico integrado;
- Conhecimento limitado das dinâmicas que ocorrem no PNSAC em termos de ATN;
- Contradições entre vários instrumentos reguladores de ADN/ATN, resultantes da falta de conformidade dos mesmos.

A ausência de cruzamento de informação, não obstante existir uma unidade territorial transversal e comum a todas as entidades que intervêm neste território, que é a AP, acarreta igualmente graves problemas de comunicação que contribuem para uma gestão pouco eficaz.

A este respeito, Laranjo (2011) refere:

“...as AP, em Portugal, não dispõem dos meios e condições indispensáveis para acolher e promover a animação turística e compatibilizá-la com a gestão territorial sustentável dos recursos naturais. A gestão, regra geral, parece caracterizar-se por ser casuística em vez de sistémica, reactiva em vez de pró-activa, passiva em vez de activa, punitiva em vez de preventiva, isolada em vez de partilhada, centralizada em vez de regionalizada.”

Em termos gerais, o problema que motivou a elaboração deste estudo, pode enunciar-se da seguinte forma:

“Como articular e compatibilizar as ATN promovidas pelos *stakeholders* e os instrumentos de gestão territorial que ocorrem na área do PNSAC, na perspectiva do desenvolvimento sustentável?”

Desta problemática surge como objectivo geral, a **proposta de um modelo conceptual para os planos de gestão e monitorização das CDN**.

Para que este objectivo seja alcançado, definiram-se como objectivos específicos:

- Identificação de planos de gestão e monitorização aplicados ao Desporto, Turismo e Ambiente que possam informar o referido modelo;
- Identificação de instrumentos reguladores das actividades recreativas, desportivas e de turismo de natureza no contexto nacional;
- Avaliação do processo de implementação da CDN do PNSAC;
- Caracterização das ATN, dos recursos e dos *stakeholders* envolvidos na criação, implementação e gestão da CDN do PNSAC.

Contrapondo às actuais relações entre os *stakeholders* e a AP (Fig. 1) consideramos que uma das formas de ultrapassar o problema referido, poderá passar pela criação de uma “matriz de envolvimento” que considere todos os *stakeholders*, coordenada por uma entidade que centralize no território do PNSAC as dinâmicas relativas às ATN e que, funcionando como charneira, faça a articulação entre os projectos, acções e estratégias. As figuras de Plano de Gestão (PG) e Plano de Monitorização (PM) previstas na legislação e sem aplicação prática no terreno até à data, poderão desempenhar essa missão, em que a AP teoricamente reúne as condições para assumir tal papel de coordenação.

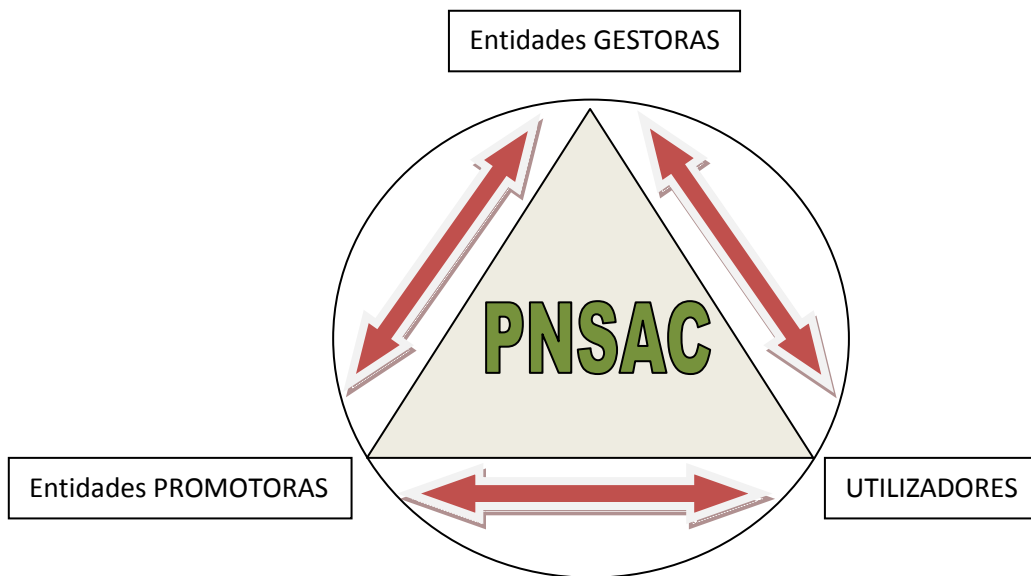


Figura 2 - PROPOSTA - Relações entre os stakeholders e o PNSAC

Metodologia e estrutura da dissertação

Para a realização deste estudo exploratório, de pesquisa aplicada, recorreremos à técnica de pesquisa “estudo de caso”, pois somente o estudo intensivo de caso, permite a descoberta de determinadas relações (Trivinões, 1995). Sendo uma investigação essencialmente qualitativa, de carácter particularista, procura descobrir o que há de mais essencial e característico na situação em estudo. O objecto de estudo neste caso é a CDN do PNSAC, reportada à entidade PNSAC e visa conhecer e compreender, através de análise *SWOT*, quais os factores externos e factores internos que influenciam o desempenho da CDN do PNSAC.

O presente estudo é constituído por quatro partes:

I PARTE – Revisão da Literatura.

II PARTE – Aspectos metodológicos aplicada ao estudo de caso da CDN do PNSAC.

III PARTE – Apresentação e discussão dos resultados.

IV PARTE – Conclusões e considerações finais.

A **I PARTE** dedicada à revisão da literatura, começa por um breve resumo da pesquisa efectuada em função dos objectivos específicos definidos no contexto da problemática da investigação e divide-se em cinco pontos principais:

- 1 – Introdução
- 2 - Planos de Gestão
- 3 – Planos de Monitorização
- 4 – Instrumentos reguladores das actividades desportivas, turísticas e de turismo de natureza
- 5 – As Cartas de Desporto de Natureza em Portugal

Na Introdução é feito o enquadramento legal das figuras PG e PM. Recorrendo a bibliografia de referência e estudos recentes no contexto dos PG e PM, são apresentados alguns modelos e instrumentos aplicados ao Turismo em Áreas Protegidas, que ajudam a suportar e fundamentar a proposta final; segue-se a identificação à escala Europeia, Nacional e Regional, de alguns instrumentos reguladores e enquadramentos das actividades de Desporto, Turismo e Ambiente. Neste ponto merecem uma abordagem mais detalhada os Planos de Ordenamento em vigor, considerando a diversidade de conceitos no âmbito do TN e a forma como as ATN estão reguladas, seja na ausência das CDN seja como enquadramento destas.

No último ponto é dado destaque às CDN em Portugal, isto é, as CDN publicadas e as CDN em fase de publicação, considerando os fundamentos teóricos e os resultados práticos. Segue-se uma análise comparativa entre as duas CDN publicadas, a CDN do PNSAC e a CDN do PNSC, no que diz respeito a conceitos, cartografia e adaptabilidade.

A **II PARTE** refere-se ao desenvolvimento metodológico aplicado ao estudo de caso da CDN do PNSAC.

A **III PARTE** tem como objectivo a apresentação e discussão dos resultados do estudo de caso da CDN do PNSAC.

É apresentada uma breve caracterização das actividades de turismo de natureza no PNSAC, entre 2004 e 2009 considerando as principais ATN realizadas, a sua distribuição ao longo do ano, as principais entidades promotoras, as principais formas de divulgação utilizadas, eventos em destaque e o enquadramento legal à data.

Num segundo ponto são apresentados os recursos existentes no contexto das ATN, a partir do levantamento efectuado no contexto do Enquadramento Estratégico para o Turismo de Natureza no PNSAC em 2001.

No último ponto é apresentada a análise *SWOT* à CDN do PNSAC. Esta análise teve por base duas análises *SWOT* efectuadas por *stakeholders*, no contexto da revisão da CDN do PNSAC e contribuiu para identificar as principais fragilidades, forças, oportunidades e ameaças em torno desta.

Finalmente na **IV PARTE** são apresentadas as conclusões e considerações finais do presente estudo, que incluem a proposta de modelo de gestão e monitorização para as CDN.

O modelo proposto tem por base o estudo de caso da “Carta de Desporto de Natureza do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros” (CDN do PNSAC), publicada pela Portaria nº 1465/2004, de 17 de Dezembro e os estudos realizados na revisão da bibliografia, relacionados com gestão e monitorização aplicados às áreas do Desporto, Turismo e do TN; procura definir os conceitos fundamentais subjacentes à elaboração dos PG e PM face às alterações recentes do quadro legal no âmbito do Turismo de Natureza (TN) / Desporto de Natureza (DN) e a partir do estudo de caso da CDN do PNSAC, procura apresentar medidas concretas que ajudem a ultrapassar as dificuldades de implementação, gestão e monitorização das ATN.

As propostas contemplam uma abordagem ao nível da contextualização, tendo por base os estudos e referências bibliográficas estudadas.

Termina com algumas propostas de trabalhos futuros assim como o registo de algumas limitações inerentes à elaboração do presente estudo.

I PARTE – REVISÃO DA LITERATURA

Nesta I Parte da Revisão da Literatura e tendo em conta o objectivo do estudo, isto é, a apresentação de um modelo conceptual, ao nível dos Planos de Gestão e Monitorização das CDN, fomos pesquisar numa primeira fase, estudos relacionados com PG aplicados ao Turismo e ao Ambiente; numa segunda fase, no contexto dos PM, fizemos pesquisa sobre Impactes Ambientais e Capacidades de Carga (CC). Sendo a CDN “um instrumento novo de planeamento e gestão, em fase de afirmação e de procura de consolidação duma *praxis* no quadro legal do ordenamento do território das AP” (Laranjo, 2011), fizemos uma pesquisa sobre instrumentos reguladores das actividades (1) desportivas, (2) turísticas e de (3) turismo de natureza, da qual resultaram os seguintes documentos:

(1) Instrumentos que regulam Actividades Desportivas

- “Carta Europeia do Desporto”;
- “Atlas Desportivo Nacional” *versus* “Carta Desportiva Nacional”;
- “Carta dos Espaços Naturais de Recreio, Desporto e Turismo”;
- “Carta Desportiva Municipal”;

(2) Instrumentos que regulam Actividades Turísticas

- “Plano Estratégico Nacional de Turismo”;
- D.L. nº 108/2009, de 15 de Maio.

(3) Instrumentos que regulam ATN

- “Carta Europeia do Turismo Sustentável”;
- “Programa Nacional de Turismo de Natureza”;
- “Planos de Ordenamento “ *versus* “Cartas de Desporto de Natureza”;

No que diz respeito às “Cartas de Desporto de Natureza” e uma vez que o trabalho realizado à data em Portugal é determinante para o estudo em questão, integrou-se nesta parte da Revisão da Literatura, um ponto de situação sobre as CDN em Portugal, que contempla nomeadamente as CDN em fase de publicação e as CDN publicadas, isto é, a CDN do PNSC e a CDN do PNSAC, sendo feita uma análise comparativa entre elas, ao nível cartográfico e metodológico e finalmente uma análise mais detalhada sobre a CDN do PNSAC, enquanto estudo de caso.

1. Enquadramento

A revisão da literatura é um processo que consiste em fazer o inventário e o exame crítico de um conjunto de publicações pertinentes sobre um domínio da investigação, de forma a explorar os métodos e os desenhos utilizados por outros investigadores para estudar um fenómeno idêntico.

A síntese e o resumo desses documentos, visa assim identificar as principais dimensões do projecto em trabalhos referência, que permitam adaptar metodologias ao caso de estudo.

No presente estudo foram consultados livros, artigos, cartografia e legislação, de forma a obter referências para a proposta final.

Na perspectiva de definir enquanto objecto final deste estudo, um modelo conceptual para os Planos de Gestão e Monitorização das CDN e uma vez que a legislação define os conceitos e os objectivos inerentes a cada um, começaremos por fazer o enquadramento legal destes dois instrumentos.

As figuras do PG e PM têm enquadramento legal no Artigo 41º - Monitorização e gestão dos locais e equipamentos para a prática de DN, da Portaria nº 53/2008, de 18 de Janeiro, que publica a CDN do PNSC:

“1 – A monitorização e gestão dos locais e equipamentos destinados à prática do desporto de natureza constam nos planos de gestão e monitorização, a elaborar no prazo de dois anos pelo ICNB, I.P., ouvidas as entidades competentes em razão de matéria.

2 – O plano de gestão define os métodos de gestão e manutenção dos locais e equipamentos para a prática do desporto de natureza e os direitos, deveres e responsabilidades dos intervenientes.

3 – O plano de monitorização visa a avaliação dos impactes ambientais provocados pela prática das actividades de desporto de natureza e a adopção de medidas necessárias à sua correcção, designadamente relativas à capacidade de carga.

4 – Por motivo de conservação da natureza ou sempre que se verifiquem situações de incompatibilidade de usos, o ICNB, I.P., pode, através de edital, interditar,

temporária ou definitivamente, a utilização de um determinado local para a prática dos desportos de natureza constantes do presente regulamento.

5 – Para a manutenção dos locais destinados à prática de desportos de natureza, bem como para a implementação e manutenção da sinalização e equipamentos de apoio, podem ser celebrados protocolos com outras entidades públicas ou privadas.”

Os PG e os PM são aqui entendidos como “processos” complementares e posteriores às CDN, a serem executados dois anos após a publicação das mesmas, com o objectivo da monitorização e da gestão dos locais e equipamentos definidos para a prática de ADN. À primeira vista este desfasamento temporal que separa a publicação da CDN dos respectivos PG e PM (2 anos), não faz qualquer sentido, constituindo de certa forma uma contradição e um obstáculo à concretização dos objectivos para os quais os planos são criados, nomeadamente pelo vazio de dados e informação nos dois primeiros anos de implementação da CDN e atendendo ao período de vigência da carta – 5 anos.

De acordo com a legislação acima referida, o “Plano de Gestão” consiste na definição de:

- 1) métodos de gestão e manutenção dos locais e equipamentos definidos na respectiva CDN;
- 2) direitos, deveres e responsabilidades dos intervenientes.

Por outro lado e no que diz respeito ao “Plano de Monitorização”, este deverá:

- 1) identificar os impactes ambientais decorrentes de cada ADN;
- 2) fazer a avaliação desses impactes ambientais;
- 3) providenciar medidas e mecanismos que corrijam esses desvios.

A definição dos intervenientes neste processo, a criação de instrumentos adequados à medição dos impactes e a análise dos resultados que conduza a acções concretas de minimização dos mesmos, são assim, componentes fundamentais deste plano. Igualmente importante será assegurar a capacidade financeira para a implementação dos referidos planos.

Exterior a estes, a legislação prevê ainda, que em casos extremos, a regulação da prática das ADN seja feita através da figura legal do edital.

2. Planos de Gestão

Segundo Oliveira (2005) referiu no Prefácio da sua obra intitulada “Gestão Ambiental”,

...o termo Gestão significa o processo de definir e executar uma estratégia, projectando uma organização adaptada à obtenção e mobilização dos recursos necessários à sua prossecução e ao controlo da sua execução. Poderá ainda incluir a detecção e eventual correcção dos desvios verificados, nesse processo.

Deste conceito destacam-se as palavras-chave: processo, estratégia, organização, recursos, controle, desvios e correcção, as quais constituem componentes de um qualquer processo de gestão, como veremos a seguir.

2.1. Planos de Gestão, aplicados ao Turismo

Neste contexto foram consultados dois autores cujos estudos reflectem propostas de planos no contexto da gestão e do planeamento estratégico aplicados ao turismo.

Costa et al (2006), no seu estudo intitulado “Contributos para um modelo de planeamento estratégico em turismo” propõe um modelo de gestão com aplicação genérica, isto é, um modelo que seja passível de aplicação a qualquer tipo de destino turístico, independentemente da sua dimensão, localização ou recursos turísticos.

De acordo com este autor, a implementação do PG envolve as seguintes fases, conforme apresentado na Fig. 3:

1ª fase – Auditoria: caracterização da situação de referência quanto às variáveis, agentes e actividades que ocorrem em determinado território, através de um relatório (oferta/procura) que resulte do diagnóstico (*análise SWOT*);

2ª fase – Planeamento: definição de um modelo de actuação sobre as actividades, de forma a atingir as metas traçadas, através da definição da 1) Visão, 2) Missão, e 3) Objectivos (gerais e específicos);

3ª fase – Desenvolvimento: estabelecimento de programas e medidas/acções das quais resultará a implementação do modelo de actuação desenhado na fase anterior;

4ª fase – Monitorização: avaliação de forma continuada dos resultados obtidos.

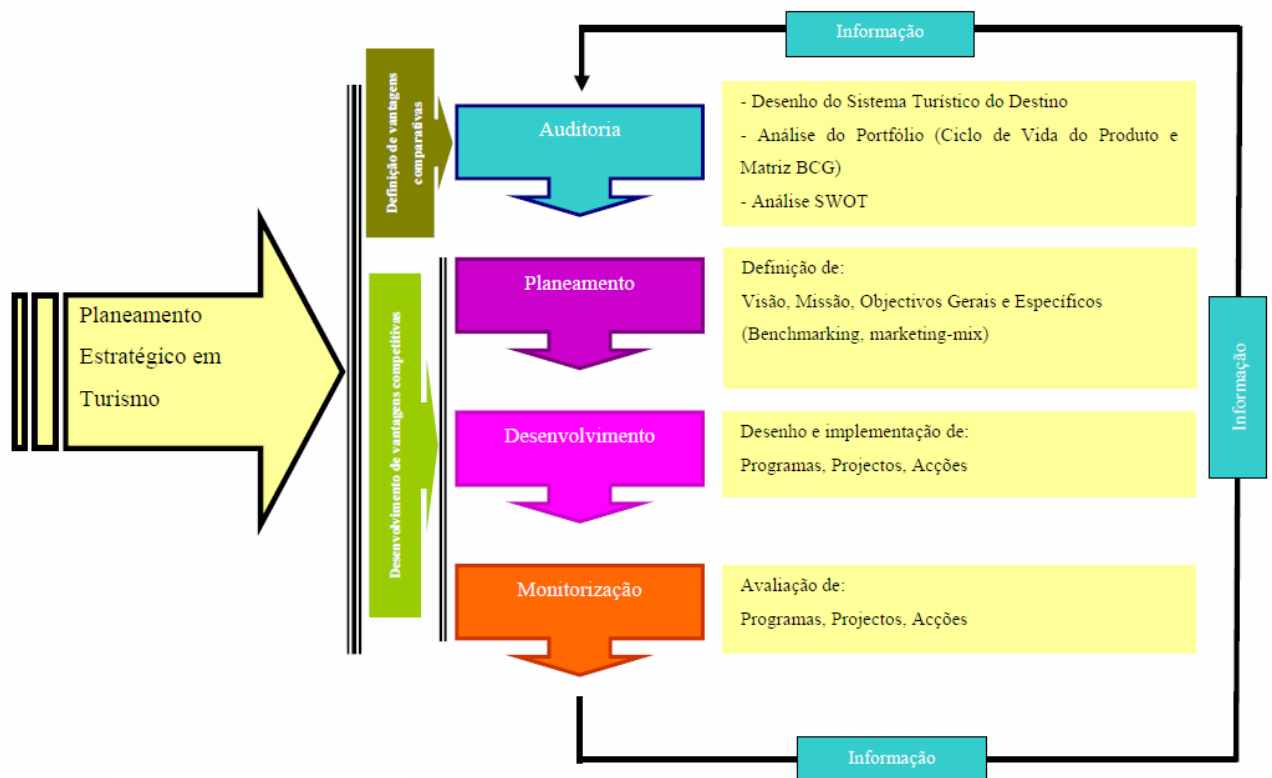


Figura 3 - Modelo de Planeamento Estratégico em Turismo, segundo Costa, et al. (2006, p. 3092)

De salientar neste modelo, os seguintes aspectos:

- ✓ a utilização de *análise SWOT* para caracterização da situação de referência, na fase de diagnóstico;
- ✓ a participação dos *stakeholders*, fundamental e transversal ao plano, nomeadamente ao nível da definição das acções e ao nível da validação das mesmas;
- ✓ a monitorização enquanto uma fase do Plano de Gestão que deve ser contínua;
- ✓ para cada uma das acções definidas no Plano são consideradas as seguintes variáveis:
 - Objectivos específicos;
 - Público-alvo;
 - Calendarização;
 - Orçamento;
 - Recursos Humanos e Técnicos;

- Responsáveis pela implementação e acompanhamento;
- Monitorização.

Relativamente ao envolvimento dos *stakeholders* e à definição das variáveis para cada acção que segundo Costa, Ladeiras e Mota (2006) condicionam de forma decisiva a elaboração e o sucesso da implementação do Plano, (Ignarra, 2003, p. 92), veio confirmar que:

“...o êxito do Planeamento está no grau de envolvimento dos agentes relacionados com o desenvolvimento turístico, o qual depende de um conjunto de acções de responsabilidade pública e privada e de um conjunto de acções de responsabilidade da comunidade como um todo.”

Nesta perspectiva propõe uma Matriz de Envolvimento onde deverão estar listadas todas as acções a serem executadas, bem como os responsáveis pela sua implementação, os recursos, os responsáveis pela avaliação dos resultados e as unidades de medida consideradas na avaliação dos resultados, à semelhança do que foi preconizado por Costa et al. (2006):

“...É preciso definir quem são os responsáveis pela sua implementação...É preciso que a tarefa de cada agente seja factível com seu nível de competência, com a capacidade de seus recursos humanos, materiais e financeiros...o plano deve conter uma matriz em que sejam listadas as acções a serem executadas, bem como as responsabilidades.”

Na fase de implementação do plano, o mesmo autor (Ignarra, 2003) refere a necessidade de haver “alguém” que coordene as acções, recomendando para tal a criação de uma estrutura organizacional responsável pelo acompanhamento do plano. Independentemente do nome que esta possa vir a ter, ressalta a importância da sua representatividade em termos de todos os segmentos da sociedade envolvidos no desenvolvimento do plano, isto é, os *stakeholders*.

Já na fase de avaliação dos resultados, (Ignarra, 2003) considera fundamental a criação de uma base de dados constituída por um conjunto de informações que permitam avaliar os resultados das actividades. As informações deverão ser fiáveis e estar permanentemente actualizadas, de forma a permitir a avaliação dos resultados em tempo útil.

Algumas das formas consideradas por este autor para medição dos resultados, são a contabilização de fluxos e o preenchimento de formulários.

2.2. Planos de Gestão aplicados ao Ambiente

Em termos gerais, Oliveira (2005), considera que a Gestão Ambiental passa pela inventariação de recursos, pela identificação de meios operacionais, pela definição dos objectivos que se pretendem atingir e pelo desenvolvimento das políticas que será indispensável implementar.

Já para Bucley (1991), a gestão do turismo e do recreio em áreas protegidas deve assentar em três aspectos fundamentais:

1. O zonamento do território em função das suas características físicas e os usos adequados;
2. A capacidade de carga;
3. A gestão de usos múltiplos: compatibilizar os usos recreativos e as vantagens económicas deles decorrentes, sem pôr em causa a conservação da natureza.

Segundo este autor, a gestão tem por base duas grandes categorias: a informação e a acção.

A informação implica o inventário dos recursos de forma a que se possa avaliar o impacte em determinadas áreas, a acção implica a monitorização ambiental face a factores naturais e humanos.

No contexto das AP's e atendendo a que, *“A gestão de Áreas Classificadas é cada vez mais um factor de desenvolvimento e de sucesso para a conservação da natureza e da biodiversidade, pois o seu estatuto, por si só, não garante a manutenção do seu valor,* (Araújo, 2010, p. 5) elaborou um documento com linhas orientadoras para coordenadores e facilitadores, no contexto da “Elaboração de Planos de Gestão Participada”.

De acordo com este documento, *“o Plano de Gestão permitirá a identificação de problemas e constrangimentos, o reconhecimento de potencialidades e a programação detalhada das acções necessárias para a gestão da Área Classificada em função dos objectivos e prioridades definidos”* (p. 5).

Para Araújo (2010), os “Planos de Gestão” independentemente dos modelos e das metodologias adoptadas para a sua elaboração, reflectem um conjunto de princípios e funções básicos no processo de planeamento nomeadamente:

“- Um plano de gestão é um **PROCESSO** e não termina com a produção de um documento;

- Um plano de gestão é um documento dinâmico que deve ser sujeito a revisões sempre que for detectada uma alteração aos pressupostos da sua elaboração ou necessidade de aferição de acções para melhor cumprir os seus objectivos;

- Um plano de gestão é um documento de trabalho, que deve ter uma estrutura acessível para qualquer interveniente;

- A estrutura básica de um plano de gestão decorre, normalmente, em torno de quatro níveis: missão, objectivos gerais, objectivos específicos e actividades” (p.6).

O plano vai ainda permitir organizar a informação existente de forma a identificar objectivos, responsabilizar agentes a envolver no processo, e otimizar os recursos disponíveis – humanos, materiais, financeiros e técnicos.

Segundo Araújo (2010), a elaboração de um PG participado decorre em oito fases, conforme traduzido na Fig.4 e consiste em empreender um processo de análise, essencialmente interdisciplinar e complexo, de modo a encontrar uma solução para a gestão do território em questão, igualmente simples, exequível e consensual.

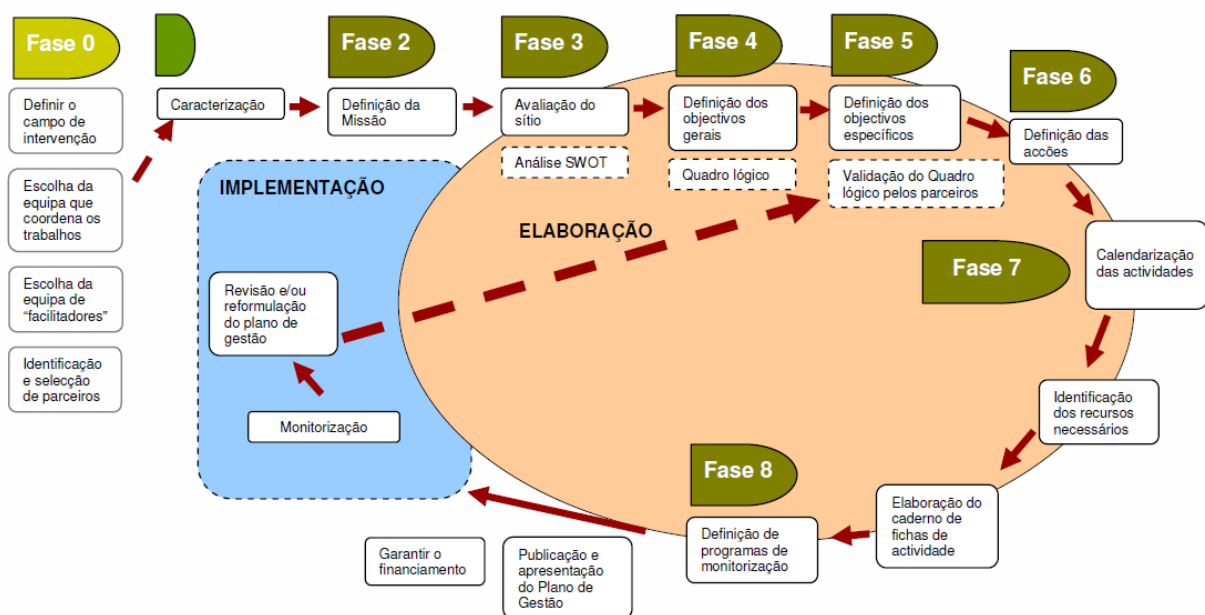


Figura 4 - Fases de Elaboração de um Plano de Gestão Participado (Araújo, 2010, p.9)

De salientar neste modelo, os aspectos comuns ao plano proposto por Costa et al. (2006) aplicado ao Turismo, nomeadamente:

- a realização de *análise SWOT* na fase de avaliação;
- a integração da monitorização no PG.

Ainda no contexto das AP's, os Planos de Gestão aplicados ao Ecoturismo são igualmente estudos referência a considerar.

Segundo Drumm (2002), um Plano de Gestão de Ecoturismo (PGE), “...*é uma ferramenta que orienta o desenvolvimento do turismo numa área protegida, pois sintetiza e representa a visão de todas as pessoas interessadas no sucesso do projeto, ao mesmo tempo em que alcança os objectivos de conservação para o sítio.*”

Segundo este autor, os intervenientes no processo de planeamento incluem:

- ✓ Pessoal da AP;
- ✓ Agentes da Comunidade;
- ✓ Operadores de Turismo;
- ✓ Órgãos governamentais;
- ✓ ONG's;
- ✓ Especialistas/Cientistas;

O sucesso no alcance dos objectivos, dependerá sobretudo do envolvimento e do compromisso de todos os *stakeholders* no processo.

O PG em Ecoturismo, segundo este autor, insere-se numa hierarquia de instrumentos de gestão, conforme Figura 5, a partir da qual procuraremos de alguma forma, estabelecer um paralelismo com o caso português, traduzido no Quadro 1.

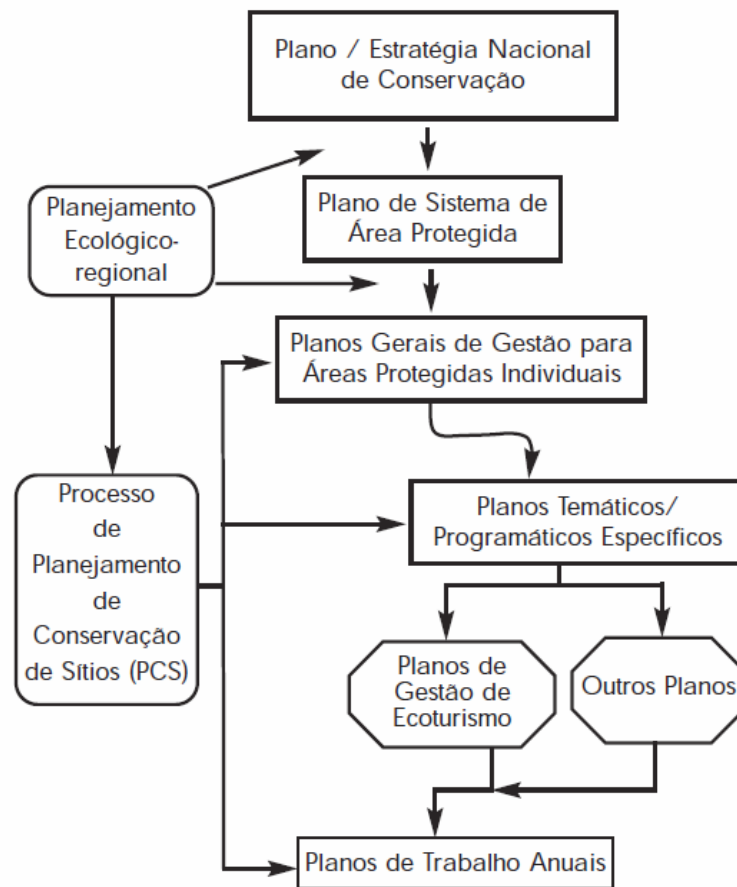


Figura 5 - Contexto de Planeamento para Áreas Protegidas, segundo Drum (2002).

Quadro 1 - Hierarquia de instrumentos de Gestão

Hierarquia dos instrumentos de gestão segundo Drumm (2002)	Hierarquia dos instrumentos de gestão na RNAP, de acordo com o Regime Jurídico dos instrumentos de gestão territorial, em Portugal
▪ Plano/Estratégia Nacional de Conservação	▪ Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (Resolução do Conselho de Ministros n.º 152/2001, de 11 de Outubro)
▪ Plano de Sistema de Área Protegida	▪ Regime Jurídico da Conservação da Natureza e da Biodiversidade (D.L. n.º 142/2008, de 4 de Julho)
▪ Planos Gerais de Gestão para Áreas Protegidas Individuais	▪ Planos de Ordenamento das AP's
▪ Planos Temáticos/Programáticos Específicos	▪ Programas de Execução dos PO/CDN
▪ Planos de Gestão de Ecoturismo	▪ Planos de Gestão e Monitorização das Cartas de Desporto de Natureza
▪ Outros Planos	▪ Planos de Acção

De uma forma sucinta, os contributos recolhidos até ao momento no contexto dos planos de gestão, têm tradução no Quadro 2.

Quadro 2 - Planos de Gestão aplicados ao Turismo e ao Ambiente, segundo vários autores

Autor	Estudo	Contributos
Buckley (1991)	"Perspectives in Environmental Management"	<ul style="list-style-type: none"> - A gestão implica o zonamento do território em função das suas características físicas e os usos adequados, a capacidade de carga e a gestão de usos múltiplos; - Informação, implica o inventário dos recursos de forma a avaliar os impactes - Acção, implica a monitorização ambiental face a factores naturais e humanos
Ignarra (2003)	"Plano de Gestão" (PG)	<ul style="list-style-type: none"> - Matriz de Envolvimento: acções, responsáveis pela implementação e avaliação dos resultados, unidades de medida de avaliação dos resultados e recursos - Estrutura organizacional responsável pelo acompanhamento do PG que seja representativa dos stakeholders - Base de dados que permita a avaliação dos resultados, fiáveis e actualizados - Instrumentos de medição, ex. (Inquéritos, medição de fluxos de visitantes)
Drum (2002)	"Plano de Gestão de Ecoturismo" (PGE)	<ul style="list-style-type: none"> - Ferramenta que orienta o desenvolvimento do turismo na AP - Integração do PG na hierarquia de instrumentos de gestão - Definição dos stakeholders: pessoal da AP, agentes da comunidade, operadores de turismo, órgãos governamentais e especialistas/cientistas - O sucesso do PG depende do envolvimento e do compromisso dos stakeholders
Oliveira (2005)	"Gestão Ambiental" (GA)	<ul style="list-style-type: none"> - Faseamento: inventariação dos recursos, identificação dos meios operacionais, definição de objectivos, definição de políticas a implementar
Costa et al (2006)	"Contributos para um Modelo de Planeamento Estratégico em Turismo"	<ul style="list-style-type: none"> - Faseamento do Plano: Auditoria, Planeamento, Desenvolvimento e Monitorização - Variáveis para cada acção: objectivos específicos, público-alvo, calendarização, orçamento, recursos humanos e técnicos responsáveis pela implementação e acompanhamento, monitorização - Avaliação da Capacidade de Carga - Monitorização continuada e sistemática - Análise SWOT na fase de diagnóstico
Araújo (2010)	"Planos de Gestão Participada" (PGP)	<ul style="list-style-type: none"> - Principais características de um PGP (processo, documento dinâmico e de trabalho com uma estrutura acessível) - Estrutura básica de um PG (Missão, Objectivos Gerais, Objectivos Específicos, Actividades)

3. Planos de Monitorização

No "Modelo de Planeamento Estratégico em Turismo" definido por Costa et al. (2006), a monitorização aparece integrada no PG, correspondendo à última fase deste:

"...a monitorização corresponde à tarefa de encontrar a maneira mais eficiente de medir os resultados das acções desenhadas na fase de desenvolvimento e consequentemente, a concretização dos objectivos traçados na fase de planeamento.

...ela não o finaliza, antes reinicia-o promovendo a partir da sua conclusão a criação de fluxos de informação que sustentarão, desde essa altura, a tomada de decisões e as respostas atempadas às alterações...”(p.3097).

Na perspectiva deste autor e no que diz respeito à monitorização dos destinos, a avaliação deverá incidir sobre a sua CC, uma vez que o cumprimento desta é garante da sustentabilidade da actividade turística por via da preservação e conservação das infra-estruturas, recursos e produtos do destino.

Face à maior fragilidade deste modelo, que segundo Costa et al. (2006) “...reside na necessidade de ser adaptável às especificidades do destino, sem que nessa adaptação se deturpe a sua coerência...”(p. 3098), sugere algumas recomendações na sua implementação, das quais destacamos aquelas que nos parecem ter aplicabilidade no estudo em questão:

- assegurar a construção de uma visão, que seja consensual, com significado e partilhada por todos os stakeholders;
- garantir de forma sistemática e continuada, a monitorização do destino.

No que diz respeito à monitorização dos impactes, Drum (2002) propõe duas metodologias: os “Limites de Modificação Aceitáveis” (LAC – Limits of Acceptable Change) e o grau de sucesso do PGE. Para medir o grau de sucesso de um PGE, devem ser criados indicadores para avaliação periódica que reflectam as prioridades anteriormente definidas, sendo que, um indicador básico é o progresso em relação à obtenção das metas e objectivos estabelecidos.

A metodologia LAC é um sistema específico que mede os impactes do turismo e deve ser aplicado para avaliar se os objectivos para minimizar ou mitigar tais impactes estão a ser atingidos.

Ambos os métodos envolvem a recolha de informações do meio sociocultural e do meio ecológico de forma a orientar a decisão.

Relativamente aos indicadores a utilizar no processo de monitorização, Bloyer (2004) refere como desejáveis as seguintes características:

- Fáceis de identificar e medir;
- Serem funcionalmente importantes no ecossistema;

- Terem um valor de input elevado;
- Serem relativamente sedentários;
- Exigirem requisitos técnicos modestos;
- Serem sensíveis ao stress;
- Terem mecanismos cujas respostas devem ser entendidas;
- Serem de resposta rápida;
- Terem baixa ambiguidade.

No caso específico da “Carta dos Espaços de Recreio, Desporto e Turismo” elaborada em 1987, e no que diz respeito à Qualificação dos espaços para a prática de actividades Recreativas, desportivas e turísticas foram utilizados os seguintes indicadores, conforme Quadro 3:

Quadro 3 - Indicadores para a qualificação dos Espaços de Recreio, Desporto e Turismo, segundo a “Carta dos Espaços Naturais de Recreio, Desporto e Turismo” (1987)

QUALIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS	
CONDIÇÕES DE PRÁTICA	Boas
	Médias
	Inadequadas
ACESSO	Boa
	Médio
	Insuficiente
ESTRUTURAS DE APOIO	Boas
	Médias
	Inadequadas
CARGA DE UTILIZAÇÃO	Elevada
	Média
	Reduzida
ÁREA DE INFLUÊNCIA	Nacional
	Regional,
	Local
DEGRADAÇÃO DO AMBIENTE	Acentuada
	Média
	Reduzida
INFRAESTRUTURAS TURÍSTICAS	Existentes
	Acessíveis
	Não existentes

3.1. Impactes Ambientais

Sobre os Impactes Ambientais, Buckley (1991) considera que estes podem ser classificados em impactes primários e impactes secundários.

Por sua vez, os impactes primários podem ainda ser enquadrados em três categorias:

- impactes associados ao transporte e viagens;
- impactes associados ao alojamento;
- impactes associados às actividades recreativas.

Como impactes secundários considera, por exemplo, aqueles que decorrem da abertura de caminhos/aceessos para combate aos incêndios e que posteriormente são utilizados para fins recreativos e cujo uso continuado e desregrado sem controle, poderá conduzir à erosão e compactação do solo, destruição da vegetação, etc.

Quanto à severidade dos impactes ambientais gerados pelos turistas em AP, Pickering (2010) refere dez factores:

1. o valor de conservação do local;
2. a sua resistência ao uso (resiliência);
3. a sua capacidade de recuperação após o uso;
4. a susceptibilidade à erosão;
5. a severidade dos impactes directos associados a actividades específicas;
6. a severidade dos impactes indirectos;
7. a “quantidade” do uso;
8. a dimensão ecológica da duração do uso;
9. a dimensão social da duração do uso;
10. a área total afectada;

3.2. Capacidade de Carga

Relativamente à avaliação da capacidade de carga - CC, Prato (s/d) propõe um novo método denominado MASTEC – Multiple Attributes Scoring Test for Capacity que integra elementos de outros métodos definidos para avaliar a CC, nomeadamente o LAC – Limits of Acceptable Change, o VIM – Visitor Impact Management e o VERP – Visitor Experience and Resource Protection.

Este autor considera assim duas formas de CC relevantes para as AP:

- Humana ou social
- Biológica ou ecológica

Uma vez ultrapassada a CC, aumenta o risco de alterações irreversíveis no ecossistema, tais como o declínio na estrutura das comunidades de plantas ou diversificação das espécies. Outros efeitos ecológicos incluem a perda de solo e vegetação, danos nas árvores, distúrbios na vida selvagem.

Aplicando a Monitorização à CC, Costa et al. (2006) refere que a monitorização implica o desenvolvimento de mecanismos de verificação periódica da sua CC na medida em que:

- a monitorização da CC é garante da sustentabilidade de actividades por via da prevenção e conservação das infraestruturas, recursos e produtos.

- a monitorização da CC afigura-se como um modo eficaz de promover a aceitação do fenómeno turístico pela comunidade local, agindo como minimizado das percepções negativas que possam vir a ocorrer.

De forma a resumir os contributos dos vários autores para o PM, apresenta-se o Quadro 4:

Quadro 4 - Contributos de vários autores, para o PM

<i>Autor</i>	<i>Estudo</i>	<i>Contributos</i>
<i>Buckley (1991)</i>	<i>"Perspectives in Environmental Management"</i>	- Impactes primários (transporte e viagens, alojamento e actividades recreativas) e impactes secundários (abertura de caminhos)
<i>Drum (2003)</i>	<i>"Plano de Gestão de Ecoturismo" (PGE)</i>	- Monitorização dos impactes: LAC e grau de sucesso do PGE - Recolha de informações do meio sociocultural e do meio ecológico de forma a orientar a decisão
<i>Bloyer (2004)</i>	<i>"Indicators for sustainable tourism development: crossing the divide from definitions to actions"</i>	- Características dos Indicadores
<i>Costa (2006)</i>	<i>"Contributos para um Modelo de Planeamento Estratégico em Turismo"</i>	- A monitorização é a última fase do plano de gestão e reinicia o processo de gestão contribuindo com mais informação
<i>Prato (s/d)</i>	<i>"Contributos para um Modelo de Planeamento Estratégico em Turismo"</i>	- MASTEC: Multiple Attributes Scoring Test for Capacity - Capacidade de carga: humana ou social e biológica ou ecológica
<i>Pickering (2010)</i>	<i>"Ten factors that affect the severity of environmental impacts of visitors in protected areas"</i>	Características dos factores que afectam a severidade dos impactes ambientais provocados pelos visitantes em AP
<i>Araújo (2010)</i>	<i>"Planos de Gestão Participada" (PGP)</i>	- a monitorização é uma fase do plano de gestão

4. Instrumentos reguladores das actividades desportivas, turísticas e de turismo de natureza

4.1. Actividades Desportivas

4.1.1. A “Carta Europeia do Desporto”

A “Carta Europeia do Desporto” definida pela Recomendação N° (92) 13 REV (adoptada pelo Comité de Ministros em 24 de Setembro de 1992 e revista na reunião de 16 de Maio de 2001), define na Alínea a) do Artigo 2° :

“desporto” como todas as formas de actividades físicas que, através de uma participação organizada ou não, têm por objectivo a expressão ou o melhoramento da condição física e psíquica, o desenvolvimento das relações sociais ou a obtenção de resultados na competição a todos os níveis.

Tendo em atenção os princípios do desenvolvimento sustentável, recomenda no seu Artigo 10° - Desporto e o Princípio do Desenvolvimento Sustentável, *“que a prática das actividades físicas seja adaptada aos recursos existentes, de forma a garantir e a melhorar de geração em geração, o bem-estar físico, social e mental da população.”*

Este compromisso significa:

- I - Ter em consideração os valores da natureza e do meio ambiente aquando do planeamento e da construção de instalações desportivas;
- II - Apoiar e estimular as organizações desportivas nos seus esforços que visam a conservação da natureza e do meio ambiente;
- III - Vigiar para que a população tome mais consciência das relações entre o desporto e o desenvolvimento sustentável, e aprenda a conhecer e compreender melhor a natureza.

4.1.2. O “Atlas Desportivo Nacional” versus “Carta Desportiva Nacional”

No contexto nacional, a “Lei de Bases do Desporto”, publicada pela Lei nº 30/2004, de 21 de Julho, no seu Capítulo IX, refere como deverá ser feita a articulação do Desporto com outros sectores, nomeadamente a cultura, o turismo, o ambiente e o ordenamento do território, a saber:

Desporto e Cultura – Artigo 72^a, destaca a promoção dos Jogos Tradicionais como parte integrante do património cultural, específico das diversas regiões do país.

Desporto e Turismo – Artigo 73^o, destaca a promoção do turismo desportivo, face ao impacto económico-social do desporto e sendo esta uma forma de dar resposta à necessidade de diversificação da oferta aos turistas.

Desporto e Ambiente – Artigo 77^o, destaca o fomento da prática de actividades físicas e desportivas ao ar livre, em contacto e no respeito pela natureza.

Desporto e Ordenamento do Território – Artigo 78^o, destaca a necessidade dos instrumentos de gestão territorial preverem a existência de infra-estruturas de utilização colectiva para a prática desportiva, tendo em consideração os valores da natureza e do meio ambiente aquando do planeamento e da construção das instalações desportivas.

“Face ao exposto e em função de poderem ter um impacto multifacetado na natureza, as actividades desportivas e as infra-estruturas desportivas devem ser adaptadas aos recursos limitados da natureza e conduzidas em harmonia com o princípio do desenvolvimento sustentável e uma gestão equilibrada do ambiente, garantindo a conservação da diversidade biológica, a protecção dos ecossistemas e a gestão dos recursos e dos resíduos, da saúde, da segurança e da preservação do património cultural.”

Relativamente aos Espaços Naturais, o Artigo 83^o refere o seguinte:

“1 - O acesso à natureza para efeitos de prática desportiva no meio urbano, rural ou aquático, a título competitivo ou recreativo, deve ser assegurado através de uma gestão equilibrada e metodologicamente compatível com os recursos ecológicos, em coerência com o princípio do desenvolvimento sustentável e uma gestão equilibrada do ambiente, nos termos dos números seguintes.

2 - O desporto praticado nos espaços naturais deve ter em conta os valores da natureza e do ambiente quando da planificação e da construção de instalações desportivas, bem como adaptar-se aos recursos limitados da natureza.

(...)

4 - Na concepção de infra-estruturas apropriadas no quadro de actividades desenvolvidas nos espaços naturais, devem ser salvaguardados o meio ambiente e as especificidades da respectiva modalidade desportiva.”

Neste contexto é definido o “Atlas Desportivo Nacional” como o instrumento fundamental para o conhecimento, avaliação e gestão dos espaços naturais de desporto e lazer, contendo o cadastro e o registo de dados e indicadores que permitem o conhecimento dos diversos factores de desenvolvimento desportivo, designadamente:

- a) Espaços naturais de recreio e desporto;
- b) Instalações desportivas artificiais;
- c) Recursos humanos do desporto e recursos humanos relacionados com o desporto;
- d) Associativismo desportivo;
- e) Hábitos desportivos da população portuguesa;
- f) Condição física dos cidadãos;
- g) Quadro normativo nacional e internacional.

Em 2007, a Lei de Bases das Actividades Física e do Desporto - Lei nº 5/2007, de 16 de Janeiro através do seu Artigo 9º, refere um outro instrumento de gestão designado “Carta Desportiva Nacional”, cujo objectivo é o conhecimento dos diversos factores de desenvolvimento desportivo, tendo em vista o conhecimento da situação desportiva nacional, nomeadamente no que se refere a:

- a) Instalações desportivas;
- b) Espaços naturais de recreio e desporto;
- c) Associativismo desportivo;
- d) Hábitos desportivos;
- e) Condição física das pessoas;
- f) Enquadramento humano, incluindo a identificação da participação em função do género.

Face aos objectivos de cada um destes instrumentos de gestão, o “Atlas Desportivo Nacional” e a “Carta Desportiva Nacional”, verificamos que são idênticos, não diferindo substancialmente nos seus propósitos.

Especificamente sobre o desporto na natureza, a Lei de Bases das Actividades Física e do Desporto - Lei nº 5/2007, de 16 de Janeiro, refere no seu Artigo 31º o seguinte:

“A actividade física e a prática desportiva em espaços naturais devem reger-se pelos princípios do respeito pela natureza e da preservação dos seus recursos, bem como pela observância das normas dos instrumentos de gestão territorial vigentes, nomeadamente das que respeitam às áreas classificadas, de forma a assegurar a conservação da diversidade biológica, a protecção dos ecossistemas e a gestão dos recursos, dos resíduos e da preservação do património natural e cultural. As actividades mencionadas devem ainda contribuir para a divulgação e interpretação do património natural e cultural, a sensibilização e educação ambientais e a promoção do turismo de natureza.”

4.1.3. A “Carta dos Espaços Naturais de Recreio, Desporto e Turismo”

No âmbito do “Atlas Desportivo Nacional”, a DGD realizou em 1987, um levantamento nacional prévio, sobre as Actividades Recreativas, Desportivas e Turísticas (ARDT), traduzido na “Carta dos Espaços Naturais de Recreio, Desporto e Turismo”. Este estudo teve a chancela do Ministério da Educação (ME), Direcção Geral dos Desportos (DGD), Secretaria de Estado do Ambiente e Recursos Naturais (SEARN) / Serviços Nacional de Parques Reservas e Conservação da Natureza (SNPRCN), actual ICNB (ICNB) e o apoio da Direcção Geral de Turismo (DGT).

O envolvimento das Secretarias de Estado do Ambiente, Desporto e Turismo no levantamento a nível nacional de todos os espaços naturais e artificiais com potencial para o recreio, desporto e turismo, conferiu a este estudo um carácter abrangente e integrado, reflectido no leque de actividades consideradas.

O mérito deste estudo, porém, não se confina ao levantamento dos espaços potenciais para as ADRT em todo o território nacional mas decorre também da sua classificação, de acordo com as seguintes variáveis: I - Condições de prática, II - Acesso, III - Estruturas de Apoio, IV - Carga de Utilização, V - Área de Influência, VI - Degradação do Ambiente e VII – Infraestruturas.

Sendo inquestionável o interesse deste estudo base para informar de uma forma transversal instrumentos de gestão das actividades desportivas e recreativas, como sejam as Cartas Desportivas e as Cartas de Desporto de Natureza, carece no entanto de validação ambiental, quando os locais que ocorrem dentro das AP.

Podemos constatar essa necessidade, quando analisamos a aplicação deste estudo à área do PNSAC, conforme Quadro 5 e verificamos que nenhum dos locais inventariados, coincidem com os locais definidos na CDN do PNSAC.

Quadro 5 - Actividades recreativas, Desportivas e Turísticas no PNSAC, de acordo com o Atlas Nacional do Desporto (1987)

ARDT	Local	I	II	III	IV	V	VI	VII
<i>Escalada</i>	<i>Pena da Falsa</i>	3	3	1	3	2	1	1
	<i>Penas do Castelo</i>	3	3	1	2	2	1	1
	<i>Castelejo</i>	3	2	1	1	2	1	1
	<i>Penas da Águia</i>	2	2	1	2	2	1	1
<i>Montanhismo</i>	<i>Cova da Velha</i>	3	1	2				
<i>Campismo Selvagem</i>	<i>Cova da Velha</i>	2	3	3	1	1	2	1
<i>Automobilismo em Espaços Naturais</i>	<i>Rampa do Livramento</i>	3	3	2	3	3	1	2
<i>Asa Delta</i>	<i>Mira d'Aire</i>	3	3	2				
<i>Espeleologia e Visita a Grutas</i>	<i>Alvados</i>	3	3	3	3	3	1	1
	<i>Alcaria</i>	2	1	1	1	2	1	1
	<i>Pena da Falsa</i>	2	2	1	2	2	1	1
	<i>Lapa do Morcego</i>	3	2	1	2	2	1	1
	<i>Arroteia</i>	3	2	1	3	2	1	1
	<i>Ladoeiro</i>	3	1	1	3	2	1	1
	<i>Sardanita</i>	3	1	1	1	2	1	1
	<i>Cova da Velha</i>	3	2	1	1	2	1	1
	<i>Algar do Vale das Pias</i>	3	2	1	1	2	1	1
	<i>Chou Jorge</i>	3	2	1	2	2	1	1
	<i>Lena</i>	3	3	1	2	2	1	1
<i>Passeio de Bicicleta</i>	<i>Porto de Mós/Praia das Paredes</i>	3	3	2	2	2	1	2
<i>Observação e Fotografia da Vida Selvagem</i>	<i>PNSAC</i>	3	2	1	1	1	1	1
<i>Corrida Informal</i>	<i>Porto de Mós/Alcaria/Porto de Mós</i>	2	3	1	2	1	1	1

<i>I – Condições de Prática</i>	<i>II - Acesso</i>	<i>III – Estruturas de Apoio</i>	<i>IV – Carga de Utilização</i>	<i>V – Área de Influência</i>	<i>VI – Degradação do Ambiente</i>	<i>VII – Infraestruturas Turísticas</i>
3 – Boas	3 – Bom	3 – Boas	3 – Elevada	3 – Nacional	3 – Acentuada	3 – Existentes
2 – Médias	2 – Médio	2 – Médias	2 – Média	2 – Regional	2 – Média	2 – Acessíveis
1 – Inadequadas	1 – Insuficiente	1 – Inadequadas	1 – Reduzido	1 – Local	1 – Reduzida	1 – N/Existentes

Comparando as actividades então designadas por “recreativas, desportivas e turísticas”, num total de 43 e as “actividades de turismo de natureza” num total de 30, consignadas no D.L. nº 108/2009, de 15 de Maio, verificamos as seguintes correspondências, embora as designações possam variar:

- actividades aéreas: 2
- actividades aquáticas: 5
- actividades terrestres: 11

Verificamos ainda que algumas actividades não coincidem de todo, mercê da sua especialização, como é o caso de algumas ATN náuticas e noutros casos quando reportam a infraestruturas de alojamento como é o campismo. Independentemente destes desfasamentos justificáveis até pelos 17 anos que separam estes dois documentos, interessa realçar que a falta de uniformização destes conceitos, com aplicação nas áreas do desporto, turismo e ambiente, não permite o cruzamento de informação e avaliação de dados, numa perspectiva integrada, nomeadamente e contrariamente ao que seria desejável, quando estamos a falar de gestão e de monitorização das ATN nas AP.

O Quadro 6 reflecte as diferenças entre as ARDT e as ATN

Quadro 6 – *Actividades Recreativas, Desportivas e Turísticas versus Actividades de Turismo de Natureza*

ACTIVIDADES RECREATIVAS, DESPORTIVAS E TURÍSTICAS (ARDT)	ACTIVIDADES DE TURISMO DE NATUREZA (ATN)
<i>Escalada</i>	<i>Escalada</i> <i>Percursos de obstáculos com recurso a rappel, slide, pontes e similares</i>
<i>Montanhismo</i>	<i>Montanhismo</i>
<i>Tiro com arco</i>	<i>Tiro com arco, besta e zarabatana</i>
<i>Automobilismo em espaços naturais/em percursos específicos</i> <i>Passeio de automóvel</i>	
<i>Espeleologia e visita a grutas</i>	<i>Espeleologia</i>
<i>Passeio a pé (panorâmico)</i>	<i>Passeios pedestres, percursos interpretativos</i>
	<i>Passeios em veículos todo-o-terreno</i>
<i>Passeio de bicicleta</i>	<i>Passeios de bicicleta (cicloturismo ou BTT)</i>
<i>Observação e fotografia da vida selvagem</i>	<i>Actividades de observação de fauna e flora; expedições fotográficas</i>
<i>Passeio a cavalo e raid hípico</i>	<i>Passeios equestres, passeios em atrelagens de tracção animal e similares</i>
<i>Percursos de orientação</i>	<i>Actividades de orientação</i>
<i>Actividades de neve</i>	<i>Actividades de neve</i>
<i>Campismo e Caravanismo</i>	
<i>Campismo Selvagem</i>	

Quadro 6 – Actividades Recreativas, Desportivas e Turísticas versus Actividades de Turismo de Natureza (continuação)

ACTIVIDADES RECREATIVAS, DESPORTIVAS E TURÍSTICAS (ARDT)	ACTIVIDADES DE TURISMO DE NATUREZA (ATN)
<i>Piquenique</i>	
<i>Visita a pontos de interesse turístico</i>	
<i>Motocross</i>	
<i>Tiro</i>	
<i>Percursos de manutenção</i>	
<i>Corrida informal</i>	
<i>Caça menor I</i>	
<i>Caça menor II</i>	
<i>Golfe</i>	
<i>Mini-golfe</i>	
<i>Hipismo</i>	
<i>Corrida informal</i>	
<i>Complexos de Recreio, Desporto e Turismo (RDT)</i>	
	<i>Jogos populares</i>
	<i>Actividades de teambuilding</i>
	<i>Paintball</i>
	<i>Passeios de segway e em outros veículos não poluentes</i>
	<i>Besta, zarabatana, carabina de pressão de ar, e similares</i>
	<i>Observação de cetáceos e outros animais marinhos</i>
<i>Remo</i>	<i>Remo</i>
<i>Canoagem</i>	<i>Canoagem</i>
<i>Passeio de barco a motor</i>	<i>Passeios de barco, com ou sem motor</i>
<i>Windsurf</i>	<i>Windsurf</i>
<i>Surf</i>	<i>Surf</i>
	<i>Vela</i>
<i>Motonáutica</i>	
<i>Ski aquático/na neve</i>	
<i>Arqueologia subaquática</i>	
<i>Observação e fotografia subaquática</i>	
<i>Caça submarina</i>	
<i>Pesca costeira</i>	
<i>Pesca em águas interiores</i>	
<i>Actividades de praia</i>	
	<i>Bodyboard,, kitesurf e actividades similares</i>
	<i>Mergulho</i>
	<i>Rafting, hidrospeed e actividades similares</i>
	<i>Canyoning, coasteering</i>
<i>Asa delta</i>	<i>Asa delta sem motor</i>
<i>Ascensão em balão</i>	<i>Balonismo</i>
<i>Aeronáutica</i>	
<i>Paraquedismo</i>	
	<i>Parapente e similares</i>
43 ACTIVIDADES	30 ACTIVIDADES

	- Actividades de TERRA
	- Actividades de ÁGUA
	- Actividades de Ar

A actualização do Atlas Desportivo Nacional em curso, poderá constituir uma excelente ocasião para que sejam revistos estes conceitos, bem como os indicadores utilizados na avaliação dos espaços, tempo em conta a sua aplicabilidade nas áreas do turismo e do ambiente.

A análise, cruzamento e avaliação de dados numa perspectiva integrada (desporto, ambiente e turismo), carece numa primeira análise às listagens apresentadas, de uniformização de conceitos e terminologia.

4.1.4. A Carta Desportiva Municipal

Ao nível local, as Cartas Desportivas Municipais, promovidas por algumas autarquias, constituem instrumentos de gestão valiosos no planeamento e gestão dos equipamentos desportivos.

Leal (2007), no estudo que desenvolveu sobre a “Carta Desportiva Municipal de Cuba”, refere que esta pretende ser *“um documento que assuma um papel estratégico, quer a nível do ordenamento do território quer a nível do desenvolvimento sustentável do município, implementando a estratégia municipal de desenvolvimento da actividade física e do Desporto”* (p.47).

A serem elaboradas, as Cartas Desportivas Municipais, sem dúvida que dariam um contributo muito importante para o ordenamento e gestão das práticas desportivas e recreativas ao nível do concelho, em articulação com as Cartas de Desporto de Natureza na RNAP, já que são instrumentos de gestão para as actividades desportivas existentes no concelho.

O Quadro 7 que se apresenta, resume os documentos estudados no contexto da regulamentação das actividades desportivas, verificando-se que existe alguma sobreposição e mesmo duplicação de documentos e instrumentos. Estes documentos, sendo estruturantes da prática desportiva, deverão informar o processo de produção das CDN e respectivos planos de gestão.

Quadro 7 - Instrumentos de Gestão na área do Desporto

INSTRUMENTO DE GESTÃO-DESPORTO	IMPORTÂNCIA
“Carta Europeia do Desporto” Recomendação nº (92) 13 VER (2001)	- Definição de Desporto: todas as formas de actividades físicas que, através de uma participação organizada ou não, têm por objectivo a expressão e o melhoramento da condição física e psíquica, o desenvolvimento das relações sociais ou a obtenção de resultados na competição a todos os níveis. - Desporto e Desenvolvimento Sustentável
“Atlas Desportivo Nacional” Lei de Bases do Desporto (2004)	- Levantamento dos espaços naturais de recreio e desporto, instalações desportivas artificiais, recursos humanos, associativismo desportivo, hábitos desportivos da população, condição física dos cidadãos, quadro normativo nacional e internacional
“Carta das Actividades Recreativas, Desportivas e Turísticas” Lei de Bases do Desporto (2004)	- Levantamento dos espaços naturais de recreio, desporto e turismo, condições de prática, estruturas de apoio, carga de utilização, acessos, área de influência, degradação do ambiente e infraestruturas turísticas
“Carta Desportiva Nacional” Lei de Bases das Actividades Físicas e do Desporto (2007)	- Instalações desportivas, espaços naturais de recreio e desporto, associativismo desportivo, hábitos desportivos, condição física das pessoas, enquadramento humano
“Carta Desportiva Municipal” Lei de Bases das Actividades Físicas e do Desporto (2007)	- Estratégia municipal de desenvolvimento da actividade física e do Desporto. - Levantamento dos equipamentos e espaços desportivos ao nível do concelho.
“Regulamento Municipal sobre o Licenciamento das actividades diversas previstas no Decreto-Lei N.º 264/2002, de 25 de Novembro e no Decreto-Lei N.º 310/2002, de 18 de Dezembro. Transferência para as Câmaras Municipais de competências dos Governos Cívicos.”(2002)	- Licenciamento de “campismo selvagem” e “actividades desportivas”.

4.2. Actividades Turísticas

O Decreto-Lei nº 67/2008, de 10 de Abril que aprova o regime jurídico das áreas regionais de turismo de Portugal continental e dos pólos de desenvolvimento turístico, refere no seu preâmbulo a importância do envolvimento, da mobilização e da responsabilização dos agentes privados e públicos, “*impondo-se a coexistência de organismos que o qualifiquem, incentivem e promovam.*” A evolução na organização das Entidades Regionais de Turismo, antes do PENT e depois do PEN, está traduzida na Fig. 6.

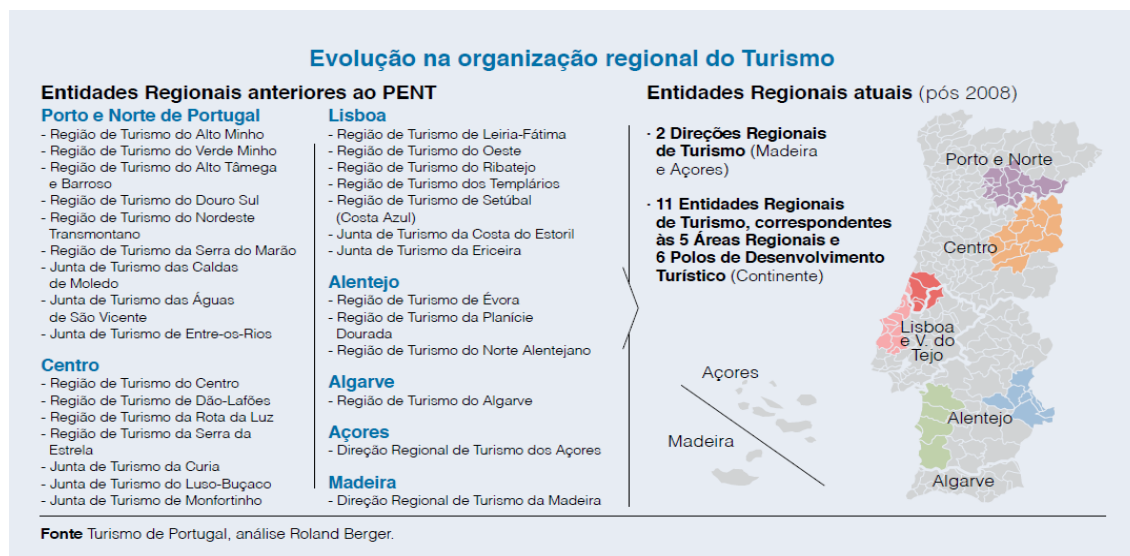


Figura 6 – Evolução na organização regional do Turismo, de acordo com “Proposta para revisão no horizonte 2015 – versão 2.0”

Neste contexto, a lei determina que compete às Entidades Regionais de Turismo, a valorização turística das respectivas áreas, visando o aproveitamento sustentado dos recursos turísticos de acordo com as orientações governamentais e ainda a dinamização e a potencialização dos valores turísticos regionais.

4.2.1. O PENT

O Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT) lançado em 2006 pelo Ministério da Economia e Inovação teve como objectivo servir de base à concretização de acções definidas para o crescimento sustentado do Turismo nacional e orientar a actividade do Turismo de Portugal, IP, entidade pública central do sector, bem como a dos seus parceiros públicos e privados no quadro de uma cooperação efectiva.

Considerando o Turismo como actividade transversal, determinante para o desenvolvimento económico, social e cultural, o PENT teve ainda como função articular as políticas definidas para o sector com outras áreas, nomeadamente o ordenamento do território, o ambiente, o desenvolvimento rural, o património cultural, a saúde, o desporto, as infraestruturas e o transporte aéreo.

O PENT sintetiza as conclusões do diagnóstico e formula os objectivos e linhas de desenvolvimento estratégico para o sector, materializados em 5 eixos estratégicos, através de 11 projectos de implementação.

Cinco Eixos

1. Territórios, Destinos e Produtos
2. Marcas e Mercados
3. Qualificação d Recursos
4. Distribuição e Comercialização
5. Inovação e Conhecimento

Onze Projectos

1. Produtos, Destinos e Pólos
2. Intervenção em ZIT's (Urbanismo, Ambiente e Paisagem)
3. Desenvolvimento de Conteúdos Distintivos e Inovadores
4. Eventos
5. Acessibilidade Aérea
6. Marcas, Promoção e Distribuição
7. Programa de Qualidade
8. Excelência do Capital Humano
9. Conhecimento e Inovação
10. Eficácia do relacionamento Estado-Empresa
11. Modernização Empresarial

Tendo em conta os recursos e os factores distintivos de Portugal e o seu potencial de crescimento futuro, foram seleccionados 10 produtos turísticos estratégicos, sendo que alguns destes foram requalificados (Golfe, Sol e Mar, *City Breaks*, Turismo de Negócios, Touring Cultural e Paisagístico), e outros são produtos inovadores (Turismo de Natureza, Turismo Náutico, Saúde e Bem-Estar, Resorts Integrados e Turismo Residencial, e Gastronomia e Vinhos).

Passados 5 anos sobre a sua implementação, a “Proposta para revisão no horizonte 2015 – versão 2.0”, faz uma análise do trabalho realizado e define como uma das 11 linhas de desenvolvimento a “Sustentabilidade como modelo de desenvolvimento”.

Desenvolver o turismo sustentável potenciando cadeias de valor relacionadas, dinamizando a economia local, conservando o meio ambiente e fomentando práticas ambientalmente

responsáveis por parte de todos os agentes e, demonstrando que o turismo não só não destrói como adiciona valor e qualidade de vida.

No que diz respeito aos 10 Produtos Estratégicos lançados no PENT, e nesta fase de avaliação, verifica-se que estes se mantêm com algumas ressalvas; no que diz respeito ao “Turismo de Natureza” é sugerido que a oferta seja estruturada, melhorando as condições de visitação dos recursos e a formação dos recursos humanos.

Acresce ainda a necessidade de um desenvolvimento sistemático e estruturado, potenciando a venda cruzada quer entre produtos da mesma região, quer entre regiões que oferecem cada produto.

No que diz respeito aos produtos prioritários por região, verifica-se que o “Turismo de Natureza” é considerado um Produto Estratégico nos Açores e na Madeira, enquanto que no Continente é considerado como um Produto em Desenvolvimento, à excepção de Lisboa, onde não é considerado sequer como produto estratégico.

Quanto à distribuição dos Produtos prioritários pelos Pólos, de acordo com os novos ajustes, o “Turismo de Natureza” apenas está previsto para ser dinamizado pelo Pólo Serra da Estrela.

No contexto das Experiências Marcantes sobre os Recursos Naturais, surgem as ATN, incluindo caminhadas, exploração de parques naturais e grutas, Desportos em ambiente natural (ex: descidas de rios, rafting, mergulho, escalada, etc).

4.2.2. Enquadramento legal do Turismo de Natureza

O Decreto-Lei nº 108/2009, de 15 de Maio, que estabelece as condições de acesso e de exercício da actividade das empresas de animação turística e dos operadores marítimo-turísticos, vem revogar legislação de enquadramento das ATN, nomeadamente:

- Os nºs 2 e 3 do artigo 2.º e os artigos 8º, 9º e 12º do Decreto-Lei n.º 47/99, de 16 de Fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei nº 56/2002, de 11 de Março;

- O Decreto Regulamentar nº 18/99, de 27 de Agosto, com excepção do artigo 6º;

Juntamente com o Decreto-Lei n.º 39/2008, de 7 de Março, que estabeleceu o novo regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos, o

Decreto-Lei nº 108/2009, de 15 de Maio introduz várias alterações, entre as quais destacamos as seguintes:

- redefinição do conceito de TN;
- estabelecimento de um regime simplificado de acesso à actividade através do Turismo de Portugal, I. P. mediante pagamento de uma taxa única;
- congregar num único diploma, o regime de acesso à actividade de animação turística, independentemente da modalidade exercida;
- criação do Registo Nacional dos Agentes de Animação Turística (RNAAT);
- viabilizar o acesso à actividade a pessoas singulares, através da figura do empresário em nome individual, desde que cumpram requisitos exigidos às empresas;
- definição das actividades de animação turística através de uma fórmula aberta, de modo a permitir o enquadramento de novas modalidades de animação turística que constantemente surgem no mercado.
- reforçar as exigências de qualidade, através da definição de requisitos para o exercício da actividade, tendo em vista a qualificação da oferta, a protecção dos recursos naturais e a salvaguarda dos interesses, segurança e satisfação dos turistas;
- obrigatoriedade de informação clara e transparente sobre as condições, características e preços dos serviços disponibilizados pelas empresas do sector;

De acordo com o Artigo 4º - Tipo de actividades:

1 — As actividades de animação turística desenvolvidas em áreas classificadas ou outras com valores naturais designam-se por actividades de turismo de natureza, desde que sejam reconhecidas como tal pelo Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I. P. (ICNB, I. P.), nos termos previstos no capítulo V.

Para além das empresas de animação turística e de acordo com o Artigo 5º - Exclusividade e limites para o exercício da actividade, podem ainda exercer as actividades próprias das empresas de animação turística:

As agências de viagens, ...

As empresas proprietárias ou exploradoras de empreendimentos turísticos ...

As associações, fundações, misericórdias, mutualidades, instituições privadas de solidariedade social, institutos públicos, clubes e associações desportivas, associações ambientalistas, associações juvenis e entidades análogas, quando se verificarem cumulativamente os seguintes requisitos:

i) Prevejam no seu objecto social a possibilidade de exercerem actividades próprias das empresas de animação turística;

ii) A organização das actividades não tenha fim lucrativo;

iii) Se dirija única e exclusivamente aos seus membros ou associados e não ao público em geral;

iv) Não utilizem meios publicitários para a promoção de actividades específicas dirigidos ao público em geral;

v) Obedeçam ao disposto no artigo 26.º na realização de transportes.

Este novo contexto legal, veio retirar o ónus de mais uma taxa às empresas de animação turística, mas deixou de discriminar de forma positiva as entidades que promovem ATN e que têm sede dentro da AP.

As ATN deixam de estar repartidas pelas três modalidades de animação: interpretação, animação e desporto de natureza e passam a integrar um único grupo, o grupo das actividades de animação turística (AAT), denominadas de ATN quando ocorrem na RNAP depois de devidamente reconhecidas pelo ICNB. O leque de actividades anteriormente conotadas com DN, à luz desta nova legislação fica enquadrado nas AAT. O Quadro 8 apresenta as diferenças entre as ADN consideradas nas duas CDN publicadas, e as actividades de animação turística, potenciais ATN.

Quadro 8 - Actividades de Turismo de Natureza / Desporto de Natureza consideradas nas CDN existentes

ACTIVIDADES DE TURISMO DE NATUREZA / DESPORTO DE NATUREZA		
<i>D.L. Nº 108/2009, de 15 de Maio</i> <i>Nova lei da animação turística</i>	<i>Portaria nº 1465/2004, de 17 de Dezembro</i> <i>Carta de Desporto de Natureza do PNSAC</i>	<i>Portaria nº 53/2008, de 18 de Janeiro</i> <i>Carta de Desporto de Natureza do PNSC</i>
<i>Passeios pedestres, expedições fotográficas, percursos interpretativos e actividades de observação de fauna e flora</i>	<i>Pedestrianismo e Percursos Interpretativos</i>	<i>Pedestrianismo e Montanhismo</i>
<i>Actividades de orientação</i>	<i>Orientação</i>	<i>Orientação</i>
<i>Actividades de teambuilding</i>		
<i>Jogos populares</i>		
<i>Montanhismo, escalada, actividades de neve, canyoning, coasteering e espeleologia</i>	<i>Escalada, espeleologia</i>	<i>Montanhismo, Escalada, Espeleologia</i>
<i>Percursos de obstáculos com recurso a rappel, slide, pontes e similares</i>	<i>Slide, rappel</i>	<i>Rappel</i>
<i>Paintball, tiro com arco, besta, zarabatana, carabina de pressão de ar, e similares</i>		
<i>Balonismo, asa delta sem motor, parapente e similares</i>	<i>Balonismo, parapente e asa delta</i>	<i>Voo Livre e Balonismo</i>
<i>Passeios de bicicleta (cicloturismo ou BTT), passeios de segway e em outros veículos não poluentes</i>	<i>BTT</i>	<i>Ciclismo, Cicloturismo e Bicicletas todo-o-terreno</i>
<i>Passeios equestres, passeios em atrelagens de tracção animal e similares</i>	<i>Actividades equestres</i>	<i>Actividades equestres</i>
<i>Passeios em veículos todo-o-terreno</i>		
<i>Passeios de barco, com ou sem motor</i>		
<i>Observação de cetáceos e outros animais marinhos</i>		
<i>Vela, remo, canoagem e actividades náuticas similares</i>	<i>Canoagem</i>	
<i>Surf, bodyboard, windsurf, kitesurf e actividades similares</i>		<i>Surf, windsurf, bodyboard, kit</i>
<i>Rafting, hidrospeed e actividades similares</i>		
<i>Mergulho</i>		

As ATN abrangem assim, não só actividades conotadas com as ADN, mas também Actividades de Animação Ambiental (AAA) e Actividades de Interpretação Ambiental (AIA) consignadas no D.R. nº 18/99, de 27 de Agosto, revogado pelo D.L. nº 108/2009, de 15 de Maio.

4.3. Actividades de Turismo de Natureza

4.3.1. Carta Europeia do Turismo Sustentável

Segundo Jonhson (n/d), o turismo sustentável representa a ligação fundamental entre o planeamento a longo prazo, conservação e ambiente, ganhos económicos e proveitos com as operações turísticas. Este autor considera que o sucesso desta prática depende de uma política e planeamento do turismo adequados, numa base holística e integrada. Alguns factores que poderão conduzir ao sucesso, são segundo Jonhson (n/d), a oportunidade de todas as partes participarem, particularmente no envolvimento local e na monitorização a longo prazo.

A Organização Mundial de Turismo (OMT), o Programa para o Meio Ambiente das Nações Unidas (UNEP) e a União Mundial para a Natureza (UICN), desenvolveram conjuntamente directrizes para o “Desenvolvimento do Turismo Sustentável em Parques Nacionais e Áreas Protegidas (1992), dirigido a gestores destes espaços de países em vias de desenvolvimento.

Entre os documentos elaborados pela UICN, destaca-se a “Carta Europeia do Turismo Sustentável em Espaços Protegidos” inspirada na Carta Mundial do Turismo Sustentável de Lanzarote (1995) e elaborada pela Federação *Europarc*, que por sua vez foi escrita pelo Programa de Acção “Parques para a Vida”.

Outro documento produzido pela UICN foi o chamado “Turismo, ecoturismo e áreas protegidas”, baseado em estudos apresentados nas reuniões de trabalho de turismo que tiveram lugar no Congresso Mundial de Parques Naturais e Áreas protegidas, na Venezuela em 1996. Este documento desenvolve directrizes para o desenvolvimento do turismo sustentável e a sua aplicação é dirigida a gestores de espaços naturais e áreas protegidas que se adaptam às características dos sítios incluídos na Rede Natura 2000.

O Conselho de Europa elaborou entretanto uma série de recomendações sobre Turismo sustentável, concretamente a Recomendação Nº R (95) 10 do Comité de Ministros. Esta Recomendação propõe os princípios e directrizes para a implementação da política e matéria de turismo para as áreas protegidas e enfatiza a importância da integração das áreas protegidas numa estratégia global para o desenvolvimento do turismo sustentável.

Após um estudo sobre o Turismo nas Áreas Protegidas realizado pela Federação EUROPARC, no qual se defende uma forma menos intensiva de turismo que compatibilize e

integre os aspectos ambientais, culturais e sociais com o desenvolvimento económico nestes espaços, a Federação dos Parques Regionais de França constituiu um grupo com representantes europeus de áreas protegidas, operadores turísticos e ONGAs, que redigiu a “Carta Europeia de Turismo Sustentável” (CETS) com o objectivo de pôr em prática as conclusões do referido relatório.

O objectivo principal da “Carta Europeia de Turismo Sustentável” (CETS), assenta no desenvolvimento sustentável da região, de modo a permitir responder às necessidades económicas, sociais e ambientais das gerações presentes, sem comprometer as das gerações futuras.

A CETS é, no fundo, a constituição de uma parceria entre a AP com todos aqueles que têm um papel preponderante no desenvolvimento do turismo na região, com o objectivo de nele integrar os princípios do desenvolvimento sustentável.

Esta parceria inicia-se a partir da delineação de uma estratégia para o turismo que é estabelecida entre a AP e os parceiros aderentes, empresas turísticas e operadores turísticos, na qual se desenvolvem actividades, alojamentos e produtos turísticos que sejam social, económica e ecologicamente sustentáveis e que em simultâneo contribuam para um desenvolvimento económico da região.

Qualquer tipo de AP pode individualmente candidatar-se à Carta, sendo o sistema de adesão um acordo voluntário que compromete os signatários: gestores das AP, empresários turísticos e outros actores locais, a por em pratica uma estratégia local de turismo sustentável.

A CETS tem entre os seus objectivos, assegurar que o turismo suporte e não reduza a qualidade de vida dos habitantes locais através de:

- Envolvimento das comunidades locais no planeamento;
- Assegurar um bom diálogo entre a AP, os habitantes locais e os visitantes;
- Identificar e reduzir os conflitos;
- Monitorizar os fluxos de visitantes para reduzir os impactes negativos através de:
 - ✓ Registo contínuo do número de visitantes, no tempo e no espaço;
 - ✓ Criação e implementação de um PG dos visitantes;

4.3.2. “Programa Nacional de Turismo de Natureza – PNTN”

Resultado de uma parceria pioneira em Portugal, entre as Secretarias de Estado do Ambiente (SEA) e a Secretaria de Estado do Turismo (SET) é o “Programa Nacional de Turismo de Natureza” (PNTN) publicado em 1998 pela Resolução do Conselho de Ministros nº 112/98, de 25 de Agosto. Este documento enquadrador e estruturante de um novo produto turístico para a RNAP, o “Turismo de Natureza”, tem o mérito de relacionar de uma forma integrada e articulada o Ambiente, o Turismo e o Desporto.

Neste contexto, o TN é entendido como o Produto turístico composto por estabelecimentos, actividades e serviços de alojamento e animação ambiental realizados e prestados em zonas na RNAP.

Um dos principais objectivos deste programa é:

“assegurar a articulação entre as diversas entidades intervenientes, fomentando o envolvimento público e privado e promovendo as acções necessárias para atingir uma oferta integrada de alojamento e de animação ambiental, consentânea com os objectivos de conservação da Natureza, de desenvolvimento local sustentável e de diversificação e qualificação da actividade turística.”

Para que os objectivos sejam atingidos é necessário observar os seguintes princípios:

- a) Os projectos de actividade turística devem ser concebidos na óptica do desenvolvimento sustentável, garantindo que a utilização dos recursos não comprometa o seu usufruto pelas gerações futuras;
- b) As actividades turísticas, em cada AP, devem respeitar os valores ambientais intrínsecos e reconhecer que algumas zonas, pela sua sensibilidade ecológica, são interditas ou condicionadas;
- c) A localização das actividades e instalações turísticas deverá obedecer a critérios de ordenamento que evitem a pressão em áreas sensíveis, respeitando a CC do meio natural e social;

- d) A tipologia de empreendimentos e de actividades turísticas, para cada AP, deverá ser previamente definida, tendo em conta a CC dos diferentes ecossistemas, garantindo o seu equilíbrio e perenidade;
- e) Os projectos turísticos devem ser ambientalmente responsáveis, designadamente através da adopção de tecnologias não poluentes, poupança de energias e de recursos essenciais como a água, reciclagem e reutilização de matérias-primas ou transformadas e formas de transporte alternativo e ou colectivo visando uma maior eficácia energética;
- f) Devem ser estabelecidos programas de monitorização relativamente à visitação nas áreas protegidas, de modo a ajustar eventuais disfunções e introduzir formas compatíveis de actividades turísticas;
- g) Os objectivos de conservação de cada AP devem ser claramente entendidos por todos os intervenientes, através do estabelecimento de parcerias entre a população local, a actividade turística e outras organizações interessadas;
- h) Os conceitos de turismo sustentável e de TN devem ser desenvolvidos e incorporados nos programas educacionais e de formação dos profissionais de turismo;
- i) A promoção do turismo nas AP deverá obedecer a uma óptica de sensibilização dos visitantes para o respeito pelos valores que cada área encerra;
- j) Os planos de ordenamento do território, no âmbito das AP, devem contemplar a criação de sistemas de gestão e planeamento que garantam um desenvolvimento turístico sustentável;

Ainda no contexto do PNTN e de forma a melhorar as condições de visitabilidade de uma forma integrada e sustentada, tendo em vista o recreio e a sensibilização ambiental, foi elaborado pela ThinkTur (2009) um estudo intitulado “Programa de Visitação e Comunicação na Rede Nacional de Áreas Protegidas” (RNAP).

De acordo com a *análise SWOT* efectuada às AP's no contexto do estudo acima referido, destacam-se através do Quadro 8, os seguintes Pontos Fortes e Pontos Fracos então identificados (pág. 5.7. Cap 5, 2ª fase):

Quadro 9 – Análise SWOT às AP, de acordo com o estudo “Programa de Visitação e Comunicação na Rede Nacional de Áreas Protegidas”, efectuado pela TThinkTur, entre 2006 e 2009

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
- condições que convidam à realização de actividades lúdicas e desportivas em contacto directo com a natureza ao longo de todo o ano, graças ao clima em geral ameno, em praticamente todas as regiões do país.	- insuficiente ou deficiente sinalização e informação rodoviária;
- imagem e notoriedade de Portugal, reconhecido como um destino turístico de excelência, seguro, tranquilo, hospitaleiro e não poluído sendo o 16º país mais visitado no ranking mundial;	- mau estado de conservação de acessos e vias a pontos de interesse;
- facilidade dos portugueses em comunicarem em línguas estrangeiras (espanhol, francês e inglês)	- ausência de estruturas eficientes de atendimento, recepção, informação, assistência e acompanhamento dos visitantes

Este estudo teve entre outros aspectos, o mérito de avaliar de forma transversal, as potencialidades de cada AP, as fragilidades e as oportunidades, na perspectiva da potenciação dos seus produtos em rede e em complementaridade.

Embora as propostas e orientações decorrentes deste estudo não pareçam ter tido uma aplicabilidade directa nas AP, consideramos que se trata de um documento referência e estruturante no contexto da Visitação e do TN.

Constituído por vários Relatórios acessíveis através do site do ICNB (www.icnb.pt), refere como proposta de programa de infraestruturação, a qualificação geral do território das AP, o ordenamento de espaços e utilizações e a organização da visitação estruturando a oferta existente.

“A delimitação de áreas e instalação de equipamentos específicos geridos e explorados por empresas especializadas em actividades na natureza, permitirá, adicionalmente, concentrar nessas áreas uma parte dos visitantes, reduzir a circulação e o consequente impacto da presença dos mesmos em outras vastas zonas das AP, uma vez que estes, tendencialmente serão atraídos e orientados para percursos, zonas ou localizações nos quais foram previamente criadas as necessárias condições para gerir e controlar os fluxos de visitação e turismo.”

4.3.3. Os “Planos de Ordenamento” versus “Cartas de Desporto de Natureza”

Segundo Ferreira (2004),

“os Planos de Ordenamento das Áreas Protegidas no contexto dos instrumentos de gestão territorial, são uma forma de concretização das políticas de ordenamento e estratégias de planeamento. Estes instrumentos, devem a sua importância ao facto de serem plataformas alargadas de discussão e concertação apoiadas no conhecimento científico e técnico disponível. Como tal, representam instrumentos orientadores da gestão das Áreas Protegidas definindo diversos graus de intervenção e prioridades.

Para além disso, os planos permitem a definição clara das regras de gestão, diminuindo a discricionariedade da administração face ao cidadão e promovem a adopção de objectivos comuns de gestão da área para os diferentes actores.”

De acordo com as características de cada AP, o Plano de Ordenamento é o instrumento de gestão por excelência que estabelece a política de salvaguarda e conservação que se pretende para cada AP, dando enquadramento a todos os outros instrumentos reguladores, nomeadamente as CDN.

Hoje em dia e face às alterações legislativas no âmbito do TN e à publicação relativamente recente da maior parte dos POAPS, verifica-se que as ATN que estão consignadas no Decreto-Lei nº 108/2009, de 15 de Maio ou estão regulamentadas através das CDN ao abrigo do Artigo 6º do Decreto-Regulamentar nº 18/99, de 27 de Agosto e/ou estão regulamentadas através dos POAPS.

Neste contexto e de forma a contextualizar a importância do Plano de Ordenamento enquanto instrumento de gestão na regulamentação das ADN, independentemente da existência da CDN, efectuaram-se dois tipos de análise:

- ao nível dos conceitos e designações adoptados em cada AP, no contexto dos seus POAPS;
- ao nível da regulamentação das ATN na perspectiva das classes de uso, através dos POAPS, apenas em Parques Naturais.

No que diz respeito aos conceitos e designações utilizados em cada AP, foi feito um levantamento exaustivo a partir da legislação que cria os respectivos POAPS <http://portal.icnb.pt/ICNPortal/vPT2007/O+ICNB/Ordenamento+e+Gestão/Planos+de+Ordenamento+das+Áreas+Protegidas+%28POAP%29/poap.htm>

Esse levantamento é apresentado no Anexo 1, sob a forma de listagem detalhada. O Quadro 10 apresenta um resumo desse levantamento, agrupando por cores / tonalidades as principais designações.

No que diz respeito à regulamentação das ATN através dos POAPS, e tendo por base os quadros disponibilizados no site do ICNB <http://portal.icnb.pt/ICNPortal/vPT2007/O+ICNB/Turismo+de+Natureza/Actividades/> foi construído o Quadro 11, considerando apenas os Parques Naturais.

Quadro 10 – Síntese das definições relacionadas com TN / DN, retiradas dos POAP's

Definições/AP's	PNPG	PNA	PNAR	PNDI	PNLN	PNM	PNRF	PNSE	PNSSM	PNSAC	PNSC	PNTI	PNVG	PPAFCC	PPSA	RNB	RNDSJ	RNES	RNET	RNSCMVRSa	RNLSAS	RNM
A																						
AA																						
AAA																						
AD																						
IA																						
ADR																						
ACDRM																						
ATN																						
ADRM																						
AR ¹																						
AR ²																						
AR ³																						
AR ⁴																						
CD																						
DM ¹																						
DM ²																						
DM ³																						
DM ⁴																						
DM ⁵																						
DM ⁶																						
DN ¹																						
DN ²																						
DN ³																						
DN ⁴																						
DN ⁵																						
DN ⁶																						
DN ⁷																						
DN ⁸																						
EDR																						
ITDL																						
LE																						
TN ¹																						
TN ²																						
TN ³																						
TN ⁴																						
TN ⁵																						
TN ⁶																						
PI																						
PG																						
V																						
Data publicação	1995	2008	2005	2005	2008	2008	2009	2009	2005	2010	2004	2008	2004	2008	2008	2008	2005	2008	2008	2008	2007	2005

LEGENDA






A - Animação
AA – Animação Ambiental
AAA -Actividades de Animação Ambiental
AD- Actividades Desportivas
IA – Interpretação Ambiental
ADR – Actividade Desportiva ou Recreativa
ACDRM – Actividades de carácter desportivo ou recreativo motorizadas
AD- Actividades Desportivas
ATN – Actividades de Turismo de Natureza
TN – Turismo de Natureza
ADRM – Actividade Desportiva ou Recreativa Motorizada
AR – Actividades Recreativas
CD – Competições Desportivas
DM – Desportos Motorizados
DN – Desporto de Natureza
EDR – Evento Desportivo ou Recreativo
ITDL – Infraestrutura Turística, Desportiva ou de Lazer
LE – Locais de Estada
PI – Percorso Interpretativo
PG – Plano de Gestão
V – Visitação

Da observação do quadro anterior, verificamos que existe sobretudo uma grande falta de rigor e uniformidade nas definições e conceitos; a comprovar este facto foram identificadas oito designações/definições para “Desporto de Natureza”, seis para “Turismo de Natureza” e “Desportos Motorizados” e quatro para “Actividades Recreativas”, sendo que “Competições Desportivas” é a definição que reúne maior consenso.

No que diz respeito à regulamentação das ATN realizada através dos POAPS, foi feita uma breve análise no universo dos onze PN considerados e tendo por base as ATN consignadas no D.L. nº 108/2009, de 15 de Maio e as classes de espaço consideradas nos POAPs.

Quadro 11 - Regulamentação das ATN nos PN, através dos POAPS

ACTIVIDADES DE TURISMO DE NATUREZA	PARQUES NATURAIS DA RNAP	CLASSES DE ESPAÇO							
		PT	PP	PPI	PPII	PPIII	PC	PCI	PCII
a) Passeios pedestres, expedições fotográficas, percursos interpretativos e actividades de observação de fauna e flora	PNM								
	PNVG								
	PNSSM								
	PNLN								
	PNAR								
	PNRF								
	PNA								
	PNSACV								
	PNTI								
	PNSE								
	PNDI								
b) Actividades de orientação	PNM								
	PNVG								
	PNSSM								
	PNLN								
	PNAR								
	PNRF								
	PNA								
	PNSACV								
	PNTI								
	PNSE								
	PNDI								
c) Actividades de team-building (constituída por uma ou mais actividades)	PNM								
	PNVG								
	PNSSM								
	PNLN								
	PNAR								
	PNRF								
	PNA								
	PNSACV								
	PNTI								
	PNSE								
	PNDI								
d) Jogos Populares	PNM								
	PNVG								
	PNSSM								
	PNLN								
	PNAR								
	PNRF								
	PNA								
	PNSACV								
	PNTI								
	PNSE								
	PNDI								
e) Montanhismo, escalada, actividades de neve, canyoning, coasteering e espeleologia	PNM								
	PNVG								
	PNSSM								
	PNLN								
	PNAR								
	PNRF								
	PNA								
	PNSACV								
	PNTI								
	PNSE								
	PNDI								
f) Percursos de obstáculos com recurso a rappel, slide, pontes e similares	PNM								
	PNVG								
	PNSSM								
	PNLN								
	PNAR								

Classes de espaço		
PT – Protecção Total		PP II – Protecção Parcial de Nível II
PP – Protecção Parcial		PP III – Protecção Parcial de Nível III
PP I – Protecção Parcial de Nível I		PC – Protecção Complementar
		PC I – Protecção Complementar de Nível I
		PC II – Protecção Complementar de Nível II
Regulamentação		
 Permitida	 Não se aplica	 É omissa
 Parecer prévio	 Interditada	

Relativamente ao quadro anterior, verificamos que a regulamentação das ATN nos PN analisados, varia em função de três factores:

- a presença ou ausência da ATN na AP;
- as Classes de Espaço consideradas em cada POAP;
- a especificidades da AP.

No que diz respeito à classe de espaço mais restritiva, PT – Protecção Total, nalgumas APs é possível realizar actividades desde que sujeitas a parecer prévio; no caso das áreas de PP – Protecção Parcial, embora haja maioritariamente actividades sujeitas a parecer prévio, existem alguns casos de actividades autorizadas.

5. As “*Cartas de Desporto de Natureza*” em Portugal

5.1. Fundamentos Teóricos e resultados práticos das CDN

A Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade, elaborada e publicada em 2001 pela Resolução de Conselho de Ministros nº 152/2001, de 11 de Outubro, prevê a integração da política de turismo e da política de conservação da natureza, como forma de valorização das áreas protegidas, conservação do seu património natural, cultural e social.

Segundo este documento estratégico:

“A gestão das áreas protegidas deve centrar-se na prossecução dos objectivos essenciais que determinaram a sua criação, promovendo o conhecimento, a

monitorização, a conservação e a divulgação dos valores ambientais ali existentes, bem como a preservação e valorização do património cultural e das actividades tradicionais, numa perspectiva de promoção do desenvolvimento local sustentável.

Na relação com outras políticas, a “Estratégia Nacional da Conservação da Natureza da Natureza e da Biodiversidade”, reforça a necessidade de valorizar o “Turismo da Natureza” e o próprio conceito de “Turismo Sustentável” no planeamento estratégico da política do turismo, bem como no ordenamento e no desenvolvimento das actividades turísticas, especialmente nas áreas protegidas.

Para que os objectivos sejam atingidos é ainda fundamental que o turismo se desenvolva de forma sustentável nas áreas protegidas, isto é, evitando a pressão excessiva em áreas sensíveis, respeitando a CC do meio natural.

O Programa Nacional de Turismo de Natureza integra-se nesta estratégia e visa o desenvolvimento de produtos adaptados e sustentáveis no âmbito da RNAP.

A elaboração das CDN no horizonte de 2004, constituiu uma das directivas de acção da Opção nº3 da “Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade”, que foi cumprida com a publicação da CDN do PNSAC, em 17 de Dezembro de 2004, pela Portaria nº 1465/2004, de 17 de Dezembro.

Em termos da sua implementação e de acordo com o Artigo 6º do D.R. nº 18/99, de 27 de Agosto:

- 1 – Cada AP tem que elaborar uma CDN e respectivo regulamento;*
- 2 – A CDN deve ser publicada em portaria conjunta, aprovada pelos membros do governo com tutela no Ambiente e Desporto;*
- 3 - Deve conter as regras e orientações relativas a cada modalidade desportiva, incluindo designadamente, os locais e as épocas do ano adequadas para a prática dessas modalidades bem como as respectivas capacidades de carga;*
- 4 – Deverão ser consultadas para o efeito as federações desportivas dotadas do estatuto de utilidade pública, representativas das diferentes modalidades, assim como outras entidades competentes nestas matérias.*

Em termos estratégicos, as CDN determinam as condições da prática das diferentes actividades desportivas e recreativas cujo regulamento especifica para cada uma, as condições (agentes, locais, datas) em que podem ser realizadas contribuindo para:

- a utilização ordenada do território;
- a preservação de zonas mais sensíveis, diminuindo os impactes negativos;
- a gestão, monitorização e fiscalização mais facilitadas, pelo facto das actividades estarem referenciadas em carta e sinalizadas no terreno.

São Palavras-chave associadas às CDN:

- Zonamento: adequa a prática aos locais, tendo como grande linha directriz o Plano de Ordenamento;
- Responsabilização: introduz diferentes níveis de responsabilização aos agentes e praticantes, consoante o zonamento estabelecido e o tipo de actividade ou modalidade em causa;
- Flexibilidade: ajusta as práticas à época do ano e às dinâmicas, naturais ou induzidas pela pressão humana, dos espaços;

Os principais objectivos das CDN são:

- Ordenar e regular a prática de actividades desportivas e recreativas nas AP, no cumprimento dos objectivos fundamentais que conduziram à elaboração dos respectivos PO e que visam a salvaguarda dos recursos naturais e promoção do desenvolvimento sustentado da região;
- Melhorar qualitativamente a prática desportiva e dotar os agentes turísticos e praticantes de conhecimentos ambientais mais alargados e de práticas ajustados;
- Promover condições para uma prática desportiva em segurança.
- Diminuir a pressão sobre áreas de maior sensibilidade e sobre o território das AP em geral, criando alternativas atractivas nas regiões envolventes;
- Definir e credenciar, para os diferentes tipos de actividades, parceiros privilegiados aos quais caberá assegurar o cumprimento por parte dos diferentes promotores das normas estabelecidas nos regulamentos existentes;

- Dotar os agentes turísticos de conhecimentos ambientais mais alargados e melhorar a prática qualitativa das actividades;
- Promover e divulgar as pequenas empresas locais, sempre que as mesmas reúnam as condições técnicas e conceptuais adequadas;
- Parceria com entidades públicas e privadas na operacionalização dos planos de acção;
- Contribuição prática e financeira para a conservação da natureza dos operadores turísticos e desportivos.

5.2. Cartas de Desporto de Natureza em fase de publicação

Em fase de publicação estão as CDN das seguintes Áreas Protegidas:

- Parque Natural de Castro Marim e Vila Real de Santo António
- Parque Natural do Litoral Norte
- Parque Natural de Montesinho
- Parque Natural do Douro Internacional
- Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica
- Reserva Natural do Estuário do Sado
- Reserva Natural do Estuário do Tejo

Outras AP têm em curso a elaboração das respectivas CDN, é o caso do “Parque Natural da Ria Formosa” e da “Paisagem Protegida da Serra de Montejunto”, uma AP de gestão municipal partilhada entre a Câmara Municipal de Alenquer e a Câmara Municipal do Cadaval.

No que diz respeito à Carta de Desporto de Natureza do Parque Nacional da Peneda-Gerês, embora ainda não tenha sido publicada, merece referência todo o trabalho realizado desde 1998 (data da publicação do PNTN) já que contribuiu para orientar as opções de construção da CDN do PNSAC.

Um dos trabalhos de referência realizados pelo PNPG, foi sem dúvida o “Regulamento para as Actividades Desportivas e Recreativas na Área do PNPG” a par da “Carta Desportiva para as Regiões do Parque Nacional da Peneda-Gerês”. As propostas destes dois documentos

foram postas à discussão no “1º Encontro de Ambiente, Aventura e Lazer”, promovido pelo PNPG e pela ADERE Peneda-Gerês, em Julho de 1998, em Melgaço. Este encontro, dirigido a clubes, associações e instituições públicas, procurou envolver todos os *stakeholders* identificados para a área do PNPG na definição de uma estratégia de organização e utilização do espaço natural, compatível com o seu Plano de Ordenamento.

Mais tarde, Rodrigues (n/d), vem reforçar a importância desta Carta Desportiva (que não chegou a ser publicada), perante os problemas de gestão identificados e que persistem até aos dias de hoje:

“O ordenamento do uso turístico e recreativo da natureza conta, actualmente, com diversos problemas, associados, em grande parte, ao desconhecimento dos conflitos existentes entre estas actividades e a conservação do meio....

Praticamente se desconhece a resposta do meio face à pressão do uso recreativo/desportivo, daí a importância deste projecto - Carta Desportiva para as regiões do Parque Nacional Peneda-Gerês - uma vez que constitui a ferramenta necessária, não só para avaliar esses impactos, mas também para se poder usufruir do meio natural sem o colocar em perigo. É desta problemática que emerge a Carta Desportiva.

5.3. Cartas de Desporto de Natureza publicadas

No que diz respeito às CDN publicadas à data, estão apenas duas: a CDN do PNSAC (2004) – Fig. 7 e a CDN do PNSC (2008) – Fig. 8, sobre as quais iremos efectuar uma análise comparativa tendo por base a cartografia, o conteúdo e a adaptabilidade das mesmas. O resultado dessa análise está traduzido no Quadro 11.

Num ponto seguinte e tendo como estudo de caso a CDN do PNSAC será feita uma análise mais detalhada sobre o seu processo de construção e implementação, fundamentada em documentos internos (relatórios, bases de dados, ofícios...) e no conhecimento pessoal que a autora deste trabalho tem sobre este processo, na medida em que nele participou desde o início.

5.3.1. Análise comparativa entre a CDN do PNSAC e a CDN do PNSC

Considerando que apenas existem duas CDN publicadas: a CDN do PNSAC e a CDN do PNSC, pretende-se através de uma análise comparativa ao nível da cartografia, conteúdo e adaptabilidade das mesmas, retirar conclusões que possam informar o presente estudo, já que a bibliografia sobre este tema é escassa. Deste modo, dentro de cada um dos grupos de análise referidos, consideraram-se os seguintes indicadores:

I. Análise Cartográfica

- Escala
- Tipo de representação cartográfica
- Tipo de base
- Tipo de informação

II. Análise de Conteúdo:

- Definição na carta dos locais/itinerários
- Peças que constituem a carta;
- Relação com a legenda do PO

III. Adaptabilidade das CDN:

- A Visibilidade
- O Manuseamento
- O acesso à informação

Carta de Desporto de Natureza do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros

Publicada através da Portaria nº 1465/2004, de 17 de Dezembro, a carta está datada de 2003, uma vez que foi elaborada nessa data, no contexto do estágio profissional de Taborda, 2003.

I. Análise Cartográfica

Escala

A escala adoptada é a 1/50.000, traduzida numa escala gráfica.

Tipo de representação cartográfica

A expressão cartográfica é uniforme, tendo como fundo uma base hipsométrica, com nove classes, com equidistância de 50 metros.

Tipo de base

A representação da informação é feita através de:

- Manchas, referentes à hipsometria, com as linhas de água mais importantes associadas às nascentes;

Tipo de informação

- Símbolos lineares, referentes ao traçado dos Percursos Pedestres;
- Símbolos pontuais hierarquizados por dimensão, referentes às ADN (símbolos maiores) e infraestruturas (símbolos menores) relativas a alojamento, (nas tipologias consignadas no Decreto-lei nº 47/99, de 16 de Fevereiro), Grutas Turísticas, Centro de Tecelagem Artesanal, Núcleo Ecomuseológico, Pólo de Animação, Centro Hípico/Equestre, Helipista, Parque de Merendas, Posto de Informação Turística, Combustível e Centros de Interpretação. Os símbolos utilizados decorrem do “Programa Nacional de Sinalização para as AP’s.

Verifica-se ainda alguma informação complementar, relativa à rede viária (principal e secundária) e às Sedes de Concelho e Freguesias integradas no PNSAC.

II. Análise de Conteúdo:

De um modo geral, o mapa permite uma boa leitura de conjunto, embora a legenda seja de difícil compreensão à primeira vista.

Definição na carta dos locais/itinerários

De todas as actividades consideradas, apenas os Percursos Pedestres, a Escalada, o Parapente e a Espeleologia têm locais e ou itinerários preferenciais, sinalizados na carta e no terreno.

Apenas para as ADN cartografadas, foram definidas as Capacidades de Carga (CC) e algumas condicionantes à sua utilização consoante a época do ano. Para as restantes, foram definidas Recomendações, ficando a sua realização dependente da análise prévia da sua localização/traçado.

O regulamento da CDN do PNSAC define quais as ADN compatíveis com as características físicas do território e os objectivos de conservação da natureza.

Peças que constituem a carta

Carta e Regulamento – publicados pela Portaria nº 1465/2004, de 17 de Dezembro.

Relatório de Diagnóstico da CDN do PNSAC – documento interno, disponível para consulta no Centro de Documentação do PNSAC, datado de Junho de 2002.

Proposta de Regulamento para a CDN do PNSAC - documento interno, disponível para consulta no Centro de Documentação do PNSAC datado de Junho de 2003.

Relação com a legenda do PO

O POPNSAC em vigor à data da construção da CDN, não tinha abertura na sua legenda para enquadrar as ADN de forma a estabelecer uma relação entre as actividades e o zonamento definido para o território, já que a sua publicação remontava a 1988.

III. Adaptabilidade das CDN

A Visibilidade

A CDN do PNSAC tem uma boa visibilidade atendendo a que foi a primeira carta a ser publicada e ainda ao facto de sempre ter tido uma ampla divulgação em vários momentos e junto de vários públicos.

O Manuseamento

A CDN dada a sua dimensão relativamente pequena, permite um fácil manuseamento, transporte e acondicionamento.

O acesso à informação

O acesso à informação é bastante restrito, sendo possível através da Internet, no site do ICNB ou através de exposições.

CARTA DE DESPORTO DE NATUREZA DO PNSAC

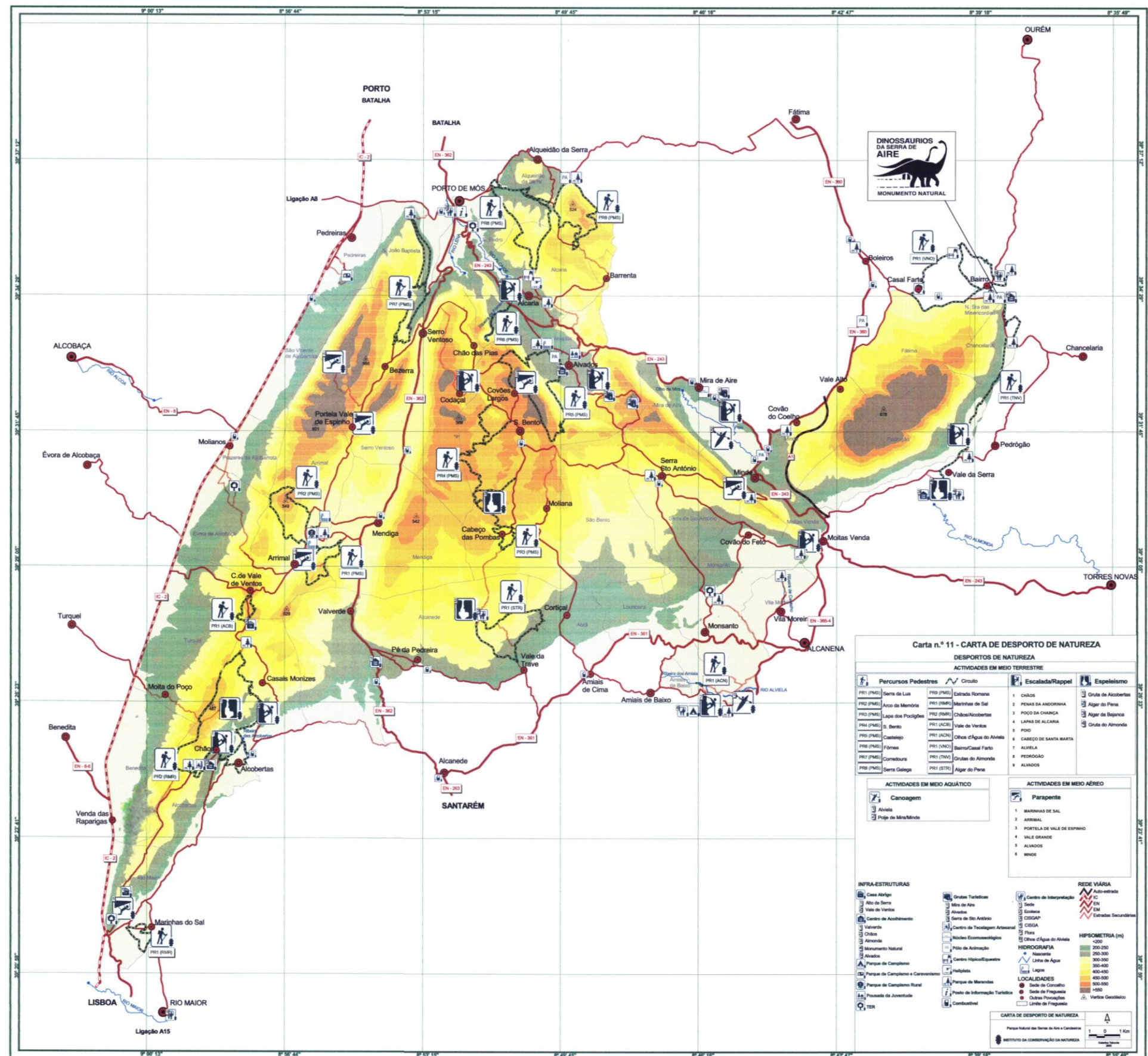


Figura 7 – CDN do PNSAC

Carta de Desporto de Natureza do Parque Natural de Sintra - Cascais

Publicada pela Portaria nº 53/2008, de 18 de Janeiro, a carta está datada de Janeiro de 2006.

I. Análise Cartográfica

Escala

A escala é omissa, havendo uma escala gráfica, deduzindo-se que seja a escala 1/25.000, mais vez que é referido lateralmente que a base cartográfica é a Carta Militar;

Tipo de representação cartográfica

A expressão cartográfica não é uniforme e não denota trabalho de elaboração de base, já que utiliza a base das cartas militares com toda a informação que em si já é bastante e suficiente, sem referir a legenda respectiva; podemos concluir que esta poderá não ser a solução mais adequada e correcta não só em termos cartográficos, mas também em termos de legibilidade.

Tipo de base

A representação da informação é feita através de:

- Manchas, referentes a quatro áreas com estatutos de protecção diferenciados quanto às condicionantes à prática de ADN, a saber:

- “Áreas com Condicionantes Gerais”

Tipo 1- Interdição Total

Tipo 2 - Interdição Total no 1º Semestre;

- “Áreas com Condicionantes Específicas”

Tipo 3 - Interdição a BTT, Balonismo e Orientação;

Tipo 4 – Interdição a Orientação;

- Símbolos lineares, referentes aos traçados dos Percursos Pedestres, Percursos de BTT e Percursos Equestres, representados por tonalidades diferentes correspondentes a um nome; o facto de haver muitas cores e tonalidades idênticas conduz à dificuldade de leitura da carta.
- Símbolos pontuais, referentes a cada uma das ADN consideradas: Percursos Pedestres, Escalada, Espeleologia, Percursos BTT, Percursos Equestres, Desportos de Mar e Voo Livre. Nas actividades de Escalada, Espeleologia e

Voo Livre, cada actividade tem uma cor associada e dentro de cada actividade, os locais de prática estão associados a números.

II. Análise de Conteúdo:

Definição na carta dos locais/itinerários

Verifica-se que para todas as actividades consideradas, com excepção da orientação, foram definidos locais e / ou itinerários preferenciais, assim como as respectivas CC para cada actividade/local.

Peças que constituem a carta

As peças que compõem a CDN do PNSC e de acordo com a Portaria através da qual é publicada, para além do Regulamento são referidas quatro cartas, embora a Portaria apenas publique a Carta Síntese:

- ✓ Carta síntese
- ✓ Carta de condicionantes
- ✓ Carta de modalidades I
- ✓ Carta de modalidades II

Relação com a legenda do PO

Verifica-se que existe uma relação directa entre as ADN e as Classes de uso definidas no POPNSC.

III. Adaptabilidade da CDN

A Visibilidade

O Manuseamento

O acesso à informação

A leitura do mapa é de um modo geral de leitura elementar, o que significa que para decodificar cada símbolo é necessário fazer recurso da legenda.

Para além deste aspecto, o tamanho da carta (demasiado grande e de difícil manuseamento), a simbologia adoptada (números com cores idênticas), mais de seis cores traduzidas em diversas tonalidades, contribuem para a ilegibilidade da carta não facilitando a leitura desta e denotando que não está pensada para que o público em geral possa fazer uma leitura correcta.

Aspectos que diferenciam estas duas CDN:

- prazo de validade assumido para a CDN do PNSC (5 anos) omissa no caso da CDN do PNSAC;

- obrigatoriedade dos PG e PM, que estão na origem deste estudo, na CDN do PNSC.

Tendo em conta a análise efectuada por (Laranjo, 2011, pag. 88) sobre pontos fortes e pontos fracos na elaboração da CDN do PNSC, destacam-se os seguintes aspectos:

Pontos Fracos: quantidade de recursos humanos envolvidos, recursos materiais e técnicos disponíveis e recursos financeiros.

Pontos Fortes: formação de recursos humanos envolvidos, articulação de informação e experiências com outras APs, articulação de informação com os serviços centrais do ICNB, a participação das autarquias e outras entidades públicas, grande adesão dos praticantes às medidas de gestão dos DN, parcerias com entidades locais públicas na gestão dos locais/equipamentos/percursos de DN.

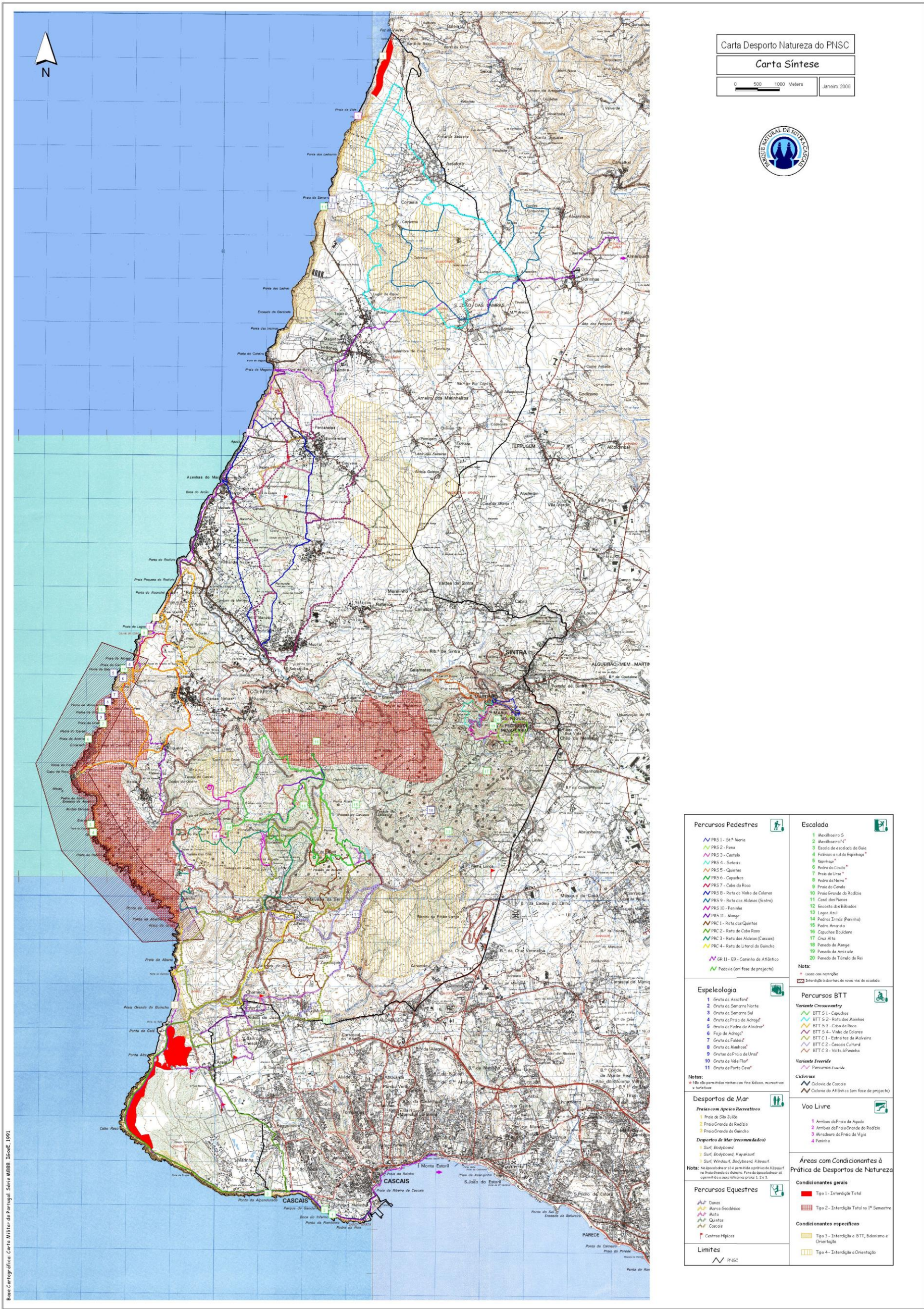


Figura 8 – CDN do PNSC

Quadro 12– Análise comparativa entre as ATN / ADN identificadas na CDN do PNSAC e na CDN do PNSC

CONTEXTO GEOGRÁFICO		
	<i>CDN do PNSAC</i>	<i>CDN do PNSC</i>
<i>DISTRITOS, CONCELHOS e FREGUESIAS ABRANGIDOS</i>	LEIRIA: Alcobaça, Ourém, Porto de Mós SANTARÉM: Alcanena, Rio Maior, Santarém, Torres Novas Freguesias: 32	LISBOA: Cascais e Sintra Freguesias:8
<i>ÁREA</i>	38.900 ha	14.450 ha
ANÁLISE DE CONTEÚDO		
	<i>CDN do PNSAC</i>	<i>CDN do PNSC</i>
<i>ADN</i>	Percursos Pedestres (14) Espeleologia (4) Escalada (9) Percursos de BTT (0) Percursos Equestres (0) Orientação (0) Parapente (6)	Percursos Pedestres (15 de PR e 1 de GR) Espeleologia (11) Escalada (20) Percursos de BTT (11) Percursos Equestres (5) Orientação (0) Voo Livre (4) Desportos de Mar (3)
<i>CAPACIDADE DE CARGA</i>	Escalada Parapente Percursos Pedestres interpretativos Passeios de ciclismo, cicloturismo e BTT interpretativos	Escalada Parapente Percursos Pedestres interpretativos Passeios de ciclismo, cicloturismo e BTT interpretativos
<i>COM DEFINIÇÃO DOS LOCAIS / ITINERÁRIOS PARA A PRÁTICA</i>	Percursos Pedestres Escalada Parapente Espeleologia	Percursos Pedestres Escalada Voo Livre Espeleologia Percursos Equestres Percursos BTT (CrossCountry, Freeride e Ciclovía) Desportos de Mar
<i>SEM DEFINIÇÃO DE LOCAIS / ITINERÁRIOS PARA A PRÁTICA</i>	Orientação Passeios Equestres Passeios de BTT Balonismo	Orientação
<i>ENQUADRAMENTO NO PO</i>	Remete para a CDN a regulamentação das ADN Regula as actividades motorizadas	Áreas com condicionantes à prática de ADN CONDICIONANTES GERAIS Tipo 1 – Interdição total Tipo 2 – Interdição total no 1º semestre CONDICIONANTES ESPECÍFICAS Tipo 3 – Interdição a BTT, Balonismo e Orientação Tipo 4 – Interdição a Orientação

QUADRO 12 – Análise comparativa entre as ATN / ADN identificadas na CDN do PNSAC e na CDN do PNSC (continuação)

ANÁLISE DE CONTEÚDO		
	<i>CDN do PNSAC</i>	<i>CDN do PNSC</i>
<i>PEÇAS QUE CONSTITUEM A CDN</i>	DOCUMENTOS INTERNOS Ponto de Situação - Diagnóstico (Junho de 2002) Proposta Final, após apresentação pública (Junho de 2003) DOCUMENTOS PUBLICADOS “Regulamento da CDN do PNSAC”, publicado pela Portaria nº 1465/2004, de 17 de Dezembro “Carta de Desporto de Natureza do PNSAC”, publicada pela Portaria nº 1465/2004, de 17 de Dezembro	DOCUMENTOS INTERNOS Proposta Técnica (Junho de 2002) DOCUMENTOS PUBLICADOS “Regulamento da CDN do PNSC”, publicada pela Portaria nº 53/2008, de 18 de Janeiro “Carta Síntese”, publicada pela Portaria nº 53/2008, de 18 de Janeiro Carta de Percursos Pedestres, Carta de Percursos de BTT e Actividades, através do “Atlas do Parque Natural de Sintra-Cascais”, da autoria de Luis Baltazar e Carlos Martins, 2005.
<i>DOCUMENTOS COMPLEMENTARES À CDN</i>		Edital da Interdição definitiva da prática de <i>Freeride</i> no PNSC
ANÁLISE CARTOGRÁFICA		
	<i>CDN do PNSAC</i>	<i>CDN do PNSC</i>
<i>DATA</i>	2003	2006
<i>ESCALA</i>	1/50.000	1/25.000
<i>REPRESENTAÇÃO CARTOGRÁFICA</i>		
<i>DIMENSÃO</i>	77,5 m x 77,00 m	1,10 m x 1,56 m
<i>BASE CARTOGRÁFICA</i>	Hipsometria com 9 classes equidistantes de 50m	Cartas Militares
<i>SÍMBOLOS LINEARES</i>	Percursos Pedestres	Percursos Pedestres Percursos Equestres Percursos BTT Orientação
<i>SÍMBOLOS PONTUAIS</i>	Escalada Parapente	Escalada Parapente Actividades de Praia
<i>INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR</i>	Orientação, Percursos Equestres e Percursos de BTT sem tradução cartográfica	
ADAPTABILIDADE		
	<i>CDN do PNSAC</i>	<i>CDN do PNSC</i>
<i>MANUSEAMENTO</i>	Fácil transporte Fácil acondicionamento Fácil manuseamento	Fácil transporte Difícil acondicionamento Difícil manuseamento
<i>DIVULGAÇÃO</i>	Site do ICNB Painéis de exposição	Site do ICNB Painéis informativos Publicação em livro

QUADRO 12 – Análise comparativa entre as ATN / ADN identificadas na CDN do PNSAC e na CDN do PNSC (continuação)

<i>ADAPTABILIDADE</i>		
	<i>CDN do PNSAC</i>	<i>CDN do PNSC</i>
<i>ACESSO À INFORMAÇÃO</i>	Restrita e limitada em meios físicos e informação disponível	Restrita e limitada em meios físicos e informação disponível
<i>PERTINÊNCIA DA INFORMAÇÃO</i>	Falta informação sobre oferta turística complementar Falta informação sobre acessibilidades	Falta informação sobre oferta turística complementar Falta informação sobre acessibilidades
<i>ENQUADRAMENTO LEGAL</i>	Artigo 6º do D.R. nº 18/99, de 27 de Agosto D.L. nº 108/2009, de 15 de Maio RCM nº 57/2010, de 12 de Agosto	Artigo 6º do D.R. nº 18/99, de 27 de Agosto D.L. nº 108/2009, de 15 de Maio RCM nº 1A/2004, de 8 de Janeiro

5.3.2. A Carta de Desporto de Natureza do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros

Neste ponto, inserido nas Cartas de Desporto de Natureza em Portugal e tendo a CDN do PNSAC sido a primeira CDN publicada e uma das duas existentes à data, pretende-se deixar o testemunho desde a sua criação até à sua publicação em 2004, já que constitui o objecto de estudo, do estudo de caso da CDN do PNSAC.

Estudos de enquadramento da CDN do PNSAC

Os primeiros estudos identificados que serviram de ensaio e de base à elaboração da CDN do PNSAC remontam à “Proposta de Uma Rede Global de Recreio para o Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros” (Alves, 1990). Este trabalho com início em Abril de 1988 é sugerido pela então directora do PNSAC, Maria João Botelho (Arqt^a Paisagista) e surge para dar resposta a um dos objectivos definidos no Plano de Ordenamento do PNSAC aprovado pela Portaria nº 21/88, de 12 de Janeiro:

d) A promoção do repouso e do recreio ao ar livre, de forma que as serras de Aire e Candeeiros possam ser visitadas e apreciadas por um número sempre crescente de visitantes, sem que daí advenham riscos de degradação física e biológica para as paisagens e o ambiente.”

Considerando a localização estratégica desta AP em termos de potenciais fluxos de utilizadores (proximidade do litoral e de grandes centros, servido de bons e rápidos acessos) e tendo em conta “a protecção dos aspectos naturais existentes, a defesa do património arquitectónico e cultural, o desenvolvimento das actividades artesanais e a renovação da economia local, bem como a promoção do repouso e do recreio ao ar livre” (Artigo 3º da Portaria nº 21/88, de 12 de Janeiro), este estudo procurou apresentar uma oferta estruturada de actividades de ar livre compatíveis com as características do território e os objectivos de conservação da natureza.

Tendo em conta as diversas temáticas envolvidas, este trabalho contou com o apoio da Escola Prática de Cavalaria de Santarém, nomeadamente na definição dos percursos equestres e da DGD de Santarém, através do contacto com vários especialistas das actividades propostas, nomeadamente o pedestrianismo e os passeios de BTT.

A caracterização do território em termos do seu património natural e cultural constituiu a base de suporte para determinar as actividades de recreio compatíveis com os objectivos definidos no Plano de Ordenamento, publicado pela Portaria nº 21/88, de 12 de Janeiro e no D.L. nº 118/79, de 4 de Maio que cria a AP.

A proposta final ficou assim materializada

“numa malha orgânica, definida por vários tipos de percursos: 1 – pedestres, 2 – equestres, 3 – de bicicleta e 4 – de automóvel, articulados entre si e com características diversas, quanto a objectivos específicos, duração e utilizadores. Constituíram os elementos estruturantes de toda a proposta, na medida em que definiram áreas de utilização do Parque em termos recreativos, evitando desse modo, o uso indiscriminado da área...”

Complementarmente às actividades, foram inventariadas e localizadas na proposta final, as infraestruturas existentes no terreno (Cafés, Bombas de gasolina, Postos Médicos) e outras infraestruturas de apoio às actividades de recreio e lazer, como eram então designadas.

Este estudo serviu de fundamentação à marcação da rede de percursos pedestres que ainda hoje existe no terreno e serviu de base a outros projectos nomeadamente o Plano de Desenvolvimento do Turismo Rural e o Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico para o PNSAC.

No seguimento deste estudo e face à procura crescente dos espaços naturais para a prática de actividades recreativas e desportivas, ...o PNSAC sentiu a necessidade de avançar para um estudo que conduzisse a uma regulamentação para as várias actividades, estudo esse a que chamámos *ORDENAMENTO DO TURISMO ACTIVO NO P.N.S.A.C.* (Alves, 1998).

Criação do Grupo de Trabalho

Mediante a consciência do imenso trabalho pela frente, foi proposta a criação de um Grupo de Trabalho interno - “núcleo duro”, constituído por uma Bióloga, um Espeleólogo, um Vigilante da Natureza e uma Arquitecta Paisagista. Desde o início houve dois aspectos determinantes para o bom desenvolvimento dos trabalhos: (1) a vontade política assumida pela direcção do PNSAC de que o projecto era para avançar, o que permitiu que fossem disponibilizados os meios necessários ao desenvolvimento do estudo e (2) o facto do Grupo

de Trabalho integrar praticantes de várias ATA com formação nalgumas áreas, que permitiu entender a perspectiva do praticante e constituir a motivação para a realização do estudo.

Articulação com outros actores

De forma a integrar esse estudo no ICN e no trabalho que o Parque Nacional da Peneda-Gerês estava a desenvolver através da ADERE-Peneda-Gerês, o PNSAC começou por promover várias consultas, através de correio e reuniões com outras AP (Anexo 3) e os Serviços Centrais, no sentido de averiguar nomeadamente sobre a existência de regulamentação específica para as ATA em estudo, contactos de associações e entidades promotoras e reguladoras dessas mesmas ATA. Foram feitas igualmente consultas externas a diversas entidades sobre os vários contextos, nomeadamente:

- Federações desportivas (enquadramento legal, regras específicas para a sua prática, etc.);
- Federação Portuguesa das Colectividades da Cultura e Recreio (informação sobre as associações que promovem ATA);
- Associações (Desportivas, Ambientalistas, Juvenis), Clubes (informação sobre as actividades praticadas e os locais de prática);
- Instituto do Desporto (enquadramento legal das actividades, regulamentação específica de cada modalidade, tipo de organização social das entidades promotoras das várias actividades: Federação, Sociedade, etc. e contactos das organizações a nível nacional que promovem estas actividades;
- Autarquias (locais de prática das ATA no PNSAC).

A metodologia

A definição da metodologia a utilizar foi um dos primeiros objectivos do estudo, e conforme refere Alves (1998) *“Independentemente da terminologia utilizada ser discutível, a metodologia de trabalho foi definida, com base em quatro vectores fundamentais:*

1 - DIAGNÓSTICO

2 - EXPRESSÃO REAL DAS ACTIVIDADES

3 - PROPOSTA DE REGULAMENTAÇÃO INTERNA

4 - FORUM DO TURISMO ACTIVO”

Os conceitos

Em termos de terminologia e procurando encontrar no universo de termos que proliferavam nas décadas de 80 e 90, (“Turismo Activo”, “Turismo de Aventura”, “Turismo Verde”, “Ecoturismo”), uma designação equivalente às actividades de recreio e lazer que melhor se ajustasse à realidade do PNSAC, optou-se pela designação de “Actividades de Turismo Activo” – ATA.

O Diagnóstico

No âmbito do diagnóstico, procurou obter-se informação a vários níveis: consulta na INTERNET dos programas e actividades oferecidos na área do Parque, enquadramento legal de cada actividade através de contactos com as respectivas federações, identificação das actividades e locais / itinerários utilizados no Parque, através do contacto com as associações, autarquias, experiências nas outras áreas protegidas e informações ao nível do ICN. Neste contexto foi igualmente criada em ACESS, uma base de dados com as entidades promotoras das actividades (designação, morada, contactos, actividades que realizam). Esta Base de Dados foi sendo melhorada e adaptada às necessidades e ainda hoje se mantém em uso.

Feito o levantamento das actividades que ocorriam na área do PNSAC, distribuíram-se por três grupos, de acordo com o suporte físico das mesmas: AR, TERRA e ÁGUA, considerando-se para um primeiro estudo, as que tinham maior expressão no Parque.

As ADN então consideradas com maior expressão para a CDN foram as seguintes:

TERRA

- PEDESTRIANISMO
- BTT
- TODO-O-TERRENO MOTORIZADOS
- ESCALADA
- RAPPEL
- SLIDE
- PAINTBALL
- TIRO COM ARCO
- ESPELEOLOGIA

ÁGUA

- Mergulho Subterrâneo

AR

- ASA DELTA / Parapente - Balonismo - Passeios de Helicóptero

Instrumentos de gestão e monitorização

Entretanto e para sistematização da informação recolhida, foi definida para as actividades de ESCALADA e PARAPENTE, uma FICHA DE CARACTERIZAÇÃO GERAL e dentro de cada actividade considerada, várias FICHAS DE CARACTERIZAÇÃO ESPECÍFICA, tantas quantos os locais onde se praticavam estas actividades. Pretendia-se assim, através deste instrumento, registar e avaliar em cada um dos locais de prática, o enquadramento e os impactes gerados pela actividade, tendo fundamentalmente como base os principais instrumentos de gestão: o Plano de Ordenamento do Parque, a REDE NATURA e os PDM's dos Concelhos que integram o PNSAC. Por outro lado, e com base no conhecimento das potencialidades do PNSAC, em termos das actividades Parapente e Escalada, foram propostos internamente outros locais, uma vez salvaguardadas as questões de conservação da natureza.

Os resultados das análises referidas foram submetidos a parecer técnico das respectivas Federações, incluindo visita aos locais propostos, donde resultaram as Cartas de Aptidão para cada uma das ATA. Paralelamente foram elaboradas propostas de regulamentação para as actividades consideradas.

Relativamente à “Espeleologia”, actividade de DN emblemática do PNSAC, e pelo facto da sua regulamentação ter sido já proposta em Forum, não ficou detalhada, embora ficasse incluída na CDN do PNSAC.

O resultado do diagnóstico efectuado, encontra-se detalhado no Relatório Diagnóstico de Junho de 2002, uma das componentes da CDN do PNSAC, disponível para consulta no Centro de Documentação do PNSAC.

Enquadramento legal

Entretanto em Agosto de 1998 tinha sido criado o Programa Nacional de Turismo de Natureza através da RCM nº 112/98, de 25 de Agosto e um ano depois o Decreto - Regulamentar nº 18/99, de 27 de Agosto veio regulamentar a animação ambiental em três modalidades: a animação ambiental, a interpretação ambiental e o desporto de natureza nas Áreas Protegidas, bem como definir o processo de licenciamento relativamente a estas últimas. O mesmo diploma configura as “Cartas de Desporto de Natureza” como o instrumento de ordenamento e gestão para as ADN quando ocorrem dentro das AP, já que são consideradas aquelas que poderão ser mais impactantes em termos ecológicos e em termos sociais.

Em 2003, é criado pelo Despacho nº 8/2002, de 21 de Fevereiro, o Grupo Piloto para a elaboração das CDN, conforme Anexo 4.

Foram várias as reuniões de trabalho que ocorreram no contexto deste Grupo de Trabalho, das quais resultaram a uniformização de procedimentos e conceitos transversais a todas as AP, nomeadamente as definições para as ADN e os requisitos de prática relacionados com a segurança; por outro lado foi também possível extrapolar estratégias a partir de problemas comuns detectados nas AP representadas. Mais tarde este grupo de trabalho foi dividido para apoiar e acompanhar a elaboração das CDN nas restantes AP (Anexo 5) embora desta vez os resultados práticos não tivessem tido grande expressão. Esse facto deveu-se no nosso entender, a vários factores internos e externos, nomeadamente a falta sistemática de recursos humanos e técnicos afectos à realização das CDN.

Factores de sucesso

No caso do PNSAC e não obstante as mudanças sucessivas da sua direcção, (seis directores em sete anos entre 1996 e 2002), conforme registado na Publicação “25 Anos do PNSAC”:

- Entre 15 Setembro de 1986 e 9 de Setembro de 1996: **Maria João Botelho**;
- Entre 10 de Setembro de 1996 e 31 de Outubro de 1997: **José Manuel Pereira Alho**;
- Entre 24 de Novembro de 1997 e 3 de Março de 1998: **Manuel Martins Neves Dias** (em regime de substituição);
- Entre 4 de Março de 1998 e 25 de Janeiro de 1999: **Luisa Maria Monteiro Dangues Tomás** (Gestão de Assuntos Correntes);
- Entre 26 de Janeiro de 1999 e 7 de Janeiro de 2001: **Olímpio António Alegre Pinto**;

- Entre 8 de Janeiro de 2001 e 4 de Janeiro de 2002: **José Manuel Pereira Alho** (em regime de substituição);
- Entre 5 de Janeiro de 2002 e 31 de Dezembro de 2006 : **Maria João Botelho**;
- Entre 1 de Janeiro de 2007 e 30 abril de 2007: **José Manuel Pereira Alho**;
- Desde 1 de Maio de 2007: **Sofia Castel-Branco da Silveira** (Directora do DGACLLO),

a ponderação negativa desta situação foi claramente anulada por alguns factores de sucesso que passamos a referir:

1 - a aposta clara da primeira direcção do PNSAC no ordenamento das actividades recreativas e desportivas, como uma forma de promover o desenvolvimento local;

2 - continuidade da equipa responsável pela elaboração da CDN do PNSAC ao longo do tempo, isto é, a equipa interna criada em 1998 foi praticamente sempre a mesma até à publicação da CDN;

3 - a sensibilidade de algumas direcções ao facto desta poder vir a ser a primeira CDN publicada, devido ao estado avançado dos estudos;

4 - motivação dos técnicos e pessoas envolvidas directamente na elaboração da CDN do PNSAC, capaz de envolver as próprias direcções;

5 - a visibilidade exterior dos estudos conducentes à elaboração da CDN, através de inúmeras apresentações públicas (congressos, seminários, *workshops*), junto das autarquias, associações, escolas, universidades e público em geral, eventos promovidos pelo PNSAC chamando a atenção para esta temática e ainda a sua divulgação em artigos de revistas e feiras através de exposições;

6 - o envolvimento de estagiários na produção de estudos no contexto do TN e da CDN, de forma a contribuirem para a sua construção, implementação e monitorização;

7 - a existência de recursos humanos e técnicos necessários e adequados à concretização da CDN.

Apresentação pública da CDN do PNSAC

A apresentação da CDN e do seu regulamento foram feitas na Ecoteca das Serras de Aire e Candeeiros em 7 de Junho de 2003, com as seguintes presenças/ausências, conforme Quadro 13.

Quadro 13 - Representatividade dos *stakeholders* na apresentação da CDN do PNSAC e respectivo Regulamento

<i>Entidades convidadas</i>	<i>Entidades presentes</i>
<i>ICN: Presidente e Vice-Presidente, M^a João Burnay, Sandra Moutinho, Paula Bárto e Olinda Costa (1);</i>	<i>ICN: sem representantes (0);</i>
<i>Câmaras Municipais: Alcanena, Alcobça, Ourém, Porto de Mós, Rio Maior, Santarém e Torres Novas(7);</i>	<i>Câmaras Municipais: Alcanena, Ourém e Porto de Mós (3);</i>
<i>Freguesias integradas na área do PNSAC (32);</i>	<i>Juntas de Freguesia: Alvados, S. Pedro, Alcanede, Alcaria, Arrimal (5);</i>
<i>Governos Cívicos de Leiria e Santarém(2);</i>	<i>Governos Cívicos: sem representantes (0);</i>
<i>Federações: Orientação, Cicloturismo e Utilizadores de BTT, Canoagem, Voo Livre, Campismo e Caravanismo, Espeleologia, Montanhismo e Escalada (7);</i>	<i>Federações: Cicloturismo e Utilizadores de BTT, Voo Livre, Campismo e Caravanismo, Espeleologia, Montanhismo e Escalada (5);</i>
<i>Regiões de Turismo: Leiria-Fátima, Templários, Ribatejo e Oeste (3);</i>	<i>Regiões de Turismo: Leiria-Fátima, Templários (2);</i>
<i>Orgãos de Comunicação Social: Jornal de Notícias, Sport Life, Diário de Leiria e CINCUP (4);</i>	<i>Orgãos de Comunicação Social: (0)</i>
<i>Associações/Clubes (35);</i>	<i>Associações/Clubes: Associação de Desportos de Aventura – DESNÍVEL, Clube Desportivo Ribeirense, Amigos da Vida Selvagem, Associação Pato, Clube do Mato, Rancho Folclórico de Chãos, ECLER, Sociedade Portuguesa de Espeleologia, Associação LEADER OESTE, Vertigem, Pé no Trilho, Rancho Folclórico de Chãos (12);</i>
<i>Outras entidades: ESDRM, Instituto do Desporto de Portugal (2);</i>	<i>Outras entidades: (0)</i>
90 Entidades	27 Entidades

Antecipadamente foi enviado a cada entidade, por correio, um CD com a proposta do regulamento a ser apresentado para discussão, tendo sido solicitado o envio de contributos até dia 11 de Julho de 2003.

Os contributos recepcionados tiveram origem nas seguintes entidades:

- ✓ **Câmaras Municipais:** Porto de Mós, Alcanena;
- ✓ **Federações:** Voo Livre, Cicloturismo e Utilizadores de Bicicleta, Portuguesa de Montanhismo e Escalada, Portuguesa de Campismo;
- ✓ **Associações/Clubes:** Clube do Mato e Desnível.

Divulgação e promoção da CDN do PNSAC

Durante o período de elaboração da CDN do PNSAC e depois da sua publicação em 2004, aconteceram várias iniciativas no contexto do Turismo de Natureza, umas promovidas pelo ICNB e outras promovidas por entidades externas, que constituíram oportunidades para o PNSAC divulgar e promover o trabalho realizado junto das escolas, autarquias, empresas, associações e público em geral. Face à escassez/ausência de recursos financeiros afectos a

esta temática, esses momentos constituíram um instrumento fundamental para a divulgação da CDN e das questões relacionadas com o Turismo de Natureza no PNSAC.

Referem-se alguns dos eventos que melhor representam o que foi dito.

Eventos internos, promovidos pelo PNSAC/ICNB:

“2º Congresso Nacional de Conservação da Natureza”, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2001;

“Proposta de Plano Curricular para os Guias de Natureza em Áreas Protegidas”, Estágio do Curso de Turismo, Variante Ambiente do IPL, PNSAC, 2001;

“Acção de Formação de Enquadradores / Guias – Turismo de Natureza”, Rio Maior, 2001;

“Inquéritos à População e aos Visitantes do PNSAC sobre Actividades de Turismo de Natureza”, Estágio do Curso de Turismo, Variante Ambiente do IPL, 2002;

“1º Workshop sobre a CDN”, Monumento Natural das Pegadas de Dinossáurios da Serra de Aire, Bairro, 2002;

“Encontro sobre Turismo e Visitação nas Áreas Protegidas”, Ecoteca de Porto de Mós, Porto de Mós, 2003;

“Enquadramento de Actividades de Animação Ambiental no PNSAC. Um Contributo para a Carta de Desporto de Natureza”, Estágio Profissionalizante da Licenciatura de Geologia – FC, UL, PNSAC, 2003;

“I Festival dos Ventos”, ADSAICA/PNSAC, Alvados, 2004;

“Acção de Formação sobre Guias de Natureza”, PNSAC, Alvados, 2005;

“Avaliação dos Impactes Ambientais e Monitorização das Actividades de Desporto de Natureza na Nascente do Alviela”, Estágio Profissionalizante da Licenciatura de Biologia – FC, UL, PNSAC, 2005;

“Acção de Formação para Enquadradores de Visitas Temáticas e Percursos Pedestres”, PNSAC, Alvados, 2008;

“1º Encontro Temático entre Departamentos – Promoção do desenvolvimento Sustentável em Áreas protegidas: articulação com outras entidades”, ICNB/DGAC-CAA, Castelo Branco, 2008;

“Curso Temático de Turismo de Natureza”, ICNB/DGAC-CAA, Manteigas, 2009;

“Manutenção da Rede de Percursos Pedestres no PNSAC”, Estágio do Curso de Recursos Florestais e Ambientais, PNSAC, 2009;

Eventos externos, promovidos por outras entidades:

“*Conhecer a Pé o Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros*”, NEL, PNSAC, 1993-1996;

“*Seminário sobre Turismo Activo e Meio Ambiente*”, ADIRN, Alcanena, 2000;

“*Seminário Interdisciplinar de Turismo*”, Instituto Politécnico de Leiria, Leiria, 2000;

“*I Jornadas de Pedestrianismo e Percursos Pedestres*”, Federação de Campismo e Montanhismo, Vila Nova de Cerveira, 2000;

“*Seminário sobre Turismo de Natureza*”, NERSANT, Torres Novas, 2000;

“*Congresso Internacional de Ecoturismo*”, Câmara Municipal de Alcanena, Olhos d’Água do Alviela, 2002

“*1º Encontro Nacional de Montanhismo e Escalada*”, Federação Portuguesa de Montanhismo, Alvados, 2003;

“*V Congresso Nacional de Espeleologia*”, IPL, Leiria, 2003;

“*I Congresso Internacional de Desporto de Natureza*”, ESDRM, Rio Maior, 2003;

“*Seminário sobre o Sistema Lagunar Costeiro da Lagoa de Óbidos*”, NOSTRUM, Caldas da Rainha, 2004;

“*Acção de Formação Piloto em Técnicas de Visitação e Exploração Cavernícola para Animadores de Espeleísmo*”, ADIRN, Olhos d’Água do Alviela, 2005;

“*Manutenção de Percursos Pedestres e Sinalização*”, Estágios Trans-Nacionais ao abrigo do Programa Leonardo d’Avinci, EPRM, 2005;

“*VI Jornadas de Pedestrianismo*”, Federação Portuguesa de Campismo e Montanhismo, Arouca, 2005;

“*III Jornadas Técnicas de Pedestrianismo*”, Federação de Campismo e Montanhismo, Fronteira, 2006;

“*1ªs Jornadas Internacionais de Pedestrianismo*”, Federação de Campismo e Montanhismo, Oeiras, 2008;

Relação CDN / POPNSAC

Quando a CDN do PNSAC foi publicada em 2004, vigorava o primeiro PO, publicado pela Portaria nº 21/88, de 12 de Janeiro, no qual a única alusão às actividades desportivas tinha expressão na Secção II – Das actividades, Artigo 15º - Percursos Pedestres:

“o Parque proporá percursos pedestres de pequena e grande rota só podendo a sua sinalização e divulgação ser feita com o acordo e a colaboração da direcção desta área protegida.”

Mais tarde em 2002, durante o período de construção da CDN, coincidente com o período da revisão do POPNSAC, foram construídas duas “Matrizes de Compatibilidade” (Anexos 7 e 8) de forma a avaliar a compatibilidade entre as ADN (intra-relações) e entre estas e os usos propostos no POPNSAC (inter-relações), tendo sido os resultados considerados no regulamento da CDN do PNSAC.

Para finalizar este ponto, apresenta-se uma lista de alguns documentos e momentos mais importantes, durante a elaboração da CDN do PNSAC:

- ✓ **Entre Abril de 1988 e Maio de 1990** – Elaboração da Proposta de uma Rede Global de Recreio para o PNSAC, PNSAC;
- ✓ **Julho de 1998** – 1º Encontro de Ambiente, Aventura e Lazer, Melgaço, PNPG;
- ✓ **Agosto de 1988** – Publicação do Programa Nacional de Turismo de Natureza;
- ✓ **Agosto de 1999** – Publicação da legislação que regula a animação ambiental;
- ✓ **Outubro de 2001** – Elaboração da “Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade”;
- ✓ **2000** – Elaboração do “Enquadramento Estratégico para o Turismo de Natureza no PNSAC”;
- ✓ **Fevereiro de 2002** – Criado o Grupo Piloto ICNB para a elaboração das CDN;
- ✓ **Junho de 2003** – Apresentação pública da proposta da CDN do PNSAC e respectivo Regulamento, na Ecoteca de Porto de Mós;
- ✓ **Dezembro de 2004** – Publicação da CDN do PNSAC;

Considerando que a CDN do PNSAC foi acima de tudo um trabalho interdisciplinar e de equipa, construído com a colaboração de várias entidades e intervenientes, aqui fica o registo:

- ✓ **“Núcleo duro” do Grupo de Trabalho do PNSAC:** Alcides Ribeiro (Vigilante da Natureza), Ana Isabel Correia (Arqt^a Paisagista), Maria João Ramos (Bióloga), Olímpio Martins (Espeleólogo);

- ✓ **Equipa do PNSAC:** Vigilantes da Natureza (António Flor, António Frazão, António José Martins, Francisco Barros, Gabriel Simões, Rui Louro, Luis António Ferreira), Nuno Silva Marques (Engº Técnico Agrário), Maria João Martins (Espeleóloga);
- ✓ **Produção em SIG da CDN do PNSAC:** Catarina Taborda (Geógrafa);
- ✓ **Sistema de Informação Geográfica:** Victor Patrício (Vigilante da Natureza);
- ✓ **Caracterização das actividades:** Federação Portuguesa de Voo Livre, Federação Portuguesa de Orientação, Federação Portuguesa Equestre, Federação Portuguesa de Cicloturismo e Utilizadores de Bicicleta, Federação Portuguesa de Espeleologia, Federação Portuguesa de Campismo e Caravanismo, Federação Portuguesa de Canoagem, IDP, ICN / Áreas Protegidas.
- ✓ **Pareceres técnicos:** Federação Portuguesa de Voo Livre, Federação Portuguesa de Espeleologia, Federação Portuguesa de Campismo e Caravanismo, Amigos da Vida Selvagem, Espeleo-Clube de Lisboa Estremadura e Ribatejo e PNSAC (Técnicos e Vigilantes da Natureza do PNSAC);
- ✓ **Informação sobre locais e prática das actividades no PNSAC:** Núcleo de Espeleologia de Leiria, Amigos da Vida Selvagem, outras Associações sediadas na área do PNSAC, Câmaras Municipais da área do PNSAC, Juntas de Freguesia da área do PNSAC, Vigilantes da Natureza do PNSAC;
- ✓ **Enquadramento Jurídico:** José Manuel Trincão Marques (Advogado);
- ✓ **Outros contributos importantes:** Maria João Burnay e Olinda Costa - ICN e Grupo de Trabalho de Turismo de Natureza (João Carlos Neves – PNSSM, João Paulo Fonseca e José Manuel Laranjo – PNSC e Rui Costa - PNAr).

II PARTE – ASPECTOS METODOLÓGICOS APLICADOS AO ESTUDO DE CASO DA CDN DO PNSAC

6. Abordagem metodológica

Esta II Parte tem como objectivo descrever de forma resumida os aspectos metodológicos utilizados no desenvolvimento do estudo de caso da CDN do PNSAC e os outros estudos realizados na perspectiva da construção do modelo conceptual para os PG.

1 – Inicialmente e no contexto da revisão da literatura, foram efectuadas pesquisas sobre Planos de Gestão e Monitorização aplicados ao Desporto, Turismo e Ambiente de forma a identificar variáveis comuns que ajudassem a construir o modelo proposto. Seguidamente, através da pesquisa de instrumentos reguladores das actividades recreativas, desportivas e de turismo de natureza, verificou-se a falta de articulação e também falta de conformidade entre alguns deles, demonstrando a necessidade de haver uma maior articulação que os relacione. No contexto da monitorização, foram identificadas algumas metodologias de análise e avaliação, no âmbito da CC e dos impactes ambientais, com aplicabilidade no presente estudo.

2 – Ainda enquadrado na revisão da bibliografia, foi desenvolvido o tema “Cartas de Desporto de Natureza em Portugal”, tendo este sido subdividido em vários pontos, de forma a criar o quadro de referência para o estudo de caso aplicado à CDN do PNSAC. Neste sentido é feito o enquadramento legal das CDN em Portugal, seguindo-se um ponto de situação quanto às cartas publicadas e em fase de publicação. A análise comparativa ao nível cartográfico, de conteúdo e adaptabilidade, entre as duas CDN publicadas, a CDN do PNSAC e a CDN do PNSC, constitui uma base de trabalho importante, sobretudo no contexto da revisão da CDN do PNSAC.

3 – A apresentação detalhada da construção da CDN do PNSAC, na parte final da revisão da literatura, reúne toda a informação possível e disponível tendo em conta o conhecimento e as funções desempenhadas pela autora deste trabalho, no processo de construção, implementação e revisão da CDN do PNSAC, constituindo o estudo de caso.

4 – Na III Parte de Apresentação e discussão dos resultados, é feita uma Breve Caracterização das ATN no PNSAC entre 2004 e 2009, a partir de dados internos do PNSAC, nomeadamente

Relatórios anuais de actividades e a base de dados do TN. O acesso a estes dados implicou uma autorização prévia da Direcção do PNSAC, tendo em conta o objectivo do estudo. Da análise destes dados, é possível retirar algumas conclusões importantes para o estudo de caso da CDN do PNSAC, nomeadamente ao nível da representatividade destes, face à realidade e às entidades envolvidas nas actividades.

5 – Os recursos disponíveis, constituem outro ponto da III Parte - Apresentação e Discussão dos resultados e estão organizados por vários temas, segundo as modalidades de Animação Ambiental: Interpretação, Animação e Alojamento.

O inventário dos recursos tem por base o levantamento existente à data da elaboração do Enquadramento Estratégico para o Turismo de Natureza no PNSAC, em 2001 e foi actualizado, considerando as respectivas entidades gestoras.

6 – A análise *SWOT* à CDN do PNSAC constitui uma das partes mais importantes deste estudo. Foi efectuada a partir de duas análises *SWOT* dirigidas a *stakeholders*, com o objectivo de recolher contributos para a revisão da CDN do PNSAC. Os resultados desta análise permitem avançar com propostas e medidas concretas no contexto do PG.

6.1. Metodologia

Para a realização deste estudo exploratório, recorreremos à técnica de pesquisa por “estudo de caso”.

Não se estuda um caso para compreender outros casos, mas para compreender o “caso”.

O estudo de caso insere-se essencialmente na investigação qualitativa, de carácter particularista e procura descobrir o que há de mais essencial e característico na situação em estudo, a CDN do PNSAC, pois somente o estudo intensivo de caso, permite a descoberta de determinadas relações (Triviños, 1995).

Para o tratamento dos dados, utilizou-se a *análise SWOT* na avaliação da CDN do PNSAC e a análise quantitativa aos dados relativos às ATN ocorridas entre 2004 e 2009.

A escolha da *análise SWOT* como uma das metodologias, justifica-se na medida em que é utilizada frequentemente em PG, conforme comprovam os estudos referidos no Quadro 29.

O objecto do estudo é uma entidade definida, neste caso a CDN do PNSAC e visa conhecer em profundidade os “como” e os “porquê” que a caracterizam, nomeadamente através da análise *SWOT*.

Algumas das vantagens da utilização deste método no presente estudo (Gonçalves, 2005), prendem-se com a produção de informação acessível, focar pontos únicos que se perderiam num estudo de larga escala, relatar com muito pormenor a situação em estudo, o que proporciona uma maior compreensão da realidade, o conhecimento que origina pode ser aplicado em outros casos similares, podendo servir de suporte à interpretação dos mesmos e pode ser implementado por um único investigador.

Outras características do estudo de caso que justificam a sua escolha, decorrem do seu forte cunho descritivo, procurando identificar padrões e gerar novas hipóteses, novas teorias e novas questões para futura investigação. De carácter naturalista, baseia-se fortemente no trabalho de campo em que o investigador é o principal instrumento de recolha de dados, pelo que a falta de objectividade pode ser um problema. O facto do estudo de caso procurar generalizar proposições teóricas (modelos), poderá permitir a aplicação do modelo proposto a outras AP da RNAP. A consideração da vertente histórica, através da reconstituição da CDN desde a sua criação, constitui outra característica importante do estudo de caso.

A escrita do estudo de caso procurou responder às qualidades de rigor segundo (Hamel et al., 1993):

- a escrita ser livre de processos estilísticos;
- deve incluir a demonstração de conhecimentos;
- a linguagem deve ser irreduzível, de forma a facilitar a sua compreensão.

6.1. Recolha documental

No que diz respeito à recolha documental, tivemos acesso a uma série de documentos de divulgação pública ou de uso interno, mediante autorização prévia da direcção da AP, que nos permitiram fazer uma caracterização das ATN na área do PNSAC, bem como a sua distribuição ao longo dos anos e dos meses no período de estudo, isto é, entre 2004 e 2009, bem como os respectivos promotores e número de participantes envolvidos nessas mesmas actividades.

Os dados relativos às actividades e respectivos promotores, foram obtidos a partir da Base de Dados do Turismo de Natureza, construída em ACCESS com o objectivo de auxiliar a gestão e a monitorização das ATN que ocorrem na área do PNSAC. Embora se reconheça que a BD necessita de alguma simplificação e adaptação em termos das variáveis consideradas, de forma a permitir um mais fácil manuseamento da informação (requisitos das variáveis...), constitui um referencial histórico fundamental.

Os dados apresentados, no que diz respeito à distribuição das ATN entre 2004 e 2009, e respectivos promotores, teve como origem a Base de Dados do PNSAC sobre Turismo de Natureza. Esta BD foi criada em *Acess* de forma a permitir a análise e a monitorização das ATN no PNSAC. Conforme se pode verificar pela Fig. 9.

Foram utilizadas várias fontes de dados (relatórios, cartografia, bases de dados alfanuméricos e georeferenciáveis, ofícios,) tendo em conta que a diversidade de tópicos de análise e em simultâneo permite corroborar o mesmo fenómeno (Yin,1994, p.92)

Neste contexto foram atendidos os três princípios para a recolha de dados (Yin,1994):

a) Usar múltiplas fontes de evidências

O uso de múltiplas fontes de evidência permite o desenvolvimento da investigação em várias frentes – investigar vários aspectos em relação ao mesmo fenómeno. As conclusões e descobertas são assim mais convincentes e apuradas já que advêm de um conjunto de confirmações. Além disso os potenciais problemas de validade do estudo são atendidos, pois as conclusões, nestas condições, são validadas através de várias fontes de evidência.

b) Construir, ao longo do estudo, uma base de dados

Os dados encontrados ao longo do estudo forma sendo armazenados em quadros sistematizados, possibilitando o acesso de outros investigadores.

c) Formar uma cadeia de evidências

Procurou-se configurar o estudo de caso, de forma a que seja perceptível a apresentação das evidências que legitimam o estudo, desde as questões de pesquisa até as conclusões finais.

Algumas limitações ao estudo de caso prendem-se com o prolongamento do estudo no tempo, a manipulação inconsciente dos dados e o facto dos resultados não serem generalizáveis (Gonçalves, 2005).

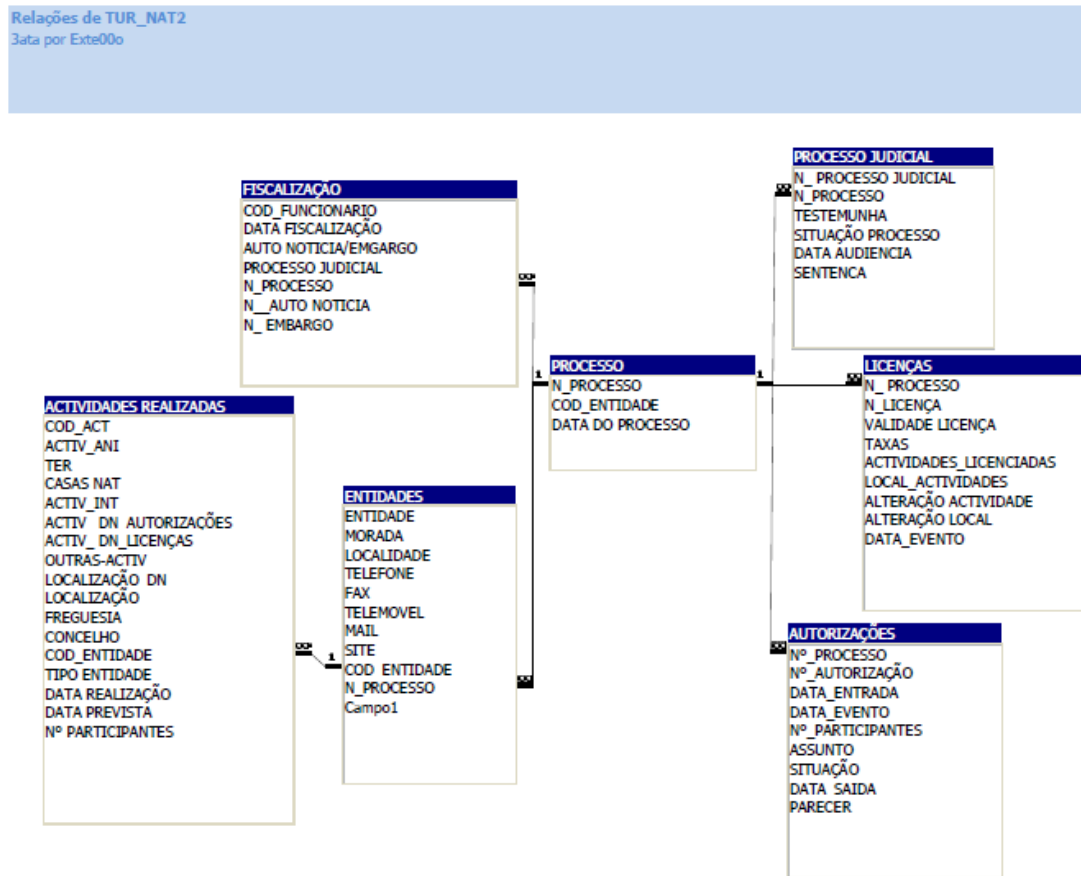


Figura 9 - Relações estabelecidas na Base de Dados do TN

III PARTE – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

6. Breve Caracterização das Actividades de Turismo de Natureza no PNSAC

Considerando o estudo de caso da CDN do PNSAC e tendo por base documentos oficiais (Relatórios Anuais de Actividades do PNSAC e a Base de Dados sobre as ATN) foi feita uma análise qualitativa, de forma a podermos caracterizar as ATN ocorridas entre 2004 e 2009.

Os indicadores utilizados foram os seguintes:

- Principais ATN;
- Distribuição das ATN ao longo do ano;
- Principais entidades promotoras;
- Principais formas de divulgação das ATN;
- Eventos em destaque;
- Enquadramento legal à data;

O período escolhido foi determinado pela data da publicação da CDN do PNSAC (2004) e o ano anterior ao início do presente estudo (2009).

As actividades consideradas nesta análise estão regulamentadas na CDN do PNSAC (Percurso Pedestres, Orientação, BTT, Escalada, Parapente, Balonismo, Espeleologia) e para além destas englobam ainda outras actividades enquadradas no TN, com representatividade no PNSAC durante o período em análise, nomeadamente as Provas de Atletismo e os Passeios Todo-o-terreno.

Embora com objectivos claros de interpretação no contexto da Educação Ambiental mas ainda assim fazendo parte das ATN, consideram-se as Visitas Temáticas promovidas anualmente pelo PNSAC e dirigidas a grupos, predominantemente escolares.

Os dados analisados decorrem de documentos internos: relatórios anuais de actividades, pareceres emitidos pelo PNSAC, Base de dados em Excel do Turismo de Natureza, e ainda de dados divulgados no site do ICNB no contexto do TN, pelo que, poderão não corresponder à totalidade das actividades efectivamente realizadas no período em estudo. Este desfasamento

entre os dados oficiais e os dados reais, constitui um problema que se pretende ajudar a ultrapassar na proposta de gestão.

De salientar que as Multiactividades têm quase sempre duração superior a 1 dia e por esse facto implicam alojamento, pelo que os locais mais utilizados para o desenvolvimento destas actividades são o Parque de Campismo dos Olhos d'Água do Alviela e Chãos. Estas actividades dirigem-se preferencialmente às escolas e correspondem na sua maioria a Campos de Férias.

O número de actividades registadas, implica por vezes mais do que um dia de realização, não tendo sido no entanto contabilizados esses dados, bem como o número de participantes em cada actividade, pela ausência de informação na maioria das actividades

7.1. Ano 2004

a) Identificação das principais ATN

A partir deste quadro verifica-se que as ATN com maior expressão em 2004 são o BTT e o TT, seguidas das Multiactividades. Os Percursos Pedestres e as Provas de Atletismo tiveram a mesma representatividade. A única actividade de Balonismo registada no período em análise, ocorreu na envolvente do Centro de Actividades de Ar Livre em Alvados, entre 20 e 23 de Maio, enquadrada num evento referência denominado “Festival dos Ventos”, que pretendeu precisamente divulgar os locais de prática preferenciais para as ADN.

Quadro 14 – ATN realizadas em 2004

2004	<i>Jan.</i>	<i>Fev.</i>	<i>Mar.</i>	<i>Abr.</i>	<i>Mai.</i>	<i>Jun.</i>	<i>Jul.</i>	<i>Ago.</i>	<i>Set.</i>	<i>Out.</i>	<i>Nov.</i>	<i>Dez.</i>	TOTAL
<i>PED</i>		<i>1</i>	<i>1</i>		<i>2</i>				<i>1</i>			<i>1</i>	<i>6</i>
<i>BTT</i>				<i>2</i>	<i>1</i>	<i>2</i>	<i>1</i>		<i>1</i>	<i>1</i>		<i>1</i>	<i>9</i>
<i>ESC</i>	<i>1</i>		<i>1</i>			<i>1</i>							<i>3</i>
<i>MULT</i>		<i>1</i>		<i>2</i>	<i>1</i>	<i>1</i>		<i>1</i>	<i>1</i>				<i>7</i>
<i>TT</i>	<i>1</i>		<i>2</i>	<i>1</i>	<i>1</i>						<i>1</i>	<i>3</i>	<i>9</i>
<i>ATLET</i>						<i>1</i>				<i>2</i>	<i>2</i>	<i>1</i>	<i>6</i>
<i>MOTOC</i>			<i>1</i>										<i>1</i>
<i>ORIENT</i>			<i>1</i>										<i>1</i>
<i>BALON</i>					<i>1</i>								<i>1</i>
<i>PARAP</i>													<i>0</i>
TOTAL	<i>2</i>	<i>2</i>	<i>6</i>	<i>5</i>	<i>6</i>	<i>5</i>	<i>1</i>	<i>1</i>	<i>3</i>	<i>3</i>	<i>3</i>	<i>6</i>	

b) Distribuição das ATN ao longo do ano

Os períodos do ano em que ocorreram mais actividades foram os meses de Março, Maio e Dezembro (6 actividades) por oposição aos meses de Julho e Agosto que registaram apenas 1 actividade.

c) Principais entidades promotoras

As entidades que promoveram mais actividades em 2004, por ordem de significância foram as Associações, seguidas dos Clubes e depois das Empresas. As actividades promovidas pelas Associações são fundamentalmente as provas de Atletismo, seguidas dos Passeios de BTT.

Entidades licenciadas, ao abrigo do D.R. nº 18/99, de 27 de Agosto:

- ✓ BTTour, Actividades de Animação Turística, Unip.Lda.....*BTT*
- ✓ Clube de Balonismo da Caniçada-Gerês.....*Balonismo*
- ✓ Quinta da Caniçada-Gerês.....*Pedestrianismo*
- ✓ Incentivos Outdoor, Eventos Desportivos, Unip. Lda.....*Orientação*
- ✓ Serra Aventura, Animação Turística*Pedestrianismo*
- ✓ Papa-Léguas, Viagens e Turismo, Lda.....*Pedestrianismo*

d) Formas de divulgação promoção

- “Festival dos Ventos” - Um dos eventos referência durante o ano de 2004, promovido pelo PNSAC/ADSAICA em Maior e que pretendeu chamar a atenção do público em geral e dos potenciais utilizadores das ADN em particular, para a oferta que existia no PNSAC em termos das actividades que viriam a estar regulamentadas na CDN do PNSAC, publicada em Dezembro desse mesmo ano. Realizado em parceria com a Câmara Municipal de Porto de Mós e com o envolvimento de Federações, Associações, Autarquias e Escolas da área do PNSAC, teve a duração de 4 dias e constituiu uma “montra “ da oferta em termos de TN existente na área do PNSAC, com especial destaque para as ADN.

- “Cross do Arco da Memória” – um dos eventos promovidos pela Centro Cultural, Recreativo e Desportivo do Arrimal, com carácter anual, na área do Atletismo, que se mantem.

- “Contra-Relógio Ribeirense” – o único evento promovido pelo Clube Desportivo Ribeirense, com carácter anual, na área do Atletismo.
- “A situação da Animação Desportiva em Portugal”, ESDRM, 21 de Abril – Apresentação de comunicação sobre Cartas de Desporto de Natureza.

e) Enquadramento legal

Em vigor:

- ✓ Resolução de Conselho de Ministros nº 112/98, de 25 de Agosto - Estabelece a criação do Programa Nacional de Turismo de Natureza
- ✓ Decreto-Regulamentar nº 18/99, de 27 de Agosto – Regula a animação ambiental nas modalidades de animação, interpretação ambiental e desporto de natureza nas Áreas Protegidas, bem como o respectivo processo de licenciamento (encontra-se apenas em vigor o artigo 6º)
- ✓ Portaria nº 1465/2004, de 17 de Dezembro – Aprova a Carta de Desporto de Natureza e respectivo regulamento do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros

7.2. Ano 2005

a) Identificação das principais ATN

O maior número de actividades realizadas em 2005 refere-se às actividades Todo-o-terreno, seguindo-se o BTT e as Multiactividades. Maio, Setembro e Novembro, foram os meses em que houve mais actividades e Março e Agosto, os meses em que não houve qualquer actividade registada. De referir que em 2005 registou-se o único evento organizado de parapente, iniciativa que não voltou a repetir-se atendendo à instabilidade das condições climatéricas, factores determinantes para a realização da modalidade.

Quadro 15– Actividades realizadas em 2005

2005	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	TOTAL
PED	1											1	2
BTT				2	2	1			2		1		8
ESC							1				1		2
MULT					2	1	1		2				6
TT	2	1		1		1			1	1	1	1	9
ATLET					1					1	2		4
MOTOC													0
ORIENT													0
BALON													0
PARAP													0
TOTAL	3	1	0	4	5	3	2	0	5	2	5	2	

b) Distribuição das ATN ao longo do ano

Maio, Setembro e Novembro foram os meses em que ocorreram maior número de actividades, não se tendo registado nenhuma actividade em Março e Agosto.

c) Principais entidades promotoras

Continuam a ser os Clubes as principais entidades promotoras de ATN, seguidos das Associações, desta vez a par das Empresas e Autarquias, tendo estas últimas denotado uma dinâmica crescente e acentuada, relativamente ao ano anterior. As actividades que as autarquias “ganharam” às associações, são na área do Atletismo e do BTT.

Entidades licenciadas, ao abrigo do D.R. nº 18/99, de 27 de Agosto:

- ✓ BTTour, Actividades de Animação Turística, Unip.Lda.....*BTT*
- ✓ Incentivos Outdoor, Eventos Desportivos, Unip. Lda.....*Orientação*
- ✓ Serra Aventura, Animação Turística*Pedestrianismo*
- ✓ Papa-Léguas, Viagens e Turismo, Lda.....*Pedestrianismo*
- ✓ AVENTUR-Aventura e Lazer.....*Jogos Tradicionais*

d) Formas de divulgação promoção

- “17 Km Porto de Mós/Serra de Aire”, 22 de Maio – promovido pela Câmara Municipal de Porto de Mós, entre 2005 e 2010.
- “I Congresso sobre Turismo de Natureza no Nordeste Transmontano”, 15 de Julho – Apresentação da CDN do PNSAC.
- “Avaliação dos Impactes Ambientais e Monitorização das actividades propostas na CDN do PNSAC na Nascente do Alviela”, Agosto de 2004 a Setembro de 2005 – Estágio Curricular da Faculdade de Ciências de Lisboa, por Sofia Brogueira.
- Manutenção da Rede de Percursos Pedestres do PNSAC – Estágios Trans-Nacionais ao abrigo do programa Leonardo d’Avinci.

e) Enquadramento legal

Mantem-se o anterior quadro legal.

7.3. Ano 2006

a) Identificação das principais ATN

As ADN mais representativas em 2006, foram sem dúvida as relacionadas com o BTT, seguidas do TT e do Atletismo. No Atletismo mantêm-se eventos referência de anos anteriores, como sejam o ”Cross do Arco da Memória” e os “17 Km Porto de Mós/Serra de Aire”.

Quadro 16– Actividades realizadas em 2006

2006	<i>Jan.</i>	<i>Fev.</i>	<i>Mar.</i>	<i>Abr.</i>	<i>Mai.</i>	<i>Jun.</i>	<i>Jul.</i>	<i>Ago.</i>	<i>Set.</i>	<i>Out.</i>	<i>Nov.</i>	<i>Dez.</i>	TOTAL
<i>PED</i>			1	2					1				4
<i>BTT</i>			1	1	3	1	1		1	1	1		10
<i>ESC</i>		1											1
<i>MULT</i>	1												1
<i>TT</i>		1	1			1				1	3		7
<i>ATLET</i>					1	1				2	2		6
<i>MOTOC</i>													0
<i>ORIENT</i>													0
<i>BALON</i>													0
TOTAL	1	2	3	3	4	3	1	0	2	4	6	0	

b) Distribuição das ATN ao longo do ano

Em Novembro e Maio, ocorreram o maior número de actividades, respectivamente na área do TT e do BTT e em Agosto e Dezembro não houve registo de qualquer actividade.

c) Principais entidades promotoras

Mais uma vez, as Associações, foram as principais entidades promotoras de ATN, seguidas dos Clubes e das Empresas.

Entidades licenciadas ao abrigo do D.R. nº 18/99, de 27 de Agosto:

- ✓ Papa-Léguas, Viagens e Turismo, Lda.....*Pedestrianismo*
- ✓ Centro Desportivo Ribeirense.....*Atletismo*
- ✓ Centro Cultural Recreativo e Desportivo do Arrimal.....*BTT e Pedestre*
- ✓ Clube Todo-o-Terreno.....*Passeios todo-o-terreno*
- ✓ Team Target.....*Tiro com Arco*
- ✓ Templar.....*Várias actividades*

d) Formas de divulgação promoção

“Down Hill e Cross-Country”, 1 e 2 de Julho – promovido pela Câmara Municipal de Porto de Mós, repetindo-se em 2008 e 2010.

e) Enquadramento legal

Mantém-se o anterior quadro legal.

7.4. Ano 2007

a) Identificação das principais ATN

As principais ATN ocorridas em 2007 foram os Percursos Pedestres e o BTT, notando-se de um modo geral uma diminuição acentuada do número de actividades realizadas.

Quadro 17 - Actividades realizadas em 2007

2007	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	TOTAL
PED				2	1						1		4
BTT			1										1
ESC													0
MULT												1	1
TT										1			1
ATLET										1			1
MOTOC													0
ORIENT										1			1
BALON													0
CICLOT					1								1
PARAP													0
TOTAL	0	0	1	2	2	0	0	0	0	3	1	1	

b) Distribuição das ATN ao longo do ano

As actividades ocorreram nos meses de Outubro, Abril e Maio.

c) Principais entidades promotoras

As principais entidades promotoras são as Associações, seguidas dos Clubes e em igualdade de representatividade, as Autarquias e as Empresas.

Entidades licenciadas ao abrigo do D.R. nº 18/99, de 27 de Agosto:

- ✓ BTTour, Actividades de Animação Turística, Unip.Lda.....*BTT*
- ✓ Papa-Léguas, Viagens e Turismo, Lda.....*Pedestrianismo*
- ✓ Centro Cultural Recreativo e Desportivo do Arrimal.....*BTT e Pedestre*
- ✓ Eventura, Projectos de Aventura.....*Orientação*
- ✓ Centro Cultural Recreativo e Recreativo de Alqueidão da Serra.....*Cicloturismo*

d) Enquadramento legal

Mantém-se o anterior quadro legal

7.5. Ano 2008

a) Identificação das principais ATN

As principais ATN foram o BTT e logo de seguida, a Escalada e o Atletismo.

Quadro 18– Actividades realizadas em 2008

2008	<i>Jan.</i>	<i>Fev.</i>	<i>Mar.</i>	<i>Abr.</i>	<i>Mai.</i>	<i>Jun.</i>	<i>Jul.</i>	<i>Ago.</i>	<i>Set.</i>	<i>Out.</i>	<i>Nov.</i>	<i>Dez.</i>	TOTAL
<i>PED</i>		1			1								2
<i>BTT</i>			2		1		1						4
<i>ESC</i>			1	1									2
<i>MULT</i>		1											0
<i>TT</i>		1											1
<i>ATLET</i>					1					1			2
<i>MOTOC</i>													0
<i>ORIENT</i>													0
<i>BALON</i>													0
<i>PARAP</i>													0
TOTAL	0	2	3	1	3	0	1	0	0	1	0	0	

b) Distribuição das ATN ao longo do ano

Março e Maio foram os meses com maior número de actividades.

c) Principais entidades promotoras

Em primeiro lugar as Associações seguidas dos Clubes, e só depois as Autarquias. As Empresas e as Escolas estão em último lugar quanto à representatividade.

Entidades licenciadas ao abrigo do D.R. nº 18/99, de 27 de Agosto:

- ✓ BTTour, Actividades de Animação Turística, Unip. Lda.....*BTT*
- ✓ Centro Cultural Recreativo e Desportivo do Arrimal.....*BTT e Pedestre*

d) Enquadramento legal

Decreto-Lei nº 108/2009, de 15 de Maio – Estabelece as condições de acesso e de exercício da actividade das empresas de animação turística, e dos operadores marítimo–turísticos.

Esta nova legislação vem trazer grandes alterações a vários níveis nomeadamente ao nível das definições/conceitos de Desporto de Natureza/Turismo de Natureza e do regime de licenciamento;

7.6. Ano 2009

a) Identificação das principais ATN

Quadro 19– Actividades realizadas em 2009

2009	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	TOTAL
PED				2	1				1		1		5
BTT							1					1	2
ESC				1	1	1		1					4
MULT								1					1
TT													0
ATLET					1								1
MOTOC													0
ORIENT													0
BALON													0
TOTAL	0	0	0	3	3	1	1	2	1	0	1	1	

b) Enquadramento legal

- ✓ Decreto-Lei nº 108/2009, de 15 de Maio – Estabelece as condições de acesso e de exercício da actividade das empresas de animação turística, e dos operadores marítimo –turísticos
- ✓ Portaria nº 651/2009, de 12 de Junho – Define o Código de Conduta a adoptar pelas empresas de animação turística e dos operadores marítimo turísticos que exerçam actividades reconhecidas como TN e o logotipo que os identifica.

Em resumo, apresentam-se os Quadros síntese para alguns dos indicadores analisados no período entre 2004 e 2009.

A partir do Quadro 23, verifica-se que as ATN com maior expressão por ordem decrescente, são as Actividades em BTT e as Actividades TT, seguidas dos Percursos Pedestres e do Atletismo.

Quadro 20 - Principais ATN realizadas entre 2004 e 2009

	PED	BTT	ESC	MULTI-ACT	TT	ATLET	MOTOCIC	ORIENT	BALON	PARAP	VISITAS
2004	6	9	3	7	9	6	1	1	1	0	
2005	2	8	2	6	9	4	0	0	0	0	
2006	4	10	1	1	7	6	0	0	0	0	
2007	4	1	0	1	1	1	0	1	0	1	
2008	2	4	2	0	1	2	0	0	0	0	
2009	5	2	4	1	1	0	0	0	0	0	
TOTAL	23	34	12	16	28	19	1	2	1	1	

Relativamente à distribuição das ATN ao longo do ano e de acordo com o Quadro 24 verifica-se que a época alta começa em Março e vai crescendo até Maio, altura em que atinge o máximo. A partir de Junho até Agosto, as ATN começam a decrescer e em Setembro voltam a aumentar até Novembro.

Quadro 21- Distribuição das ATN ao longo do ano

	<i>Jan.</i>	<i>Fev.</i>	<i>Mar.</i>	<i>Abr.</i>	<i>Mai.</i>	<i>Jun.</i>	<i>Jul.</i>	<i>Ago.</i>	<i>Set.</i>	<i>Out.</i>	<i>Nov.</i>	<i>Dez.</i>	<i>TOTAL</i>
2004	2	2	6	5	6	5	1	1	3	3	3	6	43
2005	3	1	0	4	5	3	2	0	5	2	5	2	32
2006	1	2	3	3	4	3	1	0	2	4	6	0	29
2007	0	0	1	2	2	0	0	0	0	3	1	1	10
2008	0	2	3	1	3	0	1	0	0	1	0	0	11
2009	0	0	0	3	3	1	1	2	1	0	1	1	13
TOTAL	6	7	13	18	23	12	6	3	11	13	15	10	

No que diz respeito às principais entidades promotoras de ATN entre 2004 e 2009, verificamos, conforme Quadro 25, que as Associações e os Clubes se destacam claramente pelo maior número de actividades realizadas, em detrimento das Empresas e das Autarquias

Quadro 22 - Principais entidades promotoras de ATN, entre 2004 e 2009

	<i>AUTARQUIAS</i>	<i>EMPRESA</i>	<i>CLUBE</i>	<i>ASSOC</i>	<i>ESCOLAS</i>
2004	1	6	8	13	4
2005	6	6	10	6	3
2006	2	4	7	8	2
2007	2	2	3	4	0
2008	3	1	5	8	1
2009	1	0	1	1	1
TOTAL	15	19	34	40	11

Relativamente às entidades licenciadas, verifica-se uma diminuição no período referido, o que vem comprovar a diminuição do número de ATN promovidas pelas empresas, evidente no quadro anterior, indicador provável de que as empresas estão a abandonar este território, enquanto palco para as suas actividades. Compreender as razões de tal situação, através nomeadamente da aplicação de inquéritos às empresas que operaram desde 2004 no PNSAC, seria sem dúvida uma mais valia para o presente estudo, mas não tendo sido possível, aqui fica o desafio para futuros estudos.

Quadro 23 - Entidades licenciadas entre 2004 e 2009

<i>ENTIDADES</i>	<i>ACTIVIDADES</i>	<i>2002</i>	<i>2003</i>	<i>2004</i>	<i>2005</i>	<i>2006</i>	<i>2007</i>	<i>2008</i>	<i>2009</i>
<i>BTTour, Actividades de Animação Turística, Unip.Lda.</i>	<i>BTT</i>			X	X		X	X	
<i>Clube de Balonismo da Caniçada-Gerês</i>	<i>Balonismo</i>			X					
<i>Quinta da Caniçada-Gerês</i>	<i>Pedestrianismo</i>			X					
<i>Incentivos Outdoor, Eventos Desportivos, Unipessoal, Lda.</i>	<i>Orientação</i>	X	X	X	X				
<i>Serra Aventura, Animação Turística</i>	<i>Pedestrianismo</i>	X	X	X	X				
<i>Papa-Léguas, Viagens e Turismo, Lda.</i>	<i>Pedestrianismo</i>	X	X	X	X	X	X		
<i>AVENTUR-Aventura e Lazer</i>	<i>Jogos Tradicionais</i>				X				
<i>Centro Desportivo Ribeirense</i>	<i>Atletismo</i>					X			
<i>Centro Cultural Recreativo e Desportivo do Arrimal</i>	<i>BTT e Pedestre</i>					X	X	X	
<i>Clube Todo-o-Terreno</i>	<i>Passeios todo-o-terreno</i>					X			
<i>Team Target</i>	<i>Tiro com Arco</i>					X			
<i>Templar</i>	<i>Várias actividades</i>	X				X			
<i>Fábricadalegria, Insufláveis e Animação Turística, Lda.</i>	<i>Pedestrianismo</i>								X
<i>Eventura, Projectos de Aventura</i>	<i>Orientação</i>						X		
<i>Centro Cultural Recreativo e Recreativo de Alqueidão da Serra</i>	<i>Cicloturismo</i>						X		
<i>TOTAL</i>		<i>4</i>	<i>3</i>	<i>6</i>	<i>5</i>	<i>6</i>	<i>5</i>	<i>2</i>	<i>1</i>

8. Recursos disponíveis

O inventário dos recursos no processo de gestão, é segundo Buckley (1991), um dos aspectos fundamentais que permite avaliar, através da monitorização, o impacte sobre estes, face a factores naturais e humanos.

Na perspectiva do TN enquanto produto turístico integrado que promove o desenvolvimento local através da dinamização do alojamento, gastronomia, artesanato, património cultural e ADN, é fundamental conhecer os recursos existentes.

O “Enquadramento Estratégico para o Turismo de Natureza na área do PNSAC” aprovado pela Comissão Paritária no dia 26 de Julho de 2001 teve como objectivo enquadrar as principais potencialidades para o desenvolvimento do TN nesta AP em cumprimento do artº 5º da Portaria Nº 1214-B/2000 de 27 de Dezembro (SIVETUR). Como tal inventaria os principais recursos existentes nas tipologias enquadradas pelo D.L. nº 47/99, de 27 de Agosto:

- Alojamento
- Animação Ambiental
- Interpretação Ambiental
- Desporto de Natureza

Tendo por base o inventário dos recursos existentes à data do referido estudo, foi feita agora a sua actualização, mantendo as tipologias em que estavam inseridos, ao abrigo do D.L. nº 47/99, de 27 de Agosto e acrescentando as respectivas entidades gestoras. A entidade gestora identificada para cada recurso não coincide necessariamente com a entidade proprietária, situação que não considerámos relevante para o estudo em presença. A introdução desta variável contribui para a construção de uma matriz de envolvimento necessária no processo de gestão que se pretende participado.

Quadro 24 - Alojamento

ALOJAMENTO		
<i>Casas de Natureza</i>	<i>Freguesia/Concelho</i>	<i>Entidade gestora</i>
Casa Abrigo do Alto da Serra – Casa Grande	Alto da Serra/Rio Maior	PNSAC
Casa Abrigo do Alto da Serra – Casa Pequena	Alto da Serra/Rio Maior	PNSAC
Casa Abrigo de Vale de Ventos – Casa Grande	Turquel/Alcobaça	PNSAC
Casa Abrigo de Vale de Ventos – Casa Pequena	Turquel/Alcobaça	PNSAC
Centro de Acolhimento do Monumento Natural	N ^a S ^a das Misericórdias/Ourém	ADSAICA
Centro de Acolhimento de Chãos	Alcobertas/Rio Maior	Cooperativa Terra Chã
Centro de Acolhimento do CIGA	Vale da Serra/Torres Novas	Câmara Municipal de Torres Novas
Centro de Acolhimento de Valverde	Valverde/Porto de Mós	PNSAC
Centro de Acolhimento do Alviela	Amiais de Baixo/Alcanena	Câmara Municipal de Alcanena
Centro de Acolhimento da Casa dos Matos	Alvados/Porto de Mós	Privado
<i>Turismo em Espaço Rural - TER</i>	<i>Freguesia/Concelho</i>	<i>Entidade gestora</i>
Cabeço dos Três Moinhos	Alto da Serra/Rio Maior	Privada
Casa da Amieira	Amiais de Cima/Alcanena	Privada
Casa d'Aldeia	Alto da Serra/Rio Maior	Privada
Casa do Curral Velho	Molianos/Alcobaça	Privada
Casa do Foral	Rio Maior/Rio Maior	Privada
Casa do Moleiro	Alto da Serra/Rio Maior	Privada
Casa da Olaria	Alcaria/Porto de Mós	Privada
Casa da Padeira	Aljubarrota/Alcobaça	Privada
Casa Sra. da Conceição	Alcobaça/Alcobaça	Privada
Challet Fonte Nova	Alcobaça/Alcobaça	Privada
Moinho do Avô Tó	Alto da Serra/Rio Maior	Privada
Moinho do Maia	Alto da Serra/Rio Maior	Privada
O Casal	Casal Farto/Ourém	Privada
Quinta da Ferraria	Rio Maior/Rio Maior	Privada
Quinta do Fidalgo	Batalha/Batalha	Privada
Quinta do Rio Alcaide	Porto de Mós/Porto de Mós	Privada
Quinta da Serrada	Leiria/Leiria	Privada
Quinta das Silveiras	Leiria/Leiria	Privada
Retiro da Avó Lídia	Mendiga/Porto de Mós	Privada
<i>Outros alojamentos</i>	<i>Freguesia/Concelho</i>	<i>Entidade gestora</i>
Parque de Campismo Rural do Arrimal	Arrimal/Porto de Mós	PNSAC
Parque de Campismo e Caravanismo de Pedreiras	Pedreiras/Porto de Mós	J.F. Pedreiras
Parque de Campismo dos Olhos d'Água do Alviela	Amiais de Baixo/Alcanena	C.M. Alcanena
* ¹ Alojamento para Grupos – Monumento Natural das Pegadas de Dinossáurios da Serra de Aire	Bairro/Ourém	ADSAICA
Alojamento para Grupos – Centro Cultural de Chãos	Alcobertas/Rio Maior	Cooperativa Terra Chã
Alojamento para Grupos – Centro de Acolhimento	Alcobertas/Rio Maior	Cooperativa Terra Chã
* ² Alojamento para Grupos – Centro de Interpretação dos Olhos d'Água do Alviela	Amiais de Baixo/Alcanena	C.M. Alcanena
* ³ Alojamento para Grupos – Centro de Interpretação da Gruta do Almonda	Vale da Serra/Torres Novas	C.M. Torres Novas
* ⁴ Alojamento para Grupos - Centro de Interpretação - “Centro de Educação Ambiental da Quinta da Escola”	Alvados/Porto de Mós	Coopescola
Pousada da Juventude	Alvados/Porto de Mós	Instituto da Juventude
Alojamento local	Alvados/Porto de Mós	Coopescola

*¹ Integrado no Centro de Interpretação – “Monumento Natural das Pegadas de Dinossáurios da Serra de Aire”

*² Integrado no Centro de Interpretação – “Centro Ciência Viva dos Olhos d’Água do Alviela”.

*³ Integrado no Centro de Interpretação - “Centro de Interpretação da Gruta do Almonda”

*⁴ Integrado no “Centro de Educação Ambiental da Quinta da Serra”, Serra de Santo António.

***Animação Ambiental:** Actividade que é desenvolvida tendo como suporte o conjunto de actividades, serviços e instalações para promover a ocupação dos tempos livres dos turistas e visitantes através do conhecimento e da fruição dos valores naturais e culturais próprios da área protegida.*

Actividades, serviços e instalações de animação: o conjunto de actividades que se traduzam na ocupação dos tempos livres dos turistas e visitantes, permitindo a diversificação da oferta turística, através da integração dessas actividades e outros recursos das áreas protegidas, contribuindo para a divulgação da gastronomia, do artesanato, dos produtos e das tradições da região onde se inserem, desenvolvendo-se com o apoio das infra-estruturas e dos serviços existentes no âmbito do turismo de natureza.

Percursos Pedestres

Parques de Merendas

Pólos de Animação: local onde se reúnem uma ou mais ocorrências de animação, podendo integrar valências da interpretação e do desporto de natureza;

Quadro 25 - Actividades, Serviços e Instalações de Animação – Percursos Pedestres, segundo “Enquadramento Estratégico para o Turismo de Natureza no PNSAC”

ACTIVIDADES, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES DE ANIMAÇÃO		
<i>Percursos Pedestres</i>	<i>Freguesia/Concelho</i>	<i>Entidade gestora</i>
PR1 (RMR) MARINHAS DE SAL	Rio Maior/Rio Maior	PNSAC com o apoio da ADSAICA
PR2 (RMR) CHÃOS/ALCOBERTAS	Alcobertas/Rio Maior	PNSAC com o apoio da ADSAICA
PR4 (RMR) DE CHÃOS À GRUTA	Alcobertas/Rio Maior	Cooperativa Terra Chã
PR1 (ALC) VALE DE VENTOS	Casal de Vale de Ventos	PNSAC com o apoio da ADSAICA
PR2 (ALC) GRUTA DOS URSOS	Moita do Poço/Alcobaça	PNSAC com o apoio da ADSAICA (desactivado)
PR1 (PMS) SERRA DA LUA	Arrimal/Porto de Mós	PNSAC com o apoio da ADSAICA
PR2 (PMS) ARCO DA MEMÓRIA	Arrimal/Porto de Mós	PNSAC com o apoio da ADSAICA
PR3 (PMS) LAPA DOS POCILGÕES	Cabeço das Pombas/Porto de Mós	PNSAC com o apoio da ADSAICA
PR4 (PMS) ROTA DE S. BENTO	Cabeço das Pombas/Porto de	PNSAC com o apoio da ADSAICA

	Mós	
PR5 (PMS) CASTELEJO	Cabeço das Pombas/Porto de Mós	PNSAC com o apoio da ADSAICA
PR6 (PMS) FÓRNEA	Alcaria/Porto de Mós	PNSAC com o apoio da ADSAICA
PR7 (PMS) CORREDOURA	Corredoura/Porto de Mós	PNSAC com o apoio da ADSAICA
PR8 (PMS) SERRA GALEGA	Cortinas/Porto de Mós	PNSAC com o apoio da ADSAICA
PR9 (PMS) ESTRADA ROMANA	Alqueidão da Serra/Porto de Mós	PNSAC com o apoio da ADSAICA
PR1 (STR) GRUTA-ALGAR DO PENA	Vale do Mar/Santarém	PNSAC com o apoio da ADSAICA
PR1 (VNO) BAIRRO/CASAL FARTO	Bairro/Ourém	PNSAC com o apoio da ADSAICA
PR1 (ACN) OLHOS D'ÁGUA DO ALVIELA	Amiais de Baixo/Alcanena	PNSAC com o apoio da ADSAICA
ROTA DO FOJO	Vale Alto/Ourém	Câmara Municipal de Torres Novas
ROTAS MARIANAS	várias	Centro Nacional de Cultura

Quadro 26 – Actividades, Serviços e Instalações de Animação - Parques de Merendas, segundo “Enquadramento Estratégico para o Turismo de Natureza no PNSAC”

ACTIVIDADES, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES DE ANIMAÇÃO		
<i>Parques de Merendas</i>	<i>Freguesia/Concelho</i>	<i>Entidade gestora</i>
CHÃOS	Alcobertas/Rio Maior	ADSAICA
OLHO D'ÁGUA DAS ALCOBERTAS	Alcobertas/Rio Maior	ADSAICA
PORTELA DAS SALGUEIRAS	Alcobertas/Rio Maior	ADSAICA
CORREDOURA	Corredoura/Porto de Mós	ADSAICA
ESTRADA ROMANA	Alqueidão da Serra/Porto de Mós	ADSAICA
ALCARIA	Alcaria/Porto de Mós	ADSAICA
ALVADOS	Alvados/Porto de Mós	ADSAICA
SERRA DE SANTO ANTÓNIO	Serra de Stº Antº/Alcanena	ADSAICA
MINDE	Minde/Alcanena	ADSAICA
CABEÇO DE SANTA MARTA	Moitas Venda/Alcanena	ADSAICA
MONSANTO	Monsanto	ADSAICA
PEDRÓGÃO	Pedrógão/Torres Novas	ADSAICA
COVÃO DO COELHO	Covão do Coelho/Fátima	ADSAICA
FÁTIMA	Boleiros/Fátima	ADSAICA
BAIRRO	Bairro/Ourém	ADSAICA

Quadro 27 – Actividades, Serviços e Instalações de Animação - Pólos de Animação, segundo “Enquadramento Estratégico para o Turismo de Natureza no PNSAC”

ACTIVIDADES, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES DE ANIMAÇÃO		
<i>Pólos de Animação</i>	<i>Freguesia/Concelho</i>	<i>Entidade gestora</i>
CENTRO HÍPICO DE ALCARIA (CRSAC I)	Alcaria/Porto de Mós	Privado
CENTRO EQUESTRE REGIONAL DE FÁTIMA	Pedreira/Fátima	Associação
EDIFÍCIO DE APOIO TURÍSTICO À ESTRADA ROMANA (CRSAC I)	Alqueidão da Serra/Porto de Mós	C.M. Alcanena, via Associação de Caçadores
PARQUE DESPORTIVO DE ALVADOS actual CENTRO DE ACTIVIDADES DE AR LIVRE DE ALVADOS	Alvados/Porto de Mós	C.M. Porto de Mós
FUNPARK	Boleiros/Fátima	Empresa EVENTURA
RESERVA DE BURROS (actual QUINTA DA ESCOLA)	Alvados/Porto de Mós	Coopescola
CAMPO DE ESCUTEIROS DA SERRA DE AIRE	Pedrógão/Ourém	C.M. Torres Novas
QUINTA DO ARRIFE	Amiais de Cima/Santarém	Casa Pia de Lisboa

Actividades, serviços e instalações de Interpretação: toda a actividade que permite ao visitante o conhecimento global do património que caracteriza a área protegida, através da

observação, no local, das formações geológicas, da flora, fauna e respectivos habitats, bem como de aspectos ligados aos usos e costumes das populações, com recurso às instalações, sistemas e equipamentos do turismo de natureza.

Centros de Interpretação: infra-estrutura destinada a proporcionar ao visitante o conhecimento global e integrado da AP de forma comparativa e evolutiva, com recurso a uma base científica que, para além da simples descrição dos fenómenos, permite a sua compreensão no tempo e no espaço.

Pólos de Recepção: local devidamente equipado destinado à recepção de visitantes e à prestação de informação sobre a AP, podendo dispor de serviços específicos da animação ambiental.

Núcleo ecomuseológico: local ou instalação onde através da interpretação se remete o visitante para a compreensão de determinados fenómenos culturais, sociais e naturais, através do seu contacto directo e ou da recriação dos mesmos.

Quadro 28 – Actividades, Serviços e Instalações de Interpretação - Centros de Interpretação, segundo “Enquadramento Estratégico para o Turismo de Natureza no PNSAC”

ACTIVIDADES, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES DE INTERPRETAÇÃO		
Centros de Interpretação	Freguesia/Concelho	Entidade gestora
SEDE	Rio Maior	PNSAC
MONUMENTO NATURAL – PÉGADAS DE DINOSSÁURIOS DA SERRA DE AIRE	Bairro/Ourém	ADSAICA
ECOTECA DAS SERRAS DE AIRE E CANDEEIROS	S. Pedro/Porto de Mós	PNSAC
NÚCLEO ECOMUSEOLÓGICO DE MIRA DE AIRE actual CENTRO DE EXPOSIÇÕES DE MIRA DE AIRE	Mira de Aire/Porto de Mós	J.F. Mira de Aire
CENTRO DE FORMAÇÃO E TECELAGEM DE CHÃOS	Alcobertas/Rio Maior	Cooperativa Terra Chã
CENTRO DE INTERPRETAÇÃO SUBTERRÂNEO “Gruta Algar do Pena”	Barreirinhas/Santarém	PNSAC
CENTRO DE INTERPRETAÇÃO SUBTERRÂNEO “Gruta do Almonda”	Vale da Serra/Torres Novas	C.M. Torres Novas
CENTRO CIÊNCIA VIVA DOS OLHOS D’ÁGUA DO ALVIELA	Amiais de Baixo/Alcanena	C.M. Alcanena
GRUTA DAS ALCOBERTAS	Alcobertas/Rio Maior	Cooperativa Terra Chã
CENTRO DE TECELAGEM DE CHÃOS	Alcobertas/Rio Maior	Cooperativa Terra Chã
QUINTA DA ESCOLA	Serra de Stº Antº/Alcanena	Coopescola
QUINTA DO ARRIFE	Arrife/Alcanena	Casa Pia
Pólo de Recepção	Freguesia/Concelho	Entidade gestora
POSTO DE INFORMAÇÃO DE MINDE	Minde/Alcanena	C.M. Alcanena

Verifica-se que muitos dos equipamentos estão a ser geridos por entidades públicas e privadas identificadas como *stakeholders* para a área do PNSAC, o que constitui um passo importante no envolvimento destes na dinamização do território abrangido pelo PNSAC. No entanto, e porque não existe um PG que una os *stakeholders* em torno de uma visão, objectivos e procedimentos comuns, as actividades são frequentemente sectoriais, chegando a colidir com os objectivos de conservação da natureza, denotando uma óbvia falta de enquadramento, articulação e comunicação, que se pretende ajudar a ultrapassar, com o contributo deste estudo.

Cruzando os recursos com os dados resultantes da caracterização das ATN no período entre 2004 e 2009, verificamos que algumas das infraestruturas (públicas e privadas) constituem por um lado, elementos-âncora na perspectiva da gestão dos espaços e por outro lado elementos aglutinadores de uma oferta integrada denominada Turismo de Natureza, nomeadamente:

- 1- Marinhas de Sal de Rio Maior;
- 2 – Chãos;
- 3 - Olhos d'Água do Alviela;
- 4 - Centro de Interpretação da Gruta – Algar do Pena;
- 5 - Centro de Interpretação das Grutas do Almonda;
- 6 - Monumento Natural das Pegadas de Dinossáurios da Serra de Aire;
- 7 - Centro de Actividades de Ar Livre de Alvados;
- 8 - Parque de Campismo Rural do Arrimal;
- 9 – Parque de Campismo e Caravanismo de Pedreiras.

Uma vez identificados estes núcleos, se os delimitarmos fisicamente, tendo em conta a proximidade geográfica dos recursos, o tipo de relações, existentes e potenciais entre eles e ainda as dinâmicas existentes entre os *stakeholders*, conseguimos obter unidades territoriais em termos de oferta turística que a uma escala local, poderão ser integradas no PG.

9. Avaliação da CDN do PNSAC - Análise **SWOT**

9.1. Enquadramento

A análise *SWOT* é uma metodologia que se baseia num dos primeiros modelos de análise construído nos anos 60 por Kenneth Andrews e Roland Christensen, dois professores da Harvard Business School.

O termo *SWOT* resulta da conjugação das iniciais das palavras anglo-saxónicas *Strengths* (forças), *Weaknesses* (fraquezas), *Opportunities* (oportunidades) e *Threats* (ameaças).

De acordo com Araújo (2010), a análise *SWOT*:

Constitui uma ferramenta de gestão de organizações de projectos bastante eficaz, baseada numa matriz que visa fazer uma avaliação de cenários tendo em conta duas perspectivas:

1-• O estado da situação actual, conhecido e sob controlo da organização/gestão (logo dependente de factores internos), sintetizado nas variáveis “Forças” (pontos fortes) e “Fraquezas” (pontos fracos) desse mesmo projecto;

2- • A antevisão de uma situação hipotética futura, dependente de factores externos, que pretende antecipar as “Oportunidades”, possibilidades ainda não exploradas de crescimento da organização ou do sucesso do projecto, e as “Ameaças”, factores que, a ocorrerem, põem em causa a organização ou o projecto.

Segundo Lindon (2004),

as condições de sucesso de uma análise SWOT são as seguintes:

A análise SWOT é uma conclusão das análises externa e interna;

A análise SWOT não é um resumo das análises anteriores, mas deve identificar os elementos chave que permitam estabelecer prioridades;

A análise SWOT prepara recomendações – no final deve ser possível ver claramente quais são os riscos a ter em conta e os problemas a resolver.

De uma forma resumida referem-se alguns estudos que utilizaram a análise *SWOT* no contexto do Turismo e do Ambiente.

Quadro 29 - Estudos anteriores que utilizaram *análise SWOT*

<i>Autores</i>	<i>Pesquisa realizada</i>
<i>(Pereira, 1991)</i>	<i>Aplicou a análise SWOT no contexto de uma monografia sobre a análise estratégica dos meios de alojamento de categoria média e superior da região do Algarve.</i>
<i>(Araújo, 2010)</i>	<i>Estudou a importância da análise SWOT como forma de avaliação das áreas classificadas, no contexto da metodologia definida para a elaboração dos Planos de Gestão Participada</i>
<i>(Liani, s/d)</i>	<i>Aplicou a análise SWOT no Parque Regional de Matese, no contexto de uma estratégia de marketing, de forma a avaliar a competitividade das empresas</i>
<i>(ICNB, 2008)</i>	<i>Aplicou a análise SWOT na elaboração do Plano de Gestão do Vale do Guadiana</i>
<i>(ThinkTur 2000)</i>	<i>Aplicou a análise SWOT no contexto de um estudo sobre a Visitação e Comunicação na Rede Nacional de Áreas Protegidas</i>

9.2. Metodologia

Tendo como objectivo a proposta de um modelo conceptual para os Planos de Gestão e Monitorização das CDN, com base no estudo de caso da CDN do PNSAC, entendeu-se fundamental que os *stakeholders* identificados para a área do PNSAC se pronunciassem sobre a importância deste instrumento de gestão em vigor desde 2004. Neste contexto e considerando a *análise SWOT* como um instrumento de análise que permitiria avaliar em termos internos e externos respectivamente, os pontos fortes e os pontos fracos, as fragilidades e as potencialidades da CDN do PNSAC, de forma a também informar a sua revisão, em curso, realizaram-se dois *workshops*, respectivamente no dia 4 de Maio de 2010 em Rio Maior e no dia 18 de Junho de 2010 em Porto de Mós.

Cada uma das sessões teve início com uma breve apresentação da CDN do PNSAC focando a oferta actual desta em termos das ADN e a necessidade de actualização da mesma. Seguidamente os presentes foram divididos em grupos, tendo-lhes sido pedido que identificassem o que consideravam ser, os pontos fortes, os pontos fracos, as oportunidades e as ameaças – *análise SWOT*, relativamente à CDN do PNSAC.

A razão de ser de dois *workshops* em vez de um, teve a ver essencialmente com a eficácia da *análise SWOT* face ao número elevado de *stakeholders*: 172 entidades identificadas.

A escolha das datas, 4 de Maio e 18 de Junho decorreu essencialmente da necessidade de se rentabilizar os meios humanos, materiais e logística envolvidos nos *Workshops* integrando estes em eventos previstos para a área do PNSAC, no contexto do TN / DN, respectivamente o "Dia Aberto no PNSAC" e o "Seminário Turismo de Natureza em Áreas Protegidas". Esta

opção permitiria ainda potenciar a participação nos *Workshops*, pela captação do público-alvo comum, situação que não se veio a verificar, devido à baixa participação.

Tendo em conta que o horário de trabalho poderia ser uma limitação à participação por parte de alguns *stakeholders*, nomeadamente as Juntas de Freguesia e as associações/clubes, procurou adaptar-se o horário dos *Workshops* a estas limitações.

As entidades foram agrupadas em cada *Workshop* em função da sua classificação enquanto agentes promotores de actividades de animação turística, atribuída pelo D.L. n.º 108/2009, de 15 de Maio.

De acordo com a alínea c) do n.º 1 do Artigo 5.º do referido diploma, são definidos procedimentos comuns para as associações, fundações, misericórdias, mutualidades, instituições privadas de solidariedade social, institutos públicos, clubes e associações desportivas, associações ambientalistas, associações juvenis e entidades análogas, sendo que, de acordo com esclarecimentos no Portal do Turismo de Portugal, as Juntas de Freguesia estão equiparadas ao grupo anteriormente referido enquanto que as Autarquias estão equiparadas às Empresas de Animação Turística.

9.3. Caracterização dos Stakeholders

A escolha dos *stakeholders* para participarem nos *Workshops*, teve por base a lista actualizada de entidades (públicas e privadas) registadas na Base de Dados de Turismo de Natureza do PNSAC e que participaram na validação da actual CDN e / ou promoveram ATN na área do PNSAC entre 2004 e 2009.

A amostra considerada num total de 172 entidades, distribuiu-se da seguinte forma:

- **Câmaras Municipais (7):** Alcanena, Alcobaça, Ourém, Porto de Mós, Rio Maior, Santarém e Torres Novas.

- **Juntas de Freguesias (32):** Abrã, Alvados, Amiais de Baixo Alcanena, Alcanede, Alcaria, Alcobertas, Alqueidão da Serra, Arrimal, Benedita, Chancelaria, Évora de Alcobaça, Fátima, Louriceira, Minde, Mendiga, Mira de Aire, N.ª Sr.ª das Misericórdias, Moitas Venda, Monsanto, Prazeres de Aljubarrota, Pedrógão, Pedreiras, Rio Maior, S. Bento, S. João

baptista, Serra de santo António, Serro Ventoso, S. Pedro, S. Vicente de Aljubarrota, Turquel, Vila Moreira;

- **Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários (11):** Alcanede, Alcobaça, Batalha, Benedita, Caldas da Rainha, Leiria, Minde, Mira de Aire, Ourém, Porto de Mós e Rio Maior;

- **Federações desportivas (13):** Atletismo, Campismo e Caravanismo, Campismo e Montanhismo, Canoagem, Ciclismo, Cicloturismo e Utilizadores de Bicicleta, Espeleologia, Equestre, Motociclismo, Orientação, Tiro com Arco, Todo-o-Terreno Turístico e Voo Livre;

- **Agrupamentos de Escuteiros (14):** 867-Alcanena, 58-Alcobaça, 1187-Alcobertas, 1318-Aljubarrota, 710-Benedita, 522-Coz, 1272-Lapas, 36-Marinha Grande, 987-Moitas Venda, 945-Pedrógão, 370-Porto de Mós, 403-Rio Maior, 52-Santarém, 65-Torres Novas;

Os empreendimentos turísticos considerados, incluem predominantemente alojamento TER e outras categorias de alojamento que ocorrem dentro da área do PNSAC.

- **Empreendimentos Turísticos (20):** Hotel Eurosol (Alcanena), Parque de Campismo e Caravanismo de Pedreiras (Pedreiras), Pensão Valinho (Cabeça Veadá), Pousada da Juventude de Alvados (Alvados), TER: A Rosa do Menel (Alcaria), Cabeço dos Três Moinhos (Rio Maior), Casa d'Aldeia (Senta), Casa o Casal (Casalinho Farto), Casa do Curral Velho (Moleanos), Casais Eustácios (Serra de Santo António), Casa do Foral (Rio Maior), Casa da Forja (Mendiga), Casa dos Matos (Alvados), Casa do Moleiro (Alto da Serra), Casa da Olaria (Alcaria), Casa da Serra (Chou da Couvinha), Moinho do Avô Tó (Alto da Serra), Moinho do Maia (Alto da Serra), Moinho da Senta (Senta) e Quinta do Rio Alcaide (Porto de Mós).

As empresas consideradas incluem as Empresas de Animação Turística actualmente reconhecidas como Turismo de Natureza ao abrigo do D.L. nº 108/2009, de 15 de Maio e empresas que já realizaram ou promoveram ATN na área do PNSAC.

- **Empresas (22):** *Birds and Nature* (Lisboa), Caminhos com Vida - Turismo Cultural e Ecoturismo, Lda (Asseiceira), Cooperativa Terra Chã (Chãos), Desafios TT Aventura (Alcobaça), Desmor (Rio Maior), Dinâmicas Naturais (Alcobertas), Fábricadalegria, Lda. (Marinhas de Sal), FB Formação, Cooperação e Desenvolvimento, Lda. (Santarém), *Funpark*,

Lda (Batalha), Grutas de Alvados (Alvados), Grutas de Mira de Aire (Mira de Aire), Grutas da Moeda (S. Mamede), Grutas de Santo António (Serra de Santo António), *Lusitania Extreme Challenge* (Santarém), NML, Projectos e Desenvolvimento Turístico, Lda. (Alcobaça), Ocasões e Animações, Lda. (Alvados), Oesteventos, Lda. (Benedita), Projecto Terra (Portela de Vale Espinho), Promóbidos, Lda. (Óbidos), Rapanui - Animação Turística, Lda. (Peniche), Templar - Rotas e Destinos, Lda. (Tomar), Turimontejunto - Empreendimentos Turísticos, Lda. (Cadaval).

- **Associações e Clubes (51)** - listagem em anexo

- **Estabelecimentos de Ensino (5)**: Escola Profissional de Rio Maior, Escola Superior de Desporto de Rio Maior, Instituto Politécnico de Leiria, Instituto Politécnico de Santarém e Instituto Politécnico de Tomar.

Existência de protocolos e estágios realizados com os estabelecimentos de ensino seleccionados.

9.4. Procedimentos

Uma vez definido o Programa e o público-alvo, foi enviado o convite, maioritariamente por carta e algum por correio electrónico.

De forma a que os contributos pretendidos fossem efectivos para a revisão da CDN do PNSAC, foi solicitado no convite, o envio prévio por mail ou correio, das propostas de locais e/ou itinerários, bem como de “outras actividades não nocivas para a conservação da natureza, assinaladas em carta militar à escala 1/25.000, sendo que, não sendo possível o seu envio prévio, as mesmas poderiam ser entregues e apresentadas durante o *Workshop*.”

9.5. 1º *Workshop* – 4 de Maio de 2010

Integrado nas Comemorações do “Ano Internacional da Biodiversidade” promovidas pelo ICNB e com o objectivo de promover uma maior aproximação / sensibilização aos residentes e visitantes para a “descoberta” do seu território e para a difusão da ideia de “uso sustentável, o “Dia Aberto no PNSAC” subordinado ao tema “Cidadania e Consumo”, apresentou uma série de actividades de educação ambiental e de turismo de natureza, envolvendo escolas, clubes, e associações locais bem como entidades oficiais, conforme Programa anexo (Anexo 3).

Neste contexto foi proposta a realização do “1º Workshop – Contributos para a revisão da CDN do PNSAC”, a 4 de Maio na Sede do PNSAC em Rio Maior.

A amostra total para este *Workshop* era de 113 entidades, e a participação efectiva foi de 10 entidades, o que traduz uma muito baixa representatividade – 0,88%, conforme quadro 31.

Quadro 30 - 1º WORKSHOP, representatividade dos *Stakeholders*.

“1º WORKSHOP 4 de Maio de 2011	<i>Juntas de Freguesia</i>	<i>Associações e Clubes</i>	<i>Bombeiros Voluntários</i>	<i>Agrupamentos de Escuteiros</i>	<i>Estabelecimentos de Ensino</i>	<i>TOTAL</i>
AMOSTRA INICIAL	32	51	11	14	5	113
AMOSTRA FINAL	2	6	0	0	1	9
%	6,25%	11,76%	0%	0%	20%	7,94%

Considerando que a taxa geral de participação foi muito reduzida – 7,94%, as entidades com maior representatividade no “1º Workshop”, foram os Estabelecimentos de Ensino – 20%, seguidos das Associações/Clubes com 11,76%. As Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários e os Agrupamentos de Escuteiros tiveram representatividade nula e as menos representativas foram as Juntas de Freguesia com 6,25%.

Os resultados da análise feita pelos *stakeholders* neste primeiro *workshop*, foram integrados num quadro único que reúne as duas análises *SWOT*, resultantes dos dois *workshops*.

Para além dos aspectos registados no quadro-síntese, resultantes do trabalho de grupo, foram ainda tecidas algumas considerações e sugestões por parte dos *stakeholders*, como forma de ultrapassar alguns dos constrangimentos detectados, as quais passamos a referir:

- de um modo geral todos os presentes se mostraram disponíveis para participar no Plano de Gestão e de Monitorização da CDN do PNSAC;
- foi referido que seria interessante criar uma Grande Rota no âmbito dos Percursos Pedestres sinalizados no PNSAC (Clube do Mato);
- foi referida a ausência de autóctones e de uma entidade que estabelecesse contacto entre as entidades e fizesse a ponte com os operadores turísticos, as associações e as autarquias (ADIAFA);

- foi referida a falta de Marketing como um aspecto a melhorar (SPEA);
- foi sugerida a criação de uma plataforma on-line, para registo da ocupação dos espaços definidos na CDN (Cooperativa Terra Chã);
- foi proposta a inclusão da ESDRM no Grupo de Trabalho que fará a avaliação técnica da CDN (ESDRM);
- foi sugerida a edição de guias para as outras modalidades desportivas, à semelhança do Guia de Percursos Pedestres (ESDRM);

No final do *Workshop* foi solicitado aos presentes o envio de sugestões e propostas concretas para a revisão da CDN até final de Maio.

9.6. “2º Workshop” – 18 de Junho de 2010

No que diz respeito ao 2º *Workshop*, foi realizado a 18 de Junho na Ecoteca das Serras de Aire e Candeeiros em Porto de Mós, na sequência do Seminário “Turismo de Natureza em Áreas Protegidas” promovido pelo PNSAC da parte da manhã. Este Seminário dirigido ao público em geral teve como objectivo criar um espaço de esclarecimento e debate sobre a situação do “Turismo de Natureza” nas Áreas Protegidas, tendo sido protagonizado por representantes do Ambiente, do Turismo e da Animação Turística. O Desporto foi igualmente convidado a participar, mas não foi possível estar presente.

No que diz respeito à amostra para este 2º *Workshop*, foram convidadas 59 entidade, das quais apenas compareceram 11, distribuídas conforme Quadro 33

Quadro 31 - 2º *WORKSHOP*, representatividade dos *Stakeholders*

“2º WORKSHOP” - 18 de Junho de 2010	C.M.	Federações	Empreendimentos Turísticos	Empresas	TOTAL
AMOSTRA INICIAL	7	11	19	22	59
AMOSTRA FINAL	4	1	2	6	13
%	57,14%	9,09%	10,52%	27,27%	2,20%

Considerando que a taxa de participação foi muito reduzida, as entidades com maior representatividade no *Workshop*, foram as Câmaras Municipais com 57,14%, seguidas das

empresas com 27,27% e os Empreendimentos Turísticos com 10,52%. As Federações foram as entidades com mais baixo grau de representatividade – 9,09%.

De referir, que para além dos *stakeholders* convidados, estiveram presentes outras entidades na sequência do Seminário que decorreu da parte da manhã: a Câmara Municipal de Alenquer (se bem que exterior ao PNSAC), tendo em conta a elaboração em curso da CDN de Montejunto, a Junta de Freguesia de Alcária e três alunos estagiários no PNSAC, dois da Escola Profissional de Rio Maior e um da Escola Superior Agrária de Coimbra.

Tal como aconteceu no primeiro *workshop*, para além dos aspectos registados no quadro-síntese, foram ainda tecidas algumas considerações e sugestões por parte dos *stakeholders*, como forma de ultrapassar alguns dos constrangimentos detectados, as quais passamos a referir:

- no Preâmbulo da CDN, manter a designação “Carta de Desporto de Natureza” e alterar a designação das actividades (APECATE);
- proposta para que a APECATE integre a Equipa técnica que irá proceder à revisão da CDN;
- o PNSAC contactar as Empresas de Animação Turística que actuam na AP e solicitar mais informação (APECATE);
- As entidades, como as Autarquias, fazerem *links* e divulgarem a CDN (DESMOR);

O somatório das análises realizadas nos dois *Workshops*, no contexto dos grupos de trabalho, é apresentado na Matriz *SWOT*; as observações e sugestões transmitidas oralmente fora dos grupos de trabalho durante a sessão de trabalho, foram incluídas no quadro resumo.

A Matriz *SWOT* através da qual é feito o cruzamento entre os factores que compõem o ambiente externo e o ambiente interno estabelece vários tipos de relações:

- os pontos fortes e os pontos fracos neutralizam-se , tal como as oportunidades e as ameaças.
- os pontos fortes atenuam as ameaças e vice-versa, enquanto que os pontos fracos atenuam as oportunidades e vice-versa.
- os pontos fracos acentuam as ameaças enquanto que os pontos fortes reforçam as oportunidades.

Quadro 32 – Matriz SWOT

AMBIENTE INTERNO	
S (<i>Strengths</i>)	W (<i>Weaknesses</i>)
PFO1 – A Carta de Desporto de Natureza PFO2 – Diversidade de actividades possíveis de realizar PFO3 – Apelo à cidadania PFO4 – Identificação das infraestruturas PFO5 – Identificação dos locais de prática e o que se pode fazer PFO6 – Potencialidades do PNSAC PFO7 – Abertura dos técnicos PFO8 – Promoção e desenvolvimento da área aliado à protecção do património	PFR1 - Monitorização das actividades PFR2 - Fichas Técnicas por actividade PFR3 - Manutenção das infraestruturas e da sinalização PFR4 – Sinalização PFR5 – Divulgação da informação PFR6 - Participação dos actores PFR7 – O nome CDN PFR8 - Informação PFR9 – Acessibilidades PFR10 – Identificação da entidade responsável pela manutenção das infraestruturas PFR11 – Fiscalização
AMBIENTE EXTERNO	
O (<i>Opportunities</i>)	T (<i>Threats</i>)
O1 – Desenvolvimento económico da região O2 - Forum de Discussão O3 - Grupos de Trabalho de Avaliação Técnica O4 – Valorização do território e desenvolvimento local O5 - Cultura científica O6 - Profissionalização das entidades que realizam ADN O7 – Valorização do PNSAC O8 – Criação de novas rotas	A1 - Falta de articulação entre actores A2 – A legislação A3 – Falta de disponibilização financeira / financiamento A4 – Baixa cultura científica A5 – Falta de manutenção de caminhos conduz à degradação A6 – Má utilização dos espaços A7 – Sócrates A8 – Falta de sensibilização das empresas externas ao PNSAC A9 – Certificação das estruturas

9.7. Análise e discussão dos resultados

A identificação dos pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças, segundo Costa et al. (2006), conduz-nos a factores-chave, que deverão orientar a fase de Planeamento, nomeadamente através da sua integração nos Objectivos Gerais, neste caso do PG da CDN do PNSAC.

A análise *SWOT* sobre os factores internos e externos identificados no que se refere à CDN do PNSAC, permite-nos avaliar a dinâmica entre as relações que se podem estabelecer de forma a que os pontos fracos possam ser ultrapassados ou mesmo convertidos em oportunidades e os pontos fortes sejam reforçados.

O Quadro 33, apresenta a análise do modelo *SWOT* à CDN do PNSAC, sintetizada no Quadro 34 seguindo-se as principais conclusões deste estudo.

Ambiente Interno

PONTOS FRACOS (PFR1)

- ❖ **Monitorização das actividades** (PFR1) – As ADN ocorrem no território sem que haja um acompanhamento destas que permita fazer a sua monitorização, nomeadamente quanto ao cumprimento das condicionantes ao uso como sejam a capacidade de carga.
- ❖ **Fichas Técnicas por actividade** (PFR2) – A construção de Fichas Técnicas para todas as ADN, de forma a caracterizar cada actividade em termos gerais, bem como o local de prática em particular;
- ❖ **Manutenção das infraestruturas e da sinalização** (PFR3) - A falta de manutenção é um dos problemas mais referidos e reporta-se não só às infraestruturas (Parques de Merendas, os Leitores de Paisagem, etc), mas também aos equipamentos de DN (percursos pedestres, paredes de escalada...) e à sinalização em geral na área do PNSAC.
- ❖ **Sinalização** (PFR4) – A falta de sinalização na proximidade dos locais de prática e pontos de interesse, contribui para a insegurança e utilização desordenada dos espaços e equipamentos.
- ❖ **Divulgação da Informação** (PFR5) – Existe um desfasamento entre informação e divulgação, sendo necessário distinguir a informação à distância e melhorar a qualidade de informação nos locais de prática.
- ❖ **Participação dos actores** (PFR6) – A participação dos actores é muito baixa, o que implica um fraco envolvimento e dificuldade de partilha da informação.
- ❖ **O nome CDN** (PFR7) – A designação actual “Carta de Desporto de Natureza” está desadequada uma vez que a legislação revogou os conceitos subjacentes à sua criação.
- ❖ **Informação** (PFR8) – A informação disponível sobre a CDN é limitada, nomeadamente através de suportes em papel (folhetos, guias, mapas).

- ❖ **Acessibilidades** (PFR9) – A falta de acessibilidades condiciona a prática de algumas ADN.
- ❖ **Identificação da entidade responsável pela manutenção das infraestruturas** (PFR10) – A ausência de identificação da entidade responsável pela manutenção das infraestruturas contribui para a desresponsabilização, nomeadamente no que se refere a questões de segurança e limpeza.
- ❖ **Fiscalização** (PFR11) – A ausência no terreno das entidades fiscalizadoras, contribui para a degradação dos espaços e para gerar um sentimento de impunidade.

PONTOS FORTES – PFO

- ❖ **A Carta de Desporto de Natureza** (PFO1) – Existe um reconhecimento positivo da CDN, na medida em que providencia a utilização disciplinada do espaço, orientando os utilizadores para os usos e locais/itinerários compatíveis com a conservação dos valores em presença, de forma a minimizar os eventuais impactes.
- ❖ **Diversidade de actividades possíveis de realizar** (PFO2) – A oferta de ADN que é possível realizar no PNSAC é bastante diversificada.
- ❖ **Apelo à cidadania** (PFO3) – O processo de construção da CDN e agora o processo de revisão, constitui uma forma efectiva de apelo à cidadania, na medida em que procura envolver os *stakeholders*.
- ❖ **Identificação de infraestruturas** (PFO4) – A identificação na CDN, de infraestruturas que complementam e apoiam a oferta de ADN como sejam o Alojamento, os Centros de Interpretação, os Postos de Turismo, as Bombas de Gasolina, os Parques de Merendas, as Grutas Turísticas, constituem uma mais-valia para os agentes económicos da região e para os utilizadores.
- ❖ **Identificação dos locais de prática e o que se pode fazer** (PFO5) – A identificação na CDN das ADN autorizadas e a explicitação das respectivas condições de prática através do seu regulamento, constituem a grande mais valia da CDN, já que orienta de uma forma positiva os utilizadores para os locais mais adequados.

- ❖ **Potencialidades do PNSAC (PFO6)** – A CDN é uma forma de divulgar as potencialidades do PNSAC não só ao nível das ADN mas também ao nível do seu património natural/cultural e paisagístico.
- ❖ **Abertura dos Técnicos (PFO7)** – A abertura dos técnicos ao diálogo para encontrar as soluções mais adequadas de forma a compatibilizar a utilização dos espaços com conservação da natureza.
- ❖ **Promoção e desenvolvimento da área aliado à protecção do património (PFO8)** – O facto da CDN promover a prática de ADN de uma forma disciplinada, promove a área valorizando os espaços naturais na salvaguarda desses mesmos espaços.

Ambiente Externo

- ❖ **AMEAÇAS (A)**
- ❖ **Falta de articulação entre actores (A1)** – A falta de articulação entre actores, conduz por vezes a equívocos, conflitos e a uma má gestão dos recursos.
- ❖ **A legislação (A2)** – A falta de discriminação positiva na actual legislação, para as entidades locais (sem fins lucrativos) que realizam ATN, constitui uma ameaça com repercussões negativas no desenvolvimento local.
- ❖ **Falta de disponibilização financeira / financiamento (A3)** – O actual contexto económico não favorece os investimentos.
- ❖ **Baixa cultura científica (A4)** – A falta de educação para a sustentabilidade e a baixa cultura científica constitui uma ameaça aos objectivos da CDN.
- ❖ **Falta de manutenção de caminhos conduz à degradação (A5)**: A degradação dos caminhos como consequência da falta de manutenção, para além de reflectir uma imagem negativa do PNSAC, traz por vezes insegurança na utilização dos espaços, como é o caso por exemplo dos Percursos Pedestres.
- ❖ **Má utilização dos espaços (A6)** – A má utilização dos espaços decorrente da falta de civismo dos utilizadores e do incumprimento do Código de Conduta, conduz à

degradação dos espaços física e visualmente, podendo inclusivamente pôr em risco a própria segurança.

- ❖ **Sócrates (A7)** – A actual política não promove o Turismo de Natureza/Desporto de Natureza.
- ❖ **Falta de sensibilização das empresas externas ao PNSAC (A8)** – A falta de sensibilização junto das empresas exteriores ao PNSAC e que trabalham nesta área, dificulta a aceitação e o cumprimento das regras.
- ❖ **Certificação das estruturas (A9)** – A ausência de certificação das estruturas associadas às ADN, pode ser uma ameaça à segurança dos praticantes.

OPORTUNIDADES (O)

- ❖ **Desenvolvimento económico da região (O1)** – O Turismo de Natureza e os Desportos de Natureza são um dos produtos turísticos estratégicos que podem contribuir para o desenvolvimento económico da região.
- ❖ **Forum de discussão (O2)** – A criação de um Forum de discussão constitui uma oportunidade de alargar a participação envolvendo o público em geral.
- ❖ **Grupos de Trabalho de Avaliação Técnica (O3)** – A criação de Grupos de Trabalho de Avaliação Técnica promove a participação activa de *stakeholders* e permite a produção de informação técnica mais detalhada.
- ❖ **Valorização do território e desenvolvimento local (O4)** – As dinâmicas económicas inerentes à prática das ADN promovem o desenvolvimento local, valorizando o território.
- ❖ **Cultura científica (O5)** – A integração da “cultura científica”, nas ATN valoriza a oferta, temos o exemplo do Carsoscópio, do MN das Pegadas de Dinossáurios da Serra de Aire e do CISGAP.
- ❖ **Profissionalização das entidades que realizam ADN (O6)** – A via da profissionalização dá maior credibilidade às entidades que promovem ADN.

- ❖ **Valorização do PNSAC (O7)** – A prática das ADN no contexto do TN valoriza o PNSAC, na medida em que divulga e promove um uso sustentado do território.
- ❖ **Criação de novas rotas (O8)** – A criação de outros produtos turísticos (Rotas do Património Religioso, Geológico, etc.) que complementem e diversifiquem a actual oferta constituem uma oportunidade de negócio.

Quadro 33 - Análise da aplicação do modelo SWOT à CDN do PNSAC

<i>Factores Inter-relacionados</i>	<i>Interacção/ Problemas/ Questões</i>	<i>Soluções / Ideias</i>
PFR1 – Monitorização das actividades A1 – Falta de articulação entre actores	Interacção negativa – Ameaça potenciada A falta de articulação entre os actores potencia a tomada de posições individuais, dificultando ou mesmo inviabilizando acções de monitorização enquadradas pelo PNSAC.	A definição de uma Matriz de envolvimento, no contexto do Plano de Gestão e Monitorização, permitirá identificar a forma de participação dos actores envolvidos na monitorização das ADN, nomeadamente através do registo de indicadores previamente definidos.
PFR1 – Monitorização das actividades A3 – Falta de disponibilização financeira / financiamento	Interacção negativa – Ameaça potenciada A falta de verba, nomeadamente para apoiar a realização de estudos de monitorização das ADN, poderá comprometer a sua concretização nalgumas situações específicas.	Procurar Programas de financiamento que enquadrem a monitorização das ADN e encontrar nas parcerias com os <i>stakeholders</i> , forma de dar resposta à necessidade de monitorizar as ADN.
PFR1 – Monitorização das actividades A8 – Falta de sensibilização das empresas externas ao PNSAC	Interacção negativa – Ameaça potenciada A falta de sensibilização das empresas externas ao PNSAC diminui a possibilidade destas participarem na monitorização das actividades.	Promover reuniões, encontros, workshops, com o objectivo de sensibilizar empresas externas ao PNSAC, para a importância do seu envolvimento no processo de monitorização das ADN.
PFR1 – Monitorização das actividades O3 – Criação de Grupos de Trabalho de Avaliação Técnica	Interacção positiva – Ponto fraco ultrapassado A monitorização das actividades poderá estar enquadrada nos objectivos dos Grupos de Trabalho de Avaliação Técnica.	
PFR1 – Monitorização das actividades O5 – Cultura científica	Interacção positiva – Ponto fraco ultrapassado A valorização da cultura científica constitui uma oportunidade para justificar a importância da monitorização das actividades, na perspectiva da educação para a sustentabilidade	
PFR2 – Fichas técnicas por actividade O3 – Criação de grupos de trabalho de avaliação técnica	Interacção positiva – Ponto fraco ultrapassado Os Grupos de Trabalho de Avaliação Técnica terão como um dos seus objectivos a elaboração das Fichas Técnicas por actividade	
PFR3 – Manutenção das infraestruturas e da sinalização A1 - Falta de articulação entre actores	Interacção negativa – Ameaça potenciada A falta de articulação entre actores agrava as dificuldades de manutenção e de sinalização, muitas vezes comprometidas por falta de recursos humanos e financeiros.	A definição clara de “quem faz o quê, quando e como”, através de protocolos ou outras figuras similares, obriga à co-responsabilização.
PFR3 – Manutenção das infraestruturas e da sinalização A3 – Falta de disponibilização financeira / financiamento	Interacção negativa – Ameaça potenciada A falta de recursos financeiros é a principal causa da falta de manutenção das infraestruturas e da sinalização.	Cada <i>stakeholder</i> procurar identificar linhas de financiamento que apoiem estas necessidades.
PFR3 – Manutenção das infraestruturas e da sinalização A5 – Falta de manutenção de caminhos conduz à degradação	Interacção negativa – Ameaça potenciada A degradação dos caminhos em consequência da sua falta de manutenção, vai agravar as dificuldades existentes na manutenção das infraestruturas e da sinalização.	A definição clara de “quem faz o quê, quando e como”, através de protocolos ou outras figuras similares, obriga à co-responsabilização.
PFR3 – Manutenção das infraestruturas e da sinalização A6 – Má utilização dos espaços	Interacção negativa – Ameaça potenciada Os impactes negativos no meio natural e social, devidos à má utilização dos espaços, são agravados pela falta de manutenção das infraestruturas e da sinalização.	
PFR3 – Manutenção das infraestruturas e da sinalização O1 – Desenvolvimento económico da região	Interacção negativa – Oportunidade desperdiçada O desenvolvimento económico da região proporcionado pela prática das ADN/TN deveria permitir um maior envolvimento financeiro na manutenção das infraestruturas e na manutenção da sinalização.	

Quadro 33 - Análise da aplicação do modelo SWOT à CDN do PNSAC (continuação)

<i>Factores Inter-relacionados</i>	<i>Interacção/ Problemas/ Questões</i>	<i>Soluções / Ideias</i>
PFR3 – Manutenção das infraestruturas e da sinalização O2 – Forum de discussão	Interacção positiva – Ponto fraco ultrapassado O fórum de discussão sendo aberto e alargado ao público em geral, poderá ser uma oportunidade para detectar e identificar falhas na manutenção das infraestruturas e da sinalização.	
PFR4 – Sinalização A1 – Falta de articulação entre actores	Interacção negativa – Ameaça potenciada A falta de articulação entre actores faz com que muitas vezes não seja adoptada a sinalização adequada, nem haja a uniformidade devida.	Definir a Sinalização, como um dos objectivos do Plano de Gestão e Monitorização da CDN, transversal a todos os <i>stakeholders</i> .
PFR4 – Sinalização A3 – Falta de disponibilização financeira / financiamento	Interacção negativa – Ameaça potenciada A falta de recursos financeiros condiciona fortemente a implementação da sinalização adequada e necessária.	Procurar programas de financiamento que apoiem estas acções.
PFR4 – Sinalização A6 – Má utilização dos espaços	Interacção negativa – Ameaça potenciada A má utilização dos espaços, nomeadamente a prática de actos de destruição / vandalismo sobre a sinalização existente, agrava esta fragilidade.	Colocação de painéis informativos nos locais de prática, a alertar para a necessidade de respeitar o ambiente através de boas práticas ambientais.
PFR4 – Sinalização O4 – Valorização do território e desenvolvimento local	Interacção negativa – Oportunidade desperdiçada A sinalização da oferta existente no território abrangido por todos os <i>stakeholders</i> , no contexto da valorização económica e do desenvolvimento local, deveria incluir a sinalização da oferta existente ao nível da CDN.	Sensibilizar os <i>stakeholders</i> para a importância da sinalização do território como um todo.
PFR4 – Sinalização O7 – Valorização do PNSAC	Interacção positiva – Ponto fraco ultrapassado A valorização do território PNSAC através da sinalização dos recursos e produtos existentes, é uma oportunidade para colmatar as falhas na sinalização existente.	Assumir um sistema de sinalização uniforme para a área do PNSAC.
PFR5 – Divulgação da informação A1 – Falta de articulação entre actores	Interacção negativa – Ameaça potenciada A falta de articulação entre actores potencia a divulgação da informação de forma dispersa, controversa e por vezes sem o rigor necessário.	Definir formas de divulgação e conteúdos transversais a todos os <i>stakeholders</i> e criar canais próprios para disseminação e actualização da informação.
PFR5 – Divulgação da informação A3 – Falta de disponibilização financeira / financiamento	Interacção negativa – Ameaça potenciada A falta de recursos financeiros compromete a divulgação da informação, seja ao nível dos suportes físicos (papel, cd, etc.) seja ao nível da informação nos locais de prática das actividades, associada à sinalização.	Procurar programas de financiamento que enquadrem estas acções.
PFR5 – Divulgação da informação O1 – Desenvolvimento económico da região	Interacção negativa – Oportunidade desperdiçada O desenvolvimento económico da região deveria constituir uma oportunidade para divulgar a informação sobre as ADN, seja no local de prática (painéis de sinalização), seja através de estruturas físicas (folhetos, mapas, etc.).	
PFR5 – Divulgação da informação O2 – Forum de discussão	Interacção positiva – Ponto fraco ultrapassado O Forum de discussão permite partilhar informação e ao mesmo tempo divulgá-la on-line, de forma centralizada e validada.	

Quadro 33 - Análise da aplicação do modelo SWOT à CDN do PNSAC (continuação)

<i>Factores Inter-relacionados</i>	<i>Interacção/ Problemas/ Questões</i>	<i>Soluções / Ideias</i>
PFR5 – Divulgação da informação O4 – Valorização do território e desenvolvimento local	Interacção negativa – Oportunidade desperdiçada As dinâmicas implícitas na valorização do território e no desenvolvimento local deveriam incluir na divulgação dos seus recursos, a oferta de ADN. Tal oportunidade é frequentemente desperdiçada devido à falta de articulação entre actores (A1).	
PFR5 – Divulgação da informação O7 – Valorização do PNSAC	Interacção negativa – Oportunidade desperdiçada A valorização do PNSAC passa pela divulgação da informação sobre a oferta existente, embora haja grandes dificuldades em alcançar esse objectivo, sobretudo devido à falta de recursos financeiros (A3) e à falta de articulação entre actores (A1).	
PFR6 – Participação dos actores A1 – Falta de articulação entre actores	Interacção negativa – Ameaça potenciada A articulação entre os actores varia na proporção directa da sua participação, isto é, quanto menor é a articulação entre eles, menor é a sua participação.	Envolver os <i>stakeholders</i> no Plano de Gestão e Monitorização obriga a uma articulação entre os actores e a uma participação activa.
PFR6 – Participação dos actores A8 – Falta de sensibilização das empresas externas ao PNSAC	Interacção negativa – Ameaça potenciada A falta de sensibilização das empresas externas ao PNSAC diminui as probabilidades de participação destas na CDN.	Promover anualmente um Forum, aberto às empresas externas ao PNSAC, que actuam no PNSAC, de forma a envolvê-las no processo de gestão e monitorização das ADN.
PFR6 – Participação dos actores O2 – Forum de discussão	Interacção positiva – Ponto fraco ultrapassado A criação de um Forum de discussão é uma porta aberta à participação dos actores.	
PFR6 – Participação dos actores O3 – Criação de Grupos de Trabalho de Avaliação Técnica	Interacção positiva – Ponto fraco ultrapassado A criação de Grupos de trabalho de avaliação técnica irá obrigatoriamente envolver alguns actores, aumentando assim a sua participação.	
PFR6 – Participação dos actores O4 – Valorização do território e desenvolvimento local	Interacção negativa – Oportunidade desperdiçada A valorização do território e o desenvolvimento local deveria favorecer a mobilização e a participação dos actores, já que o PNSAC é um território transversal.	
PFR7 – O nome CDN A2 – A Legislação	Interacção negativa – Ameaça potenciada A actual legislação fragiliza a designação CDN já que muitos dos conceitos subjacentes foram revogados bem como foram alteradas as ADN anteriormente abrangidas pela CDN.	Revisão da legislação no sentido da sua adequação.
PFR8 – Informação A1 - Falta de articulação entre actores	Interacção negativa – Ameaça potenciada A falta de articulação entre actores contribui para que a informação existente, apesar de escassa, não seja partilhada e tornada acessível.	A partilha de informação através de uma base de dados integrada no Plano de Gestão e Monitorização, poderá contribuir para o aumento da informação existente, com o contributo de todos os actores.
PFR8 – Informação O3 – Grupos de Trabalho de Avaliação Técnica	Interacção positiva – Ponto fraco ultrapassado O trabalho desenvolvido pelos Grupos de Trabalho de Avaliação Técnica poderá contribuir para a produção de mais informação especializada sobre a CDN.	

Quadro 33 - Análise da aplicação do modelo SWOT à CDN do PNSAC (continuação)

<i>Factores Inter-relacionados</i>	<i>Interacção/ Problemas/ Questões</i>	<i>Soluções / Ideias</i>
PFR9 – Acessibilidades A5 – Falta de manutenção de caminhos conduz à degradação	Interacção negativa – Ameaça potenciada A degradação dos caminhos dificulta as acessibilidades.	O Plano de Gestão e Monitorização deverá contemplar o levantamento das acessibilidades existentes e a sua caracterização quanto ao estado de conservação e tipologia (largura, tipo de piso, etc). A informação deverá estar cartografada em SIG, de forma a poder informar as necessidades de manutenção aos respectivos responsáveis.
PFR9 – Acessibilidades O4 – Valorização do território e desenvolvimento local	Interacção negativa – Oportunidade desperdiçada A valorização do território e o desenvolvimento local, envolve muitas vezes a beneficiação das acessibilidades, no entanto e devido à falta de articulação entre actores (A1), os melhoramentos nem sempre são devidamente enquadrados, gerando impactes negativos no território.	A valorização do território como um todo e o desenvolvimento local, sendo objectivos do Plano de Gestão e Monitorização, deverão ter o enquadramento adequado no PNSAC.
PFR10 – Identificação da entidade responsável pela manutenção das infraestruturas A1 – Falta de articulação entre actores	Interacção negativa – Ameaça potenciada A falta de articulação entre actores dificulta a definição e a atribuição das responsabilidades no que diz respeito à manutenção das infraestruturas.	A definição e identificação clara de “quem faz o quê, como e quando”, através de uma Matriz de envolvimento.
PFR11 – Fiscalização A1 – Falta de articulação entre actores	Interacção negativa – Ameaça potenciada A falta de articulação entre actores dificulta as acções de fiscalização.	
PFR11 – Fiscalização A3 – Falta de disponibilidade financeira / financiamento	Interacção negativa – Ameaça potenciada A falta de disponibilidade financeira condiciona as acções de fiscalização, nomeadamente pela afectação de recursos (viaturas e combustível).	Sensibilizar a administração central para a importância da fiscalização, de forma a captar mais recursos.
PFR11 – Fiscalização O2 – Forum de discussão	Interacção negativa – Oportunidade desperdiçada O Forum de discussão permite cruzar informação e desta forma contribuir para informar acções potenciais de fiscalização, embora a sua concretização continue a depender de A1 e A3.	
PFR11 – Fiscalização O6 – Profissionalização das entidades que realizam ADN	Interacção positiva – Ponto fraco ultrapassado A profissionalização das entidades que realizam ADN contribui para que haja uma maior pressão sobre a necessidade da fiscalização.	
PFO1 – A CDN A1 – Falta de articulação entre actores	Interacção positiva – Ameaça combatida A definição dos locais e das condições de prática das ADN através da CDN, constitui um instrumento de gestão transversal para todo o território com procedimentos definidos para cada um dos actores.	
PFO1 – A CDN A4 – Baixa cultura científica	Interacção positiva – Ameaça combatida A CDN enquanto instrumento de gestão das ADN, baseado em estudos técnicos que levaram à definição dos locais e condições de prática tendo em conta as características e as potencialidades do território, contribuiu para aumentar a cultura científica.	Os estudos inerentes à revisão da CDN e considerando a criação do Grupo de Trabalho de Avaliação Técnica, irão contribuir para aumentar a cultura científica.
PFO1 – A CDN A5 – Falta de manutenção de caminhos conduz à degradação	Interacção negativa – Ameaça combatida A manutenção dos caminhos será um dos objectivos do Plano de Gestão e monitorização de forma a que sejam evitadas estas situações.	O Plano de Gestão e Monitorização da CDN poderá dar resposta a estas situações.

Quadro 33 - Análise da aplicação do modelo SWOT à CDN do PNSAC (continuação)

<i>Factores Inter-relacionados</i>	<i>Interacção/ Problemas/ Questões</i>	<i>Soluções / Ideias</i>
PFO1 – A CDN A6 – A má utilização dos espaços	Interacção negativa – Ameaça combatida A CDN e o seu regulamento definem as regras de utilização dos espaços de forma a evitar que o seu uso indevido ponha em causa não só a conservação da natureza mas também a segurança dos utilizadores. No entanto, a falta de fiscalização (PFR11) e de sinalização (PFR4) constituem uma ameaça a estes objectivos.	Aumentar a fiscalização e as informações junto aos locais de prática, de forma a sensibilizar os utilizadores para o Código de Conduta.
PFO1 – A CDN O2 – Forum de discussão	Interacção positiva – Oportunidade aproveitada A criação de um espaço alargado de discussão sobre a CDN permite que os seus objectivos sejam conhecidos pelo público em geral	
PFO1 – A CDN O3 – Criação de Grupos de Trabalho de Avaliação Técnica	Interacção positiva – Oportunidade aproveitada Os Grupos de Trabalho de Avaliação Técnica permitem a realização de um trabalho contínuo de avaliação da CDN no sentido da sua melhoria.	
PFO1 – A CDN O4 – Valorização do território e desenvolvimento local	Interacção positiva – Oportunidade aproveitada A valorização do território e o desenvolvimento local, potenciam os objectivos da CDN	
PFO1 – A CDN O5 – Cultura científica	Interacção positiva – Oportunidade aproveitada A cultura científica vem valorizar os objectivos da CDN	
PFO1 – A CDN O7 – Valorização do PNSAC	Interacção positiva – Oportunidade aproveitada A valorização do PNSAC é um objectivo partilhado pela CDN	
PFO2 – Diversidade de actividades possíveis de realizar O8 – Criação de novas rotas	Interacção positiva – Oportunidade aproveitada A criação de novos produtos aumenta a diversidade de oferta em termos das actividades que é possível realizar	
PFO3 – Apelo à cidadania A1 – Falta de articulação entre actores	Interacção positiva - Ameaça combatida A falta de articulação dos actores é combatida através do apelo à cidadania, que constitui a participação na elaboração ou revisão da CDN	
PFO3 – Apelo à cidadania O2 – Forum de discussão	Interacção positiva – Oportunidade aproveitada A criação do Forum de discussão aberto ao público em geral constitui um apelo à cidadania	
PFO5 – Identificação dos locais de prática e o que se pode fazer O3 – Grupos de Trabalho de Avaliação Técnica	Interacção positiva – Oportunidade aproveitada A existência de grupos de trabalho de avaliação técnica permite caracterizar com maior rigor a oferta existente em cada um dos locais identificados na CDN	
PFO6 – Potencialidades do PNSAC O1 – Desenvolvimento económico da região	Interacção positiva – Oportunidade aproveitada O desenvolvimento económico da região constitui uma oportunidade de promover as potencialidades do PNSAC	
PFO6 – Potencialidades do PNSAC O2 – Forum de discussão	Interacção positiva – Oportunidade aproveitada O Forum de discussão constitui uma oportunidade para partilhar o conhecimento geral sobre as potencialidades do PNSAC	

Quadro 33 - Análise da aplicação do modelo SWOT à CDN do PNSAC (continuação)

<i>Factores Inter-relacionados</i>	<i>Interacção/ Problemas/ Questões</i>	<i>Soluções / Ideias</i>
PFO7 – Abertura dos Técnicos O2 – Forum de discussão	Interacção positiva – Oportunidade aproveitada O Forum de discussão constitui uma oportunidade para que o público em geral possa partilhar e discutir as melhores opções para o território, com o devido acompanhamento técnico	
PFO7 – Abertura dos Técnicos O3 – Grupos de Trabalho de Avaliação Técnica	Interacção positiva – Oportunidade aproveitada Os Grupos de Trabalho de Avaliação Técnica ao integrarem outras entidades, demonstram que existe abertura dos técnicos do PNSAC ao exterior, com o objectivo de encontrar as melhores soluções para o território	
PFO8 – Promoção e desenvolvimento da área aliado à protecção da natureza A1 – Falta de articulação entre actores	Interacção positiva – Ameaça combatida A falta de articulação entre os actores dilui-se quando existe um objectivo comum de promoção e desenvolvimento da área aliado à protecção da natureza. num território transversal a todos os actores	
PFO8 – Promoção e desenvolvimento da área aliado à protecção da natureza O1 – Desenvolvimento económico da região	Interacção positiva – Oportunidade aproveitada O desenvolvimento económico da região constitui o cenário favorável à promoção e desenvolvimento da área	
PFO8 – Promoção e desenvolvimento da área aliado à protecção da natureza O2 – Forum de discussão	Interacção positiva – Oportunidade aproveitada O fórum de discussão é uma oportunidade para promover a área com todo o seu potencial, de uma forma integrada com a protecção da natureza	
PFO8 – Promoção e desenvolvimento da área aliado à protecção da natureza O4 – Valorização do território e desenvolvimento local	Interacção positiva – Oportunidade aproveitada As dinâmicas sociais e económicas decorrentes do desenvolvimento local, constituem uma oportunidade para a promoção e desenvolvimento da área ligado à protecção da natureza	
PFO8 – Promoção e desenvolvimento da área aliado à protecção da natureza O7 – Valorização do PNSAC	Interacção positiva – Oportunidade aproveitada A valorização do PNSAC através da CDN contribui para a promoção e desenvolvimento da área aliado à protecção da natureza.	

Quadro 34 - Síntese da Matriz SWOT

			FACTORES INTERNOS																	
			PONTOS FRACOS											PONTOS FORTES						
			PFR1-Monitorização das actividades	PFR2-Fichas Técnicas por actividade	PFR3-Manutenção das infraestruturas e da sinalização	PFR4-Sinalização	PFR5-Divulgação da informação	PFR6-Participação dos actores	PFR7-O nome CDN	PFR8-Informação	PFR9-Acessibilidades	PFR10-Identificação da entidade responsável pela manutenção das infraestruturas	PFR11-Fiscalização	PFO1-A CDN	PFO2-Diversidade de actividades possíveis de realizar	PFO3-Apelo à cidadania	PFO4-Identificação das Infraestruturas	PFO5-Identificação dos locais de prática e o que se pode fazer	PFO6-Potencialidades do PNSAC	PFO7-Abertura dos técnicos
AMEAÇAS	A1-Falta de articulação entre actores	●		●	●	●	●		●		●	●		●		●				
	A2-A legislação							●												
	A3-Falta de disponibilização financeira / financiamento	●		●	●	●					●									
	A4-Baixa cultura científica											●								
	A5-Falta de manutenção de caminhos conduz à degradação			●					●			●								
	A6-Má utilização dos espaços			●	●							●								
	A7-“Sócrates”																			
	A8-Falta de sensibilização das empresas externas ao PNSAC						●													
	A9-Certificação das estruturas																			
	OPORTUNIDADES	O1-Desenvolvimento económico da região			●		●	●												
O2-Forum de discussão				●		●	●			●	●	●		●						
O3-Grupos de Trabalho de Avaliação Técnica		●	●				●		●			●	●				●			
O4-Valorização do território e desenvolvimento local					●	●	●		●			●								
O5-Cultura científica		●																		
O6-Profissionalização das entidades que realizam ADN											●									
O7-Valorização do PNSAC					●	●														
O8-Criação de novas rotas													●							

PFR – Pontos Fracos; PFO – Pontos Fortes; A – Ameaças; O – Oportunidades

● **Interacção positiva:** Ameaça Combatida, Oportunidade Aproveitada ou Ponto Fraco Ultrapassado

● **Interacção negativa:** Ameaça Potenciada ou Oportunidade Desperdiçada

9.8. Conclusões

Da análise *SWOT* efectuada à CDN do PNSAC e no que diz respeito aos factores internos, verificamos que os **pontos fortes** deste documento são a CDN em si mesma e o Apelo à cidadania em consequência da elaboração da própria carta; os **pontos fracos** relacionam-se claramente com a Manutenção das infraestruturas e da sinalização e a própria Sinalização que é insuficiente.

Na análise externa, verificamos que as **ameaças** consistem na Falta de articulação entre actores e na Falta de disponibilidade financeira / financiamento; a Criação dos Grupos de Trabalho Técnico e a Valorização do território e desenvolvimento local, são as grandes **oportunidades** à elaboração da CDN.

Neste contexto e de forma a combater as ameaças e a ultrapassar os pontos fracos e as oportunidades desperdiçadas, são apontadas algumas medidas de correcção, nomeadamente:

- Definição de uma Matriz de envolvimento, no contexto do Plano de Gestão e Monitorização, que identifique a forma de participação dos actores envolvidos na monitorização das ADN, nomeadamente através do registo de indicadores previamente definidos;
- Os *stakeholders* procurarem Programas de financiamento que enquadrem a monitorização das ADN e encontrar nas parcerias com os stakeholders, forma de dar resposta à necessidade de monitorizar as ADN;

- O PNSAC promover reuniões, encontros, workshops, com o objectivo de sensibilizar empresas externas ao PNSAC, para a importância do seu envolvimento no processo de monitorização das ADN;
- A definição clara de “quem faz o quê, quando e como”, através de protocolos ou outras figuras similares, obriga à co-responsabilização na manutenção das infraestruturas, caminhos;
- Os *stakeholders* procurarem Programas de financiamento que apoiem a manutenção das infraestruturas e da sinalização, a divulgação e a edição de informação;
- Definir a Sinalização, como um dos objectivos do PG e monitorização da CDN, transversal a todos os *stakeholders*;
- Colocação de painéis informativos nos locais de prática, a alertar para a necessidade de respeitar o ambiente através de boas práticas ambientais;
- Sensibilizar os *stakeholders* para a importância da sinalização do território como um todo, assumindo um sistema de sinalização uniforme para a área do PNSAC;
- Definir formas de divulgação e conteúdos transversais a todos os stakeholders e criar canais próprios para disseminação e actualização da informação;
- Envolver os *stakeholders* no PG de forma activa e articulada;
- Promover anualmente um Forum, aberto às empresas externas ao PNSAC, que actuam no PNSAC, de forma a envolvê-las no processo de gestão e monitorização das ADN;
- Sensibilizar a administração central no sentido de rever a legislação no sentido da sua adequação;
- A partilha de informação através de uma base de dados integrada no Plano de Gestão e Monitorização, de forma a que todos os stakeholders possam contribuir para a sua actualização;
- Levantamento das acessibilidades existentes e a sua caracterização quanto ao estado de conservação e tipologia (largura, tipo de piso, etc) e georeferenciação em SIG, de forma a poder informar as necessidades de manutenção aos respectivos responsáveis;

- A valorização do território como um todo e o desenvolvimento local, objectivos do Plano de Gestão e Monitorização, com o enquadramento adequado no PNSAC;
- Sensibilizar a administração central para a importância da fiscalização, de forma a captar mais recursos;
- Os estudos inerentes à revisão da CDN e considerando a criação do Grupo de Trabalho de Avaliação Técnica, irão contribuir para aumentar a cultura científica;
- A implementação do Plano de Gestão e Monitorização da CDN;
- Aumentar a fiscalização e as informações junto aos locais de prática, de forma a sensibilizar os utilizadores para o Código de Conduta;

10. *Propostas para a criação de um modelo de gestão e monitorização*

10.1. Plano de Gestão e Monitorização

De acordo com Lindon, D. (2004) e tendo como referência o Marketing, *Um modelo é uma representação mais ou menos fiel, mas sempre simplificada, de um fenómeno ou de um sistema complexo, que tem por objectivo compreender melhor o fenómeno ou o sistema em análise e permitir uma melhor actuação sobre ele.*

Tendo em conta o enquadramento legal dos PG e PM presente no Artigo nº 41 – Monitorização e gestão dos locais e equipamentos para a prática de DN da (Portaria nº 53/2008, de 18 de Janeiro), os resultados da análise *SWOT* realizada no contexto dos Workshops e os modelos de gestão abordados na revisão da literatura, considera-se que o modelo proposto deverá assentar nos seguintes pressupostos:

Momento em que os PG e PM deverão elaborados: aquando da construção da CDN, e não dois anos após a sua implementação, já que os processos de gestão e monitorização são partes integrantes do processo de Planeamento, (Costa, 2006; Araújo, 2010), devendo estes integrar a metodologia que vier a ser definida para a elaboração das CDN. Só desta forma se poderão minimizar os impactes negativos e informar a gestão dos mesmos, na óptica do desenvolvimento sustentável.

Quem implementa os Planos: no âmbito da gestão propriamente dita, decorre da leitura da lei que a entidade responsável pela implementação do plano será o ICNB/AP, enquanto que a manutenção dos locais destinados à prática de ADN, a implementação e manutenção da sinalização e equipamentos de apoio, poderá ser feita por outras entidades, públicas ou privadas, mediante o estabelecimento de protocolos. A equipa que irá trabalhar nos PG deverá integrar, pelo menos parcialmente, elementos que participaram na elaboração da CDN. De acordo com Costa et al. (2006), Drum (2003) e Araújo (2010), deverá ser uma equipa multidisciplinar, envolvendo os principais representantes dos *stakeholders*.

Intervenientes: identificação das entidades públicas e privadas com intervenção directa e/ou indirecta no território em questão e qual o seu contributo nos processos de gestão e monitorização das ADN, de forma a integrá-las no processo desde o início.

Actividades de Turismo de Natureza: identificar as actividades, respectivos locais de prática, equipamentos, condicionantes ao uso e respectivos impactes sociais e ecológicos no meio físico e social;

Impactes ambientais e sociais: Para cada uma das actividades consideradas na CDN, identificar os impactes sociais e ecológicos de forma a poderem ser definidas medidas correctoras para os impactes negativos, através de medidas de gestão e/ou instrumentos de monitorização;

Métodos utilizados na manutenção dos locais e equipamentos destinados à prática de desporto de natureza: a realização de protocolos com entidades públicas e / ou privadas, conforme previsto no D.L. nº 142/2008, de 24 de Julho, permitirão não só o envolvimento de *stakeholders* públicos e privados, mas ainda a possibilidade de assegurar o financiamento necessário.

Direitos, deveres e responsabilidades dos intervenientes: através da Portaria nº 651/2009, 12 de Junho, é definido um Código de Conduta para todas as entidades que promovem ATN na RNAP.

Interdição temporária ou permanente da utilização de alguns espaços: através da figura legal do edital, tendo por base resultados concretos da Monitorização.

10.2. Instrumentos de Monitorização

Programa de Monitorização dos impactes ambientais provocados pelas ATN: será realizada pelo Grupo de Acompanhamento do Plano, podendo incluir sub-grupos, associados a tarefas específicas. Este grupo deverá ser representativo das entidades que participam directamente nos PG e no caso dos sub-grupos, elementos das entidades externas. A avaliação dos impactes poderá ser feita em vários momentos, a definir e calendarizar previamente, podendo ocorrer nalguns casos, imediatamente antes e logo depois das actividades ou periodicamente ao longo do ano.

Instrumentos para o diagnóstico: questionários, levantamentos, reuniões consultivas, dados internos e workshops. Importa ainda a Inventariação dos Recursos existentes na perspectiva do Turismo de Natureza (alojamento, restauração, desporto de natureza);

Poderão ser utilizados vários instrumentos na monitorização:

1. Questionários/Inquéritos
2. Contabilização de fluxos
3. Fiscalização
4. Relatórios

Os Questionários/Inquéritos dirigem-se aos residentes e visitantes e procuram entre outros, atingir os seguintes objectivos gerais:

- ✓ avaliar numa perspectiva de continuidade, a evolução da relação entre o PNSAC e os residentes;
- ✓ avaliar o impacto das acções realizadas pelo PNSAC no âmbito do Turismo, conservação da natureza e a nível social, junto da população em geral;
- ✓ compreender a evolução da procura turística no PNSAC;
- ✓ conhecer o perfil e a motivação dos visitantes;
- ✓ compreender em que medida as infra-estruturas criadas pelo PNSAC para apoio às actividades de TN, são utilizadas pelos turistas;
- ✓ perceber o impacto destas infra-estruturas junto da população mais próxima.

Especificamente, os Inquérito às populações residentes permitem fazer a avaliação do impacto das medidas de gestão da AP e consequente influência sobre o seu quotidiano, bem como os impactes sociais e económicos das ADN uma vez que não se protege só para as populações, mas com as populações.

Estes inquéritos terão uma periodicidade bianual e serão levados a efeito por alunos de estabelecimentos de ensino que se encontram na área geográfica da AP. Têm como objectivo a recolha directa de informações relacionadas com a eficácia da gestão da AP e indirectamente sobre quem visita a AP, as actividades mais praticadas e os impactes sociais e ecológicos inerentes às mesmas, caso do lixo, fitas de marcação de traçados, derrube de muros, destruição de culturas, etc.

No caso específico do PNSAC, os inquéritos a aplicar serão construídos a partir de dois trabalhos de Licenciatura da Escola Superior de Educação de Leiria os quais carecem de validação.

A aplicação dos Inquéritos/Questionários deverá ser periódica (bianual aos residentes e anual às restantes) e poderá ser efectuada através dos Estabelecimentos de Ensino existentes no território da AP.

Os inquéritos aos visitantes permitirão conhecer o seu perfil (nacionalidade, idade, sexo, formação), motivações, expectativas e grau de satisfação.

Serão também colocados on-line, no site do PNSAC, inquéritos para os visitantes virtuais das actividades de Turismo de Natureza, de forma a registar opiniões e sugestões após a prática;

No caso das EAT e conforme estipulado actualmente pelo ICNB, as EAT enviam à respectiva AP, relatórios semestrais com indicação dos locais, actividades e número de participantes por cada actividade (Anexo 3);

Os Empreendimentos Turísticos que promovem ATN, embora não esteja até agora previsto nenhum mecanismo de controle das ADN que muitos deles promovem, deverão ter um procedimento idêntico aos adoptados para as EAT.

No que diz respeito à Fiscalização, esta envolve as entidades licenciadores e fiscalizadoras, das quais destacamos a AP, os SEPNA e a ASAE.

Propõe-se a Fiscalização em vários momentos:

- Fiscalização durante os eventos, normalmente aos fins-de-semana e feriados, quando ocorrem as actividades. Estas poderão ser articuladas com as Brigadas Verdes e ficarão registadas numa FICHA DE MONITORIZAÇÃO DO EVENTO;

- Fiscalização de rotina, sobretudo nas épocas condicionadas à prática de algumas actividades, em locais definidos e sinalizados no terreno, como é o caso da escalada e parapente – registo em ficha própria, caso seja detectada alguma infracção ou evento não autorizado.

- Fiscalização a realizar pelo SEPNA de forma independente mas articulada em termos de informação: implicará a entrega da Ficha de Monitorização devidamente preenchida.

Os Relatórios são documentos técnicos, elaborados por pessoal com formação específica em cada uma das áreas relacionadas com as ADN e com a Conservação da Natureza. Pretendem

avaliar o estado de conservação dos equipamentos e dos espaços na perspectiva da conservação dos valores naturais e de forma a que a prática das ADN ocorra em segurança. Estes relatórios poderão ser anuais ou semestrais e terão por base de registo uma matriz pré-definida, que permita a comparação dos dados ao longo do tempo. Neste espírito poderão enquadrar-se alguns estudos no âmbito de estágios na área do desporto.

10.3. Instrumentos de Gestão

Entre as várias acções propostas destacam-se as seguintes:

- identificação de áreas do território que reúnam diversas valências do Turismo de Natureza a que chamaremos pólos (alojamento, restauração, desporto de natureza, parques de merendas) com relações de proximidade, que justifique a definição de uma entidade gestora para essas unidades, com enquadramento e ligação ao PG e no cumprimento da CDN;
- centralização numa única entidade, de todo o processo administrativo relacionado com os pedidos de parecer/autorização e respectivos pagamentos;
- elaboração de BD (cartográfica – SIG ou outra que permita a georeferenciação alfa-numérica – ACCESS ou EXCEL), onde deverá constar toda a informação que deu origem à CDN (recursos naturais, culturais, equipamentos, infra-estruturas ligadas ao turismo de natureza);
- análise SWOT na caracterização da situação inicial e sempre que for necessário actualizar o diagnóstico;

10.4. Divulgação (Plano de Marketing)

O público-alvo necessita de saber que a CDN existe, através de várias formas:

A CDN enquanto documento gráfico e manuseável no campo, deverá ainda, para além da localização das ADN, informar sobre:

- acesssibilidades em geral, indicando os melhores acessos;
- empreendimentos de turismo de natureza;
- restauração;
- empresas reconhecidas como turismo de natureza que poderão prestar serviços de animação turística na AP;

- serviços básicos como sejam postos de combustível, farmácias, etc.

No terreno é fundamental a sinalização dos equipamentos e serviços de acordo com uma imagem uniforme para toda a AP – Programa de Sinalização para a RNAP;

- a criação de Call-center para dar respostas em tempo útil a pedidos de informações sobre o TN no território abrangido pela AP e fora da AP, sobre o território abrangido pelos concelhos que a integram;

- a definição de um Calendário anual de Actividades de Turismo de Natureza e Eventos, coordenado pelo PNSAC e com o selo “Parques Naturais”, composto por actividades promovidas por entidades licenciadas;

- a realização de uma Conferência ou Seminário anual sobre Turismo de Natureza;

- a realização de um Encontro Anual de Autarquias com território nas AP;

- acções de formação e esclarecimento junto de todos os stakeholders intervenientes no PG;

Edição de publicações

- em papel: Brochura com a CDN e respectivo regulamento; Brochuras temáticas: Parapente, Escalada, Percursos Pedestres; Guias Temáticos por cada ADN, à semelhança do que já foi efectuado para os Percursos Pedestres;

- em suporte digital: *Power-point* em CD, sobre as ADN, regulamento, objectivos, enquadramento legal, procedimentos, regras de conduta, sensibilização para o meio; vídeo divulgando as ADN, locais e condições de prática;

- Divulgação na NET, através dos sites do PNSAC/ICN, Federações, Entidades de Turismo, Autarquias, Associações, EAT, ET.
- Exposição temática: divulgação em feiras, escolas, autarquias, infraestruturas do PNSAC.
- Criação de um Evento anual rotativo por cada um dos sete concelhos que integram a área do PNSAC;
- Criação do Forum do Turismo de Natureza, enquanto espaço privilegiado de diálogo aberto ao público em geral

11. Sugestões para estudos futuros

Considera-se que o presente trabalho ficou muito aquém daquilo que era pretendido, na medida em que não foi possível dedicar o tempo necessário à sua realização, mercê de várias vicissitudes.

Importa porém referir, a importância e a pertinência desta temática, na medida em que poderá ter aplicação a curto e médio prazo aquando da elaboração das CDN em fase de publicação e por publicar.

Considerando as diversas componentes que não foram contempladas neste estudo e que podem vir a auxiliar de uma forma efectiva, a gestão e a monitorização das ATN nas AP da RNAP, com o envolvimento e a participação de entidades públicas e privadas, considera-se que existe um longo trabalho pela frente, que valerá a pena percorrer.

Algumas sugestões para futuros estudos neste contexto:

1 - Aplicação de inquéritos aos *stakeholders* que constituíram a amostra para a realização da *análise SWOT* realizada no contexto deste estudo, de forma a colmatar a sua baixa representatividade nos *Workshops* e a consolidar a análise já efectuada.

- Avaliar numa perspectiva de continuidade, a evolução da relação entre o PNSAC - residentes, PNSAC - visitantes, através de inquéritos;
- Avaliar o impacto das acções realizadas pelo PNSAC no âmbito do Turismo, conservação da natureza e a nível social, junto da população em geral;
- Definir quais os principais impactes que cada ADN provoca no meio natural e no meio social, de forma a que estes possam ser monitorizados;
- Percepção das populações residentes quanto aos impactes positivos e negativos decorrentes da prática das actividades de turismo de natureza;
- Criação de instrumentos de avaliação e monitorização das ADN;
- Compreender a evolução da procura turística no PNSAC;
- Conhecer o perfil e a motivação dos visitantes;

- Compreender em que medida as infra-estruturas criadas pelo PNSAC para apoio às actividades de TN, são utilizadas pelos turistas e perceber o impacto destas infra-estruturas junto da população mais próxima.
- Compreender as razões que levaram a que as empresas de animação turística tenham vindo a deixar de realizar actividades no PNSAC.

Referências Bibliográficas

- Alves, A. (1990). *Proposta de Uma Rede Global de Recreio para o Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros*. Trabalho de Fim de Curso. Universidade de Évora.
- Alves, A. (1998). *O Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros. Turismo nas regiões de montanha. Pressões e soluções*. Seminário sobre Turismo Sustentável em Áreas Protegidas de Montanha. Auditório da E.S.T.G.Portalegre. (não publicado)
- Araújo, A.P. (2010). *Elaboração de Planos de Gestão participada. Linhas orientadoras para coordenadores e facilitadores*. ICNB.
- Benbasat, I., Goldstein, D.K. & Mead, M. (1987). *The Case Research Strategy in Studies of Information Systems*, MIS Quarterly, pp. 369-386
- Bloyer, J.M., Gustke, L.D., Leung, Y (2004). *Indicators for sustainable tourism development: crossing the divide from definitions to actions*. North Carolina State University
- Bravo, M.; Eisamar, L. (1998). *Investigación Educativa*, 3ª Ed. Sevilla: Ediciones Alfar
- Brogueira, S. (2005). *Avaliação dos Impactes Ambientais e Monitorização do Desporto de Natureza na Nascente do Alviela*. Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.
- Buckley, R. (1991). *Perspectives in Environmental Management*. New York Springer. Verlag.
- Buckley, R. (2009). *Parks and Tourism*. International Centre for Ecotourism Research, Griffith University, Southport, Queensland, Australia.
- Correia, A. et al (2004). *Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros: 25 Anos*. PNSAC, Rio Maior.
- Costa, J., Ladeiras, A., Mota, A. (2006). *Contributos para um Modelo de Planeamento Estratégico em Turismo*. Instituto de Planeamento e Desenvolvimento do Turismo. Ayala Calvo, J.C. y grupo de investigación FEDRA, Conocimiento, innovación y emprendedores. Camino al futuro. Págs 3087 a 3099.
- Direcção Geral dos Desportos (1987). *Atlas Desportivo Nacional. Carta dos espaços naturais de recreio, desporto e turismo*. Proambio, Lda.
- Drumm, A., Moore, A. (2002). *Desenvolvimento do Ecoturismo. Um Manual para os Profissionais da Conservação. Introdução ao Planeamento de Ecoturismo*. Vol I.
- Drumm, A., Moore, A. (2003). *Desarrollo del Ecoturismo. Un Manual para los profesionales de la conservación*. Vol II.

- Ferreira, R.R.C.F. (1999). *Utilização de Sistemas de Informação Geográfica na Gestão e Monitorização de Planos de Ordenamento de Áreas Protegidas. Caso Estudo do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros.*
- Gonçalves, E., Sá, L., Caldeira, M. *Estudo de Caso* (2005). Mestrado em Educação. DEFCUL.
- Hamel, J., Dufour, S. & Fortin, D. (1993). *Case Study Methods*. Sage publications
- ICNB (2007). *Plano de Gestão do Parque Natural e ZPE do Vale do Guadiana*. Mértola
- Ignarra, R.L. (2003). *Fundamentos do Turismo*. 2ª edição.
- Johnson, D. (s/d). *Sustainable Tourism: a global perspective towards sustainability*. Examples from the UK Coast.
- Laranjo, J.M. (2011). *A Gestão do Turismo de Natureza na Rede Nacional de Áreas Protegidas: a Carta de Desporto de Natureza do Parque Natural de Sintra-Cascais*. Dissertação de Mestrado em Gestão do Território. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.
- Leal, J., Silva, L., Machado, A., Santos, A. (2007). *Carta Desportiva do Concelho de Cuba*. Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Beja. Câmara Municipal de Beja.
- Lindon, D. e tal (2004). *Mercator XXI. Teoria e Prática de Marketing*.
- Ministério da Economia e da Inovação (2007). *Plano Estratégico Nacional do Turismo*.
- Oliveira, J.F.S. (2005). *Gestão Ambiental*. Lisboa: Lide, Edições Técnicas.
- Oliveira, Emanuel (1998). *Ordenamento das Actividades Desportivas e Recreativas na área do PNPG*. Resultados do Inquérito; Ante-Projecto da Carta Desportiva. Associação para o Desenvolvimento das Regiões da Peneda-Gerês. 1º Encontro de Ambiente, Aventura e Lazer. Melgaço, Julho de 1998.
- Oliveira, E., Mendes, S. (1999). *Carta Desportiva para as Regiões do Parque Nacional da Peneda-Gerês*. Adere Peneda-Gerês.
- Passos, L. (2002-2003). Proposta. Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico. Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros. ADSAICA – Associação de Desenvolvimento das Serras de Aire e Candeeiros.
- Pereira, A.M., Leitão, J.C. (2007). *Metodologia de Investigação em Educação Física e Desporto – Introdução à Metodologia Qualitativa*. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

- Pereira, A. & Poupá, A. (2008) *Como Escrever uma Tese, Monografia ou Livro Científico usando o Word*. (4ª ed.). Lisboa: Sílabo.
- Pickering CM. (2010). *Ten factors that affect the severity of environmental impacts of visitors in protected areas*. International Centre for Ecotourism Research, Griffith University, Southport, Queensland, Australia.
- PNSAC (2001). *Enquadramento Estratégico para o Turismo de Natureza no Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros*.
- PNSAC (2002). *Ponto de Situação. Carta de Desporto de Natureza do PNSAC*.
- PNSAC (2003). *Proposta. Carta de Desporto de Natureza do PNSAC*.
- Prato, T. (2001). *Evaluating Carrying Capacities for Protected Areas*. The George Wright FORUM.
- Ramos, C., Sousa, L. (2009). *Manutenção da Rede de Percursos Pedestres no PNSAC. Estágios do Curso de Educação e Formação de Adultos de Recursos Florestais e Ambientais*.
- Reis, F., Carreira, M. (2002). *Inquéritos à População e aos Visitantes do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros sobre actividades de Turismo de Natureza*. Instituto Politécnico de Leiria. Escola Superior de Educação de Leiria.
- Rodrigues, W. (2007). *Metodologia Científica*. FAETEC/IST. Paracambi.
- Taborda, C. (2003). *Enquadramento/Regulamentação de actividades de animação ambiental no PNSAC. Um contributo para a carta de desporto de natureza*. Rio Maior: ICNB/PNSAC.
- ThinkTur (2009). *Programa de Visitação e Comunicação para a Rede Nacional de Áreas Protegidas*.
- Turismo de Portugal (2010). *Plano Estratégico Nacional do Turismo. Proposta para revisão no horizonte 2015. Versão 2.0*.
- Trigo, A. (2001). *Elaboração de uma Proposta de Plano Curricular para os Guias de Natureza em Áreas Protegidas*. Relatório de Estágio. IPL. Escola Superior de Educação de Leiria.
- Triviños, A. (1995). *Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Atlas.
- Yin, R. (1994). *Case Study Research: Design and methods*. (2ª Ed.) Thousand Oaks, CA: SAGE Publications.

Legislação

D.L. n.º 118/79, de 4 de Maio – cria o Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros

Portaria n.º 21/88, de 12 de Janeiro – aprova o regulamento e respectivo Plano de Ordenamento do PNSAC

Recomendações n.º (92) 13 VER (adoptada pelo Comité de Ministros em 24 de Setembro de 1992 e revista na reunião de 16 de Maio de 2001): Define a Carta Europeia do Desporto

Recomendação N.º R (95) 10 do Comité de Ministros- propõe os princípios e directrizes para a implementação da política e matéria de turismo para as áreas protegidas e enfatiza a importância da integração das áreas protegidas numa estratégia global para o desenvolvimento do turismo sustentável.

RCM n.º 112/98, de 29 de Maio - Estabelece a criação do Programa Nacional de Turismo de Natureza

RCM n.º 112/98, de 25 de Agosto – cria o Programa Nacional de Turismo de Natureza

D.L. n.º 47/99, 16 de Fevereiro – Regulamenta o Turismo de Natureza

D.R. n.º 18/99, de 27 de Agosto - Regula a animação ambiental nas modalidades de animação, interpretação ambiental e desporto de natureza nas áreas protegidas, bem como o processo de licenciamento das iniciativas e projectos de actividades, serviços e instalações de animação ambiental

Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro: Estabelece o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial

Resolução do Conselho de Ministros n.º 152/2001, de 11 de Outubro – Adopta a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (rectificada pela Declaração de Rectificação n.º 20-AG/2001, de 31 de Outubro)

Despacho n.º 8/2002, de 21 de Fevereiro – cria o Grupo de Trabalho Piloto de Turismo de Natureza

D.L. n.º 56/2002, de 11 de Março – Altera o D.L. n.º 47/99, de 16 de Fevereiro, que regula o Turismo de Natureza

Lei n.º 30/2004, de 21 de Julho – Define a Lei de Bases do Desporto

Portaria n.º 1465/2004, de 17 de Dezembro - Aprova a carta de desporto de natureza do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros e o respectivo Regulamento

Lei n.º 5/2007, 16 de Janeiro – Define a Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto

Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2007, de 20 de Agosto – Aprova a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável – 2015 (ENDS) e o respectivo Plano de Implementação, incluindo os indicadores de monitorização (PIENDS)

Portaria n.º 53/2008, de 18 de Janeiro – Aprova a carta de desporto de natureza do Parque Natural de Sintra-Cascais e o respectivo Regulamento

D.L. n.º 39/2008, de 7 de Março - Aprova o regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos

D.L. n.º 67/2008, de 10 de Abril – Aprova o regime jurídico das áreas regionais de turismo de Portugal continental e dos pólos de desenvolvimento turístico, a delimitação e características, bem como o regime jurídico da criação, organização e funcionamento das respectivas entidades regionais de turismo

D.L. n.º 142/2008, de 24 de Julho - Estabelece o regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade e revoga os Decretos-Leis n.ºs 264/79, de 1 de Agosto, e 19/93, de 23 de Janeiro (rectificado pela Declaração de Rectificação n.º 53-A/2008, de 22 de Setembro)

D.L. n.º 108/2009, de 15 de Maio - Estabelece as condições de acesso e de exercício da actividade das empresas de animação turística e dos operadores marítimo-turísticos

Portaria n.º 651/2009, de 12 de Junho - Define o Código de Conduta a adoptar pelas empresas de animação turística e dos operadores marítimo-turísticos que exerçam actividades reconhecidas como turismo de natureza e o logótipo que os identifica

Resolução do Conselho de Ministros n.º 57/2010, de 12 de Agosto - Aprova o Plano de Ordenamento do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros

“Regulamento Municipal sobre o Licenciamento das actividades diversas previstas no Decreto-Lei N.º 264/2002, de 25 de Novembro e no Decreto-Lei N.º 310/2002, de 18 de Dezembro. Transferência para as Câmara Municipais de competências dos Governos Cívicos.”(2002)

SITES consultados

- <http://icnb.pt>
- <http://portal.icnb.pt/ICNPortal/vPT2007/O+ICNB/Ordenamento+e+Gestão/Planos+de+Ordenamento+das+Áreas+Protegidas+%28POAP%29/poap.htm>- Planos de Ordenamento publicados
- <http://portal.icnb.pt/ICNPortal/vPT2007/O+ICNB/Turismo+de+Natureza/Actividades/> regulamentação das ATN
- <http://portal.icnb.pt/ICNPortal/vPT2007/O+ICNB/Turismo+de+Natureza/Carta+Europeia+de+Turismo+Sustent%C3%A1vel/?res=1440x900> – CETS

ANEXOS

ANEXO 1 - Definições retiradas dos POAPS,
no contexto do Turismo de Natureza

A - «Animação»: conjunto de actividades que se traduzem na ocupação dos tempos livres dos turistas e visitantes, permitindo a diversificação turística, através da integração dessas actividades e outros recursos das áreas protegidas, contribuindo para a divulgação da gastronomia, do artesanato, dos produtos e das tradições da região onde se inserem, podendo ter carácter pontual ou periódico.

AA - «Animação Ambiental»: aquela que é desenvolvida tendo como suporte o conjunto de actividades, serviços e instalações que visam promover a ocupação dos tempos livres dos turistas e visitantes através do conhecimento e da fruição dos valores naturais e culturais próprios das áreas protegidas.

AAA - «Actividades de Animação Ambiental»: actividades integradas no turismo de natureza que englobam as seguintes modalidades:

i) «Animação»—o conjunto de actividades que se traduzam na ocupação dos tempos livres dos turistas e visitantes, permitindo a diversificação turística, através da integração dessas actividades e outros recursos das áreas protegidas, contribuindo para a divulgação da gastronomia, do artesanato, dos produtos e das tradições da região onde se inserem, podendo ter carácter pontual ou periódico;

ii) «Interpretação Ambiental»—toda a actividade que permite ao visitante o conhecimento global do património que caracteriza a AP, através da observação no local das formações geológicas, da flora, fauna e respectivos habitats, bem como de aspectos ligados aos usos e costumes das populações com recurso às instalações, sistemas e equipamentos do turismo de natureza;

iii) «Desporto de Natureza»—todas as que sejam praticadas em contacto directo com a natureza e que, pelas suas características, possam ser praticadas de forma não nociva para a conservação da natureza.

AD - «Actividades Desportivas»: todas as formas de actividades físicas que através de uma participação organizada, ou não, têm por objectivo a expressão ou melhoramento da condição física e psíquica, o desenvolvimento das relações sociais ou a obtenção de resultados na competição a todos os níveis.

IA - «Interpretação ambiental»: toda a actividade que permite ao visitante o conhecimento global do património que caracteriza a área protegida, através da observação no local das formações geológicas, da flora, fauna e respectivos habitats, bem como dos aspectos ligados aos usos e costumes das populações com recurso às instalações, sistemas e equipamentos de turismo de natureza.

ADR - «Actividade Desportiva ou Recreativa»: qualquer actividade de carácter físico ou lúdico, realizada em regime individual ou colectivo, não envolvendo iniciativas de mobilização do público.

ACDRM - «Actividades de carácter desportivo ou recreativo motorizadas»: as actividades de carácter desportivo ou recreativo realizadas com veículos motorizados, de água, terra ou ar, incluindo asa delta com motor, motos e veículos de duas ou mais rodas, de estrada ou de todo-o-terreno e ainda outros desportos e actividades de lazer para cuja prática se recorra a motores de autopropulsão, designadamente os motores de combustão, explosão e eléctricos.

ATN - «Actividades de Turismo de Natureza»: actividades de animação turística, recreativas, desportivas e culturais, de carácter lúdico e com interesse turístico para a área onde se desenvolvem, reconhecidas pelo ICNB, IP, nos termos da legislação em vigor.

ADRM - «Actividade Desportiva ou Recreativa Motorizada»: qualquer actividade desportiva ou recreativa utilizando veículos terrestres, aquáticos ou aéreos com motor de qualquer tipo.

AR1 - «Actividades Recreativas»: as actividades de desporto da natureza ou de desporto motorizado quando realizadas em regime individual ou colectivo, desde que não envolvam iniciativas de mobilização de público.

AR2 - «Actividades Recreativas» - as actividades de desporto da natureza ou de desporto motorizado, quando realizadas em regime individual ou colectivo, podendo ou não envolver iniciativas de mobilização de público.

AR3 - «Actividades Recreativas»: as actividades de desporto de natureza ou de desporto motorizado, quando realizadas em regime individual ou colectivo, desde que não envolvam iniciativas de mobilização de público e possam ser praticadas de forma não nociva para a conservação da natureza; as actividades de animação ambiental e de interpretação ambiental.

AR4 - «Actividades Recreativas»: as actividades de lazer, desporto de natureza ou de desporto motorizado, quando realizadas em regime individual ou colectivo, desde que não envolvam iniciativas de mobilização de público.

CD - «Competições Desportivas»: actividades de natureza desportiva quando exercidas em regime de competição e devidamente enquadradas pelas respectivas estruturas associativas ou federativas.

DM1 - «Desportos Motorizados»: as actividades de carácter desportivo ou recreativo realizadas com veículos motorizados, de água, terra ou ar, nomeadamente asa delta com motor, motos e veículos de duas ou mais rodas, de estrada ou todo -o -terreno, esqui aquático, passeios e pesca com barco a motor, jet -ski e ainda outros desportos e actividades de lazer para cuja prática se recorra a motores de autopropulsão, incluindo os motores de combustão, explosão, eléctricos ou outros.

DM2 - «Desportos Motorizados»: as actividades de carácter desportivo ou recreativo, envolvendo veículos motorizados de duas ou mais rodas, de água, terra ou ar, nomeadamente asa delta com motor, motos e veículos de quatro ou mais rodas, de estrada ou de todo-o-terreno, esqui aquático, passeios de barco a motor, jet-ski e ainda outros desportos e actividades de lazer para cuja prática se recorre a motores de combustão.

DM3 - «Desportos Motorizados»: actividades de carácter desportivo envolvendo veículos motorizados de duas ou mais rodas, de água, terra ou ar, nomeadamente asa-delta com motor, motos e veículos de quatro ou mais rodas, de estrada ou de todo-o-terreno, esqui aquático, passeios de barco a motor, jet-ski e ainda outros desportos e actividades de lazer cuja prática envolva o recurso a motores de combustão.

DM4 - «Desportos Motorizados»:- as actividades de carácter desportivo ou recreativo em cuja prática se recorre a motores de qualquer natureza.

DM5 - «Desportos Motorizados»: as actividades de carácter desportivo ou recreativo realizadas com veículos motorizados de duas ou mais rodas, de água, terra ou ar, nomeadamente: asa delta com motor, motos e veículos de duas ou mais rodas, de estrada ou de todo o terreno, esqui aquático, passeios de barco a motor e jet-ski e ainda outros desportos e actividades de lazer cuja prática envolva o recurso a motores de combustão.

DM6 - «Desportos Motorizados»: as actividades de carácter desportivo ou recreativo envolvendo veículos motorizados de água, terra ou ar, nomeadamente asa-delta com motor, motos e veículos de estrada ou de todo-o-terreno e ainda outros desportos e actividades de lazer cuja prática envolva o recurso a motores de combustão.

DN1 - «Desporto de Natureza»: actividade desportiva ou recreativa não motorizada, cuja prática aproxima o Homem da natureza de uma forma saudável e seja enquadrável na gestão das áreas protegidas e numa política de desenvolvimento sustentável.

DN2 - «Desporto de Natureza»: as actividades e os serviços de carácter desportivo ou recreativo, de água, de ar ou de terra, habitualmente praticados em espaços naturais ao ar livre e que não necessitam de obras especiais para a sua prática, nomeadamente pedestrianismo, montanhismo, orientação, escalada, rappel, espeleologia, balonismo, parapente, asa delta sem motor, bicicleta todo-o-terreno, hipismo e ainda outros desportos e actividades de lazer cuja prática não se mostre nociva para a conservação da natureza.

DN3 - «Desporto de Natureza»: actividades de carácter desportivo ou recreativo da água, do ar ou da terra que sejam praticadas em contacto directo com a natureza e que, pelas suas características e prática, não se mostrem nocivas para a conservação da natureza.

DN4 - «Desporto de Natureza»: aquele cuja prática aproxima o homem da natureza de uma forma saudável e seja enquadrável na gestão das áreas protegidas e numa política de desenvolvimento sustentável.

DN5 - «Desporto de Natureza»: todas as que sejam praticadas em contacto directo com a natureza e que, pelas suas características, possam ser praticadas de forma não nociva para a conservação da natureza.

DN6 - «Desporto de Natureza»: as actividades e os serviços de carácter desportivo ou recreativo habitualmente praticados ao ar livre e que não necessitam de obras especiais para o seu exercício, nomeadamente: pedestrianismo, montanhismo, orientação, escalada, rappel, espeleologia, balonismo, pára-pente, asa delta sem motor, bicicleta todo o terreno, hipismo, canoagem, remo, vela, surf, prancha à vela, mergulho, rafting e hidrospeed, e ainda outros desportos e actividades de lazer cuja prática não se mostre nociva para a conservação da natureza.

DN7 - «Desportos Motorizados»: as actividades de carácter desportivo ou recreativo envolvendo veículos motorizados de duas ou mais rodas, de água, terra ou ar, nomeadamente asa delta com motor, motos e veículos de quatro ou mais rodas de estrada ou de todo-o-terreno e ainda outros desportos e actividades de lazer cuja prática envolva o recurso a motores de combustão.

DN8 - «Desporto de Natureza»: as actividades de carácter desportivo ou recreativo realizadas com veículos motorizados ou não, de água, de ar ou de terra, cuja prática aproxima o homem da natureza de uma forma saudável e seja enquadrável na gestão das áreas protegidas e numa política de desenvolvimento sustentável.

EDR - «Evento Desportivo ou Recreativo»: qualquer actividade desportiva ou recreativa que envolva iniciativas de mobilização de público, independentemente do seu carácter competitivo, devidamente enquadrada por uma estrutura associativa, federativa, escolar ou similar, incluindo estruturas municipais ou empresariais.

ITDL - «Infra-estrutura Turística, Desportiva ou de Lazer»: qualquer estrutura ou equipamento destinado à prática de uma actividade ou à prestação de um serviço turístico, desportivo ou recreativo, incluindo sinalização e meios amovíveis.

LE - «Locais de Estada»: espaços equipados de miradouros, parques de merendas ou similares onde é previsível a permanência em períodos curtos e sempre inferiores a vinte e quatro horas.

TN1 - «Turismo de Natureza»: o produto turístico composto pelos estabelecimentos que se destinem a prestar serviços de alojamento a turistas, em áreas classificadas ou noutras áreas com valores naturais, dispondo para o seu funcionamento de um adequado conjunto de instalações, estruturas, equipamentos e serviços complementares relacionados com a animação ambiental, a visitação de áreas naturais, o desporto de natureza e a interpretação ambiental.

TN2 - «Turismo de Natureza»: produto turístico composto por estabelecimentos, actividades e serviços de alojamento e animação turística e ambiental realizados e prestados em áreas classificadas ou noutras áreas com valores naturais.

TN3 - «Turismo de Natureza»: é o produto turístico, composto por estabelecimentos, actividades, serviços de alojamento, animação turística e ambiental, realizados e prestados em zonas integradas na Rede Nacional de Áreas Protegidas, desenvolvendo-se segundo diversas modalidades de hospedagem, de actividades e serviços complementares de animação ambiental, que permite contemplar e desfrutar o património natural, arquitectónico, paisagístico e cultural, tendo em vista a oferta de um produto turístico integrado e diversificado.

TN4 - «Turismo de Natureza - 4»: o produto turístico composto por estabelecimentos, actividades e serviços de alojamento e animação turística e ambiental realizados e prestados em zonas integradas em áreas classificadas ou noutras áreas com valores naturais.

TN5 - «Turismo de Natureza - 5»: produto turístico, composto por estabelecimentos, actividades e serviços de alojamento e animação turística e ambiental realizados e prestados em zonas integradas na Rede Nacional de Áreas Protegidas, adiante designadas por áreas protegidas.

TN6 - «Turismo de Natureza - 6»: o produto turístico integrado e diversificado que promove a descoberta, contemplação e fruição do património natural, arquitectónico, paisagístico e cultural, composto pelos empreendimentos turísticos, actividades de turismo de natureza e actividades de desporto de natureza, reconhecidas como tal pelo ICNB, IP, no quadro da legislação em vigor e prestado em áreas classificadas.

PI - «Percurso interpretativo»: caminho ou trilho devidamente sinalizado que tem como finalidade proporcionar ao visitante, através do contacto com a natureza, conhecimento dos valores naturais e culturais das áreas protegidas.

PG - «Plano de Gestão»: projecto cujo objectivo é optimizar a utilização dos recursos de um dado território, definindo as suas formas de utilização.

V - «Visitação»: acto turístico que tem por objectivo, através do contacto com a natureza, a fruição e o conhecimento dos valores do património natural e cultural do PNPG e da sua região.

ANEXO 2 - Regulamentação das ATN
através dos POAPS

ANEXO 2 - Regulamentação das ATN através dos POAPS

<i>AP</i>	<i>ACTOS E ACTIVIDADES A DESENVOLVER E A PROMOVER</i>	<i>ACTOS E ACTIVIDADES CONDICIONADAS</i>	<i>ACTOS E ACTIVIDADES INTERDITOS/ INTERDIÇÕES E RESTRIÇÕES</i>	<i>USOS E ACTIVIDADES</i>
<i>PNPG</i>	<p>- A divulgação do património e dos recursos naturais e culturais, de forma compatível com a sua conservação, nomeadamente através do acolhimento, recreio orientado, informação e educação ambiental e projectos integrados no Programa Nacional de Turismo da Natureza;</p> <p>o) O voluntariado ambiental, nacional e internacional, direccionados para acções de apoio às actividades de gestão e conservação da natureza, monitorização, investigação científica e sensibilização ambiental;</p> <p>- A participação das populações locais no planeamento, gestão e conhecimento do património natural e cultural do território do PNPG.</p>	<p>- A instalação de quaisquer estruturas e infra-estruturas turísticas, desportivas ou de lazer, incluindo equipamento e sinalização, e o licenciamento e instalação de novos estabelecimentos comerciais ou industriais;</p> <p>- A realização de mercados, feiras e festivais ou novas romarias;</p> <p>- A prática de actividades desportivas e recreativas não motorizadas, designadamente alpinismo, escalada ou montanhismo, e de actividades turísticas susceptíveis de deteriorarem os valores naturais, nomeadamente quando integrem mais de 15 participantes, bem como a realização de eventos desportivos ou recreativos, excepto em equipamentos existentes, como campos de futebol, piscinas, centros hípicas ou pavilhões polidesportivos;</p> <p>- A instalação, afixação, inscrição ou pintura mural de mensagens de publicidade ou propaganda, temporárias ou permanentes, de cariz comercial ou não, incluindo a colocação de meios amovíveis;</p> <p>- A pernoita, quando associada a uma actividade de pedestrianismo;</p> <p>- O sobrevoos de aeronaves com motor abaixo de 1000 pés, salvo por razões de fiscalização, vigilância ou combate a incêndios e em operações de salvamento;</p>	<p>- A prática de actividades desportivas ou recreativas motorizadas, nomeadamente passeios e raids organizados de veículos todo-o-terreno, de motociclos, de ciclomotores e similares, bem como a motonáutica e demais formas de navegação a motor, com excepção das expressamente admitidas neste diploma ou nos planos de ordenamento das albufeiras;</p> <p>- A prática de campismo ou caravanismo fora dos locais para tal destinados, bem como a pernoita fora das condições autorizadas;</p> <p>- A utilização comercial ou publicitária de referências ao PNPG, incluindo filmagens ou fotografias para esse fim, salvo em produtos ou serviços devidamente credenciados pelo ICNB, I.P., na promoção de alojamentos e estabelecimentos de restauração ou similares licenciados no território do PNPG e na promoção do território do PNPG por entidades públicas;</p>	<p>- Actividades desportivas e recreativas;</p>

ANEXO 2 - Regulamentação das ATN através dos POAPS (continuação)

<i>AP</i>	ACTOS E ACTIVIDADES A DESENVOLVER E A PROMOVER	ACTOS E ACTIVIDADES CONDICIONADAS	ACTOS E ACTIVIDADES INTERDITOS/ INTERDIÇÕES E RESTRIÇÕES	USOS E ACTIVIDADES
<i>PNA</i>	<ul style="list-style-type: none"> - A definição, divulgação, sinalização e gestão de actividades recreativas, entendidas como as actividades de lazer, desporto de natureza ou de desporto motorizado, quando realizadas em regime individual ou colectivo; - A elaboração da carta de desporto de natureza e respectivo regulamento, nos termos do artigo 6.º do Decreto Regulamentar n.º 18/99, de 27 de Agosto, alterado pelo Decreto Regulamentar n.º 17/2003, de 10 de Outubro. 	<ul style="list-style-type: none"> - A realização de actividades desportivas motorizadas, mesmo quando praticadas em vias pavimentadas; - A realização de competições desportivas de qualquer natureza, mediante a apresentação dos locais de prática, estacionamento de público, número previsto de participantes e espectadores, estacionamento de veículos, duração, data e período do dia, incluindo competições desportivas envolvendo veículos motorizados, incluindo veículos todo-o-terreno; - O sobrevoio abaixo de 1000 pés de aeronaves com motor, salvo por razões de vigilância ou combate a incêndios e operações de salvamento; - A instalação de parques de campismo associados a projectos de turismo de natureza; - A abertura de caminhos ou acessos, bem como a beneficiação, a ampliação ou qualquer modificação dos existentes, incluindo caminhos carreteiros; - A destruição da compartimentação existente de sebes, bem como muros de pedra, e sua substituição por soluções não tradicionais; - A abertura de trilhos equestres e de percursos pedonais, desde que não ponham em causa os objectivos de conservação da natureza; 	<ul style="list-style-type: none"> - A prática de actividades desportivas, recreativas ou de treino motorizadas fora de vias pavimentadas ou dos recintos para o efeito adequados ou de locais devidamente autorizados pelo ICNB, I. P.; - A prática de actividades desportivas e recreativas motorizadas aquáticas e aéreas; - A prática de campismo e caravanismo fora dos locais para tal destinados; 	<ul style="list-style-type: none"> - Actividades desportivas, recreativas e turísticas; - Percursos interpretativos; - Locais de estada; - Turismo de natureza;

ANEXO 2 - Regulamentação das ATN através dos POAPS (continuação)

<i>AP</i>	ACTOS E ACTIVIDADES A DESENVOLVER E A PROMOVER	ACTOS E ACTIVIDADES CONDICIONADAS	ACTOS E ACTIVIDADES INTERDITOS/ INTERDIÇÕES E RESTRIÇÕES	USOS E ACTIVIDADES
<i>PNAr</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Divulgação, sinalização e gestão dos percursos interpretativos ou outros, associados a actividades recreativas, visando o reconhecimento dos valores naturais bem como a fruição de ambiências e equipamentos locais; - Promoção e coordenação do voluntariado ambiental, nacional e internacional, direccionando-o para acções de apoio às actividades de gestão e conservação da natureza, investigação científica e sensibilização ambiental; - A promoção da educação ambiental, da divulgação e do reconhecimento dos valores naturais e do património cultural construído, bem como a fruição de valores locais, como a gastronomia e o artesanato; - Dinamização e optimização da gestão dos equipamentos existentes; 	<ul style="list-style-type: none"> - Actividades de turismo de natureza; - Prática de actividades desportivas de competição e de actividades recreativas organizadas; - Instalação de sinalética e de painéis de índole cultural ou turística, com excepção da sinalização específica decorrente das obrigações legais; - Filmagens ou fotografia para fins comerciais ou publicitários; - Sobrevoos por aeronaves com motor abaixo de 1000 pés, salvo por razões de vigilância ou combate a incêndios e de operações de salvamento; - Realização de trabalhos de investigação e divulgação científica, acções de monitorização, recuperação e sensibilização ambiental, bem como acções de salvaguarda dos valores naturais e de conservação da natureza, nos termos do artigo 25º; 	<ul style="list-style-type: none"> - A prática de campismo ou caravanismo fora dos locais para tal destinados. 	<ul style="list-style-type: none"> - Animação ambiental.

ANEXO 2 - Regulamentação das ATN através dos POAPS (continuação)

<i>AP</i>	ACTOS E ACTIVIDADES A DESENVOLVER E A PROMOVER	ACTOS E ACTIVIDADES CONDICIONADAS	ACTOS E ACTIVIDADES INTERDITOS/ INTERDIÇÕES E RESTRIÇÕES	USOS E ACTIVIDADES
PNDI	<ul style="list-style-type: none"> - O desenvolvimento de actividades turísticas que respeitem e promovam os valores naturais da região que podem ser apoiadas pelo programa de turismo da natureza e mecanismos de financiamento associados, nomeadamente o SIVETUR; - O apoio à definição, divulgação, sinalização e gestão dos percursos estabelecidos, podendo recorrer ao apoio das entidades que considere convenientes ou que se encontrem mais aptas para o efeito. 	<ul style="list-style-type: none"> - Campismo e caravanismo fora dos locais destinados a esse fim; - Sobrevoos por aeronaves com motor abaixo dos 1000 pés, salvo por razões de vigilância ou combate a incêndios e operações de salvamento; - Provas de pesca desportiva de competição e aquicultura; - Prática de actividades desportivas ou recreativas; - Destruição de muros de pedra e sebes vivas dos campos agrícolas em extensão superior a 50 m; - Abertura de novas estradas, caminhos ou acessos (excepto os situados exclusivamente em zonas agricultadas), bem como o alargamento de vias existentes; - Os actos e actividades referidos no n.º 1 não carecem de parecer ou autorização da comissão directiva desde que efectuados dentro dos limites dos perímetros urbanos aprovados. 	<ul style="list-style-type: none"> - A prática de actividades desportivas motorizadas fora das estradas, caminhos municipais, arrifes ou aceiros ou locais devidamente autorizados; - A realização de competições desportivas motorizadas fora dos perímetros urbanos ou locais devidamente autorizados; 	<ul style="list-style-type: none"> - Competições desportivas; - Actividades recreativas; - Percursos; - Outras actividades de animação turística.

ANEXO 2 - Regulamentação das ATN através dos POAPS (continuação)

<i>AP</i>	ACTOS E ACTIVIDADES A DESENVOLVER E A PROMOVER	ACTOS E ACTIVIDADES CONDICIONADAS	ACTOS E ACTIVIDADES INTERDITOS/ INTERDIÇÕES E RESTRIÇÕES	USOS E ACTIVIDADES
<i>PNLN</i>	<ul style="list-style-type: none"> - O turismo de natureza que potencie a correcta fruição dos valores naturais do PNLN e promova o desenvolvimento sustentável da região; - A promoção das actividades económicas tradicionais de base regional que respeitem e promovam os valores naturais da região, numa óptica de desenvolvimento sustentável; - A divulgação, sinalização e gestão dos percursos interpretativos ou outros, associados a actividades recreativas, desportivas, culturais ou educativas, visando o reconhecimento dos valores naturais, bem como a fruição de ambiências e equipamentos locais; n) A educação ambiental, divulgação e reconhecimento dos valores naturais e socioculturais, contribuindo para o reconhecimento do valor do PNLN e sensibilizando para a necessidade da sua protecção, especialmente entre as populações residentes na região; - O ordenamento das infra -estruturas e actividades susceptíveis de gerar impactes negativos, condicionando--as ao cumprimento de medidas de minimização dos impactes; 	<ul style="list-style-type: none"> - A instalação e ampliação de parques de campismo e caravanismo, equipamentos de lazer e recreio, explorações agro -pecuárias e agro - industriais, estufas, projectos de irrigação ou de tratamento de águas residuais e estaleiros temporários ou permanentes; - A abertura de novas estradas, caminhos ou acessos e o alargamento ou qualquer modificação das vias existentes, bem como obras de manutenção e conservação que impliquem a destruição significativa do coberto vegetal, excepto se enquadrados nas acções previstas no Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios; - A realização de competições desportivas ou de demonstração; - A instalação de sinalética e de painéis de índole cultural ou turística, com excepção da sinalização específica decorrente de obrigações legais; 	<ul style="list-style-type: none"> - A prática de desportos motorizados terrestres fora das estradas, dos caminhos municipais ou florestais e dos arrifes ou aceiros; - O sobrevoo de aeronaves com motor abaixo de 1000 pés, salvo por razões de vigilância e combate a incêndios, operações de salvamento, treino militar e trabalhos científicos autorizados pelo ICNB, I. P.; - O sobrevoo por meios aéreos de desporto e recreio fora dos canais de atravessamento autorizados; - A prática de campismo ou caravanismo fora dos locais destinados para o efeito; - A circulação de quaisquer veículos fora das estradas e caminhos existentes, com excepção dos tractores e máquinas agrícolas e veículos de carga quando ao serviço de explorações agrícolas, pecuárias ou florestais sitas na área do PNLN, quando em actividades de recolha de sargaço ou em actividades de recolha de embarcações de pesca ou quando em acções de vigilância, fiscalização, combate a incêndios florestais e limpeza de praias; 	<ul style="list-style-type: none"> - Turismo de natureza;

ANEXO 2 - Regulamentação das ATN através dos POAPS (continuação)

<i>AP</i>	ACTOS E ACTIVIDADES A DESENVOLVER E A PROMOVER	ACTOS E ACTIVIDADES CONDICIONADAS	ACTOS E ACTIVIDADES INTERDITOS/ INTERDIÇÕES E RESTRIÇÕES	USOS E ACTIVIDADES
<i>PNM</i>	<ul style="list-style-type: none"> - A divulgação, sinalização e gestão dos percursos interpretativos ou outros, associados a actividades recreativas, visando o reconhecimento dos valores naturais e culturais, bem como a fruição de ambiências e equipamentos locais; - O voluntariado ambiental, nacional e internacional, direccionados para acções de apoio às actividades de gestão e conservação da natureza, investigação científica e sensibilização ambiental; - A educação ambiental, divulgação e reconhecimento dos valores naturais e do património cultural, bem como a fruição de valores locais, direccionando acções junto da população local, da população escolar, dos visitantes e do movimento associativo; - A dinamização e optimização da gestão dos equipamentos existentes; - As actividades turísticas que respeitem os valores naturais; 	<ul style="list-style-type: none"> - A fotografia ou filmagem profissional para fins comerciais ou publicitários em espaços públicos; - Instalação de sinalética e de painéis de índole cultural ou turística, com excepção da sinalização específica decorrente das obrigações legais; - Instalação, afixação, inscrição ou pintura mural de mensagens de publicidade, temporária ou permanente, incluindo a colocação de meios amovíveis; - A realização de competições desportivas, espectáculos, festas populares, feiras e mercados; 	<ul style="list-style-type: none"> - A circulação, com qualquer veículo motorizado, fora das estradas, caminhos e aceiros, salvaguardando -se a decorrente da normal actividade de exploração agrícola ou florestal e situações de emergência resultantes da necessária utilização de veículos de combate a incêndios, de salvamento, de vigilância e fiscalização; - As competições desportivas motorizadas de qualquer natureza realizadas fora das estradas asfaltadas; - O sobrevoos de aeronaves com motor abaixo de 1000 pés, salvo por razões de vigilância e combate a incêndios, operações de salvamento e trabalhos científicos autorizados pelo ICNB, I. P., e ainda na área de servidão aeronáutica do aeródromo de Bragança; - A prática de campismo ou caravanismo fora dos locais para tal destinados; 	<ul style="list-style-type: none"> - Turismo de natureza.

ANEXO 2 - Regulamentação das ATN através dos POAPS (continuação)

<i>AP</i>	ACTOS E ACTIVIDADES A DESENVOLVER E A PROMOVER	ACTOS E ACTIVIDADES CONDICIONADAS	ACTOS E ACTIVIDADES INTERDITOS/ INTERDIÇÕES E RESTRIÇÕES	USOS E ACTIVIDADES
<i>PNRF</i>	<ul style="list-style-type: none"> - A regulação das instalações e actividades susceptíveis de gerar impactes negativos, ordenando a sua implantação e funcionamento e condicionando -as ao cumprimento de medidas de minimização dos impactes; - O turismo de natureza que potencie a correcta fruição dos valores naturais do Parque Natural da Ria Formosa e promova o desenvolvimento sustentável da região; - A educação ambiental e a difusão de conhecimentos dos valores naturais e sócio -culturais, visando uma maior compreensão e apoio público à gestão e à promoção do estatuto de classificação do Parque Natural da Ria Formosa; - A divulgação, sinalização e gestão dos percursos interpretativos ou outros associados a actividades recreativas, desportivas, culturais ou educativas, visando o reconhecimento dos valores naturais, bem como a fruição de ambiências e equipamentos locais; 	<ul style="list-style-type: none"> - O sobrevoo por aeronaves com motor abaixo dos 1000 pés, com excepção das acções decorrentes da vigilância, do combate a incêndios, das operações de salvamento, das actividades de defesa nacional ou da normal actividade do Aeroporto de Faro; - A prática de campismo ou caravanismo no âmbito de trabalhos de investigação científica, monitorização ou educação ambiental; - A realização de competições desportivas, espectáculos, festas populares, feiras e mercados; 	<ul style="list-style-type: none"> - A instalação de empreendimentos turísticos, excepto os que revistam a tipologia de empreendimentos de turismo da natureza; - A prática de campismo e caravanismo fora dos locais destinados a esse efeito, com excepção do previsto na alínea f) do n.º 2 do artigo 8.º; - A prática de desportos motorizados fora das estradas e dos caminhos municipais; - A circulação e estacionamento de veículos motorizados terrestres fora das vias estabelecidas ou das áreas expressamente demarcadas como áreas de estacionamento, nas áreas sujeitas aos regimes de marés, nas praias e nas dunas, com excepção de veículos de emergência e segurança ou de serviços específicos de apoio e manutenção devidamente autorizados 	<ul style="list-style-type: none"> - Turismo;

ANEXO 2 - Regulamentação das ATN através dos POAPS (continuação)

<i>AP</i>	ACTOS E ACTIVIDADES A DESENVOLVER E A PROMOVER	ACTOS E ACTIVIDADES CONDICIONADAS	ACTOS E ACTIVIDADES INTERDITOS/ INTERDIÇÕES E RESTRIÇÕES	USOS E ACTIVIDADES
<i>PNSE</i>	<ul style="list-style-type: none"> - O turismo de natureza que potencie a correcta fruição dos valores naturais do Parque Natural da Serra da Estrela e promova o desenvolvimento sustentável da região; - O desenvolvimento de actividades de animação, interpretação ambiental e desporto de natureza. 	<ul style="list-style-type: none"> - A construção ou ampliação de empreendimentos de turismo de natureza; - A instalação e ampliação de equipamentos de lazer e recreio; - O sobrevoo por aeronaves com motor abaixo dos 1000 pés, com excepção das acções de vigilância, de combate a incêndios, das operações de salvamento e das actividades de defesa nacional. - A prática de actividades recreativas organizadas; - A realização de competições desportivas, desde que previstas no calendário nacional ou internacional das respectivas federações; - A instalação de qualquer tipo de sinalização, com excepção da resultante de imposição legal; 	<ul style="list-style-type: none"> - A instalação de empreendimentos turísticos, excepto os que revistam a tipologia de empreendimentos de turismo da natureza; - A realização de competições desportivas envolvendo veículos motorizados, excepto nos casos previstos na alínea i) do n.º 2 do artigo 8.º; 1) A circulação e estacionamento de veículos motorizados terrestres fora dos acessos rodoviários ou das áreas expressamente demarcadas como áreas de estacionamento, com excepção de veículos de emergência e segurança, dos tractores e máquinas agrícolas e veículos de carga quando ao serviço de explorações agrícolas, pecuárias, florestais e industriais sitas na área do Parque Natural da Serra da Estrela; - A prática de campismo ou caravanismo fora dos locais destinados a esse efeito; - A prática de actividades recreativas organizadas; - A realização de competições desportivas, desde que previstas no calendário nacional ou internacional das respectivas federações; - A instalação de qualquer tipo de sinalização, com excepção da resultante de imposição legal; - A realização de trabalhos de investigação científica e monitorização, de acções de conservação da natureza ou de recuperação ambiental; 	

ANEXO 2 - Regulamentação das ATN através dos POAPS (continuação)

<i>AP</i>	ACTOS E ACTIVIDADES A DESENVOLVER E A PROMOVER	ACTOS E ACTIVIDADES CONDICIONADAS	ACTOS E ACTIVIDADES INTERDITOS/ INTERDIÇÕES E RESTRIÇÕES	USOS E ACTIVIDADES
<i>PNSSM</i>	<p>- A elaboração de uma carta de desporto da natureza e respectivo regulamento, devendo conter as regras e orientações relativas a cada modalidade desportiva, incluindo, designadamente, os locais e as épocas do ano em que as mesmas podem ser praticadas, bem como a respectiva capacidade de carga;</p> <p>- A promoção da educação ambiental, da divulgação e reconhecimento dos valores naturais e do património cultural construído, bem como a fruição de valores locais como a gastronomia e o artesanato;</p> <p>- A definição, divulgação, sinalização e gestão dos percursos associados às actividades recreativas;</p>		<p>- Realização de competições desportivas envolvendo veículos motorizados fora de vias pavimentadas ou dos recintos para o efeito adequados;</p> <p>- Prática de campismo e caravanismo fora dos locais para tal destinados;</p>	<p>- Competições desportivas</p> <p>- Actividades recreativas;</p> <p>- Percursos;</p> <p>- Locais de estada;</p> <p>- <i>Turismo.</i></p>

ANEXO 2 - Regulamentação das ATN através dos POAPS (continuação)

<i>AP</i>	ACTOS E ACTIVIDADES A DESENVOLVER E A PROMOVER	ACTOS E ACTIVIDADES CONDICIONADAS	ACTOS E ACTIVIDADES INTERDITOS/ INTERDIÇÕES E RESTRIÇÕES	USOS E ACTIVIDADES
<i>PNSAC</i>	<ul style="list-style-type: none"> - O turismo de natureza que potencie a correcta fruição dos valores naturais do PNSAC e promova o desenvolvimento sustentável da região; -O uso público dos espaços naturais através da divulgação, sinalização e gestão dos percursos interpretativos ou outros, associados a actividades recreativas, desportivas, culturais ou educativas, visando o reconhecimento dos valores naturais, bem como a fruição de ambiências e equipamentos locais; - A educação ambiental, divulgação e reconhecimento dos valores naturais e socioculturais, bem como a fruição de valores locais como a gastronomia e a paisagem, contribuindo para o reconhecimento do valor do PNSAC e sensibilizando para a necessidade da sua protecção, especialmente entre as populações residentes na região; - As acções de informação e formação com os intervenientes no território, criando condições para o desenvolvimento de uma gestão participada. 	<ul style="list-style-type: none"> - A instalação ou ampliação de empreendimentos de turismo de natureza; - A instalação e ampliação de equipamentos de lazer e recreio; - A visitação e a entrada nas cavidades cársticas; - A organização de competições desportivas não motorizadas; 	<ul style="list-style-type: none"> - As competições desportivas motorizadas; - A instalação e a ampliação de empreendimentos turísticos, excepto dos que revistam a tipologia de empreendimentos de turismo de natureza e a ampliação dos empreendimentos turísticos existentes à data de entrada em vigor do POPNSAC; - A prática de campismo ou caravanismo fora dos locais destinados para o efeito; - A instalação, afixação, inscrição ou pintura mural de mensagens de publicidade ou propaganda, temporária ou permanente, incluindo a colocação de meios amovíveis, com excepção da publicidade localizada em áreas não sujeitas a regime de protecção e da sinalização de interesse público, designadamente em vias rodoviárias; - O sobrevoo de aeronaves com motor abaixo de 1000 pés , salvo por razões de vigilância e combate a incêndios, operações de salvamento, treino militar e trabalhos científicos autorizados pelo ICNB; 	<ul style="list-style-type: none"> - Turismo de Natureza;

ANEXO 2 - Regulamentação das ATN através dos POAPS (continuação)

<i>AP</i>	ACTOS E ACTIVIDADES A DESENVOLVER E A PROMOVER	ACTOS E ACTIVIDADES CONDICIONADAS	ACTOS E ACTIVIDADES INTERDITOS/ INTERDIÇÕES E RESTRIÇÕES	USOS E ACTIVIDADES
<i>PNSC</i>	<ul style="list-style-type: none"> - O apoio à definição, divulgação, sinalização e gestão dos percursos estabelecidos, podendo recorrer ao apoio das entidades que considere convenientes ou que se encontrem mais aptas para o efeito; - A promoção da educação ambiental, da divulgação e do reconhecimento dos valores naturais e do património cultural construído, bem como a fruição de valores locais, como a gastronomia e o artesanato 	<ul style="list-style-type: none"> - Sobrevoos por aeronaves com motor abaixo de 1000 pés, salvo por razões de vigilância ou combate a incêndios e de operações de salvamento; - Filmagens ou fotografia para fins comerciais ou publicitários; - Instalação de sinalética e de painéis de índole cultural ou turística, com excepção da sinalização específica decorrente das obrigações legais; - A prática de caravanismo fora dos locais para tal destinados; - Prática de actividades desportivas de competição e de actividades recreativas organizadas, salvo as interditas nos termos do artigo anterior; 	<ul style="list-style-type: none"> - A prática de actividades desportivas ou recreativas motorizadas susceptíveis de provocarem poluição ou ruído ou de deteriorarem os factores naturais da área, nomeadamente passeios e raids organizados de veículos todo-o-terreno fora das estradas e dos caminhos municipais; - A realização de competições desportivas envolvendo veículos motorizados fora das vias pavimentadas ou dos recintos para o efeito adequados, exceptuando as existentes à data da entrada em vigor do POPNSC; - A prática de actividades turísticas e recreativas motorizadas aquáticas susceptíveis de provocar poluição ou ruído e deteriorar os factores naturais no PNSC; - A prática de caravanismo fora dos locais para tal destinados; 	<ul style="list-style-type: none"> - Animação ambiental; - Turismo.

ANEXO 2- Regulamentação das ATN através dos POAPS (continuação)

<i>AP</i>	ACTOS E ACTIVIDADES A DESENVOLVER E A PROMOVER	ACTOS E ACTIVIDADES CONDICIONADAS	ACTOS E ACTIVIDADES INTERDITOS/ INTERDIÇÕES E RESTRIÇÕES	USOS E ACTIVIDADES
<i>PNTI</i>	<ul style="list-style-type: none"> - O apoio e o fomento do desenvolvimento sustentável através da promoção dos produtos tradicionais de base regional e do desenvolvimento de actividades turísticas que respeitem e promovam os valores naturais da região; - O turismo de natureza que potencie a correcta fruição dos valores locais do PNTI; - O apoio à definição, divulgação, sinalização e gestão de percursos; - A educação ambiental e o reconhecimento dos valores naturais e do património cultural construído, bem como a fruição de valores locais como a paisagem, a gastronomia e o artesanato; - O desenvolvimento e a promoção de trabalhos de investigação e monitorização dos valores naturais, de forma a obter permanentemente informação científica e técnica que permita o planeamento e gestão adaptativa do território; 	<ul style="list-style-type: none"> - Os passeios organizados que envolvam mais de 10 veículos motorizados quando realizados em caminhos não asfaltados; - A instalação de tendas, caravanas e outros abrigos de campismo; - A fotografia ou filmagem profissional para fins comerciais ou publicitários em espaços públicos; - A realização de competições desportivas, espectáculos, festas populares, feiras e mercados; 	<ul style="list-style-type: none"> - As competições desportivas de veículos motorizados terrestres fora das estradas asfaltadas, bem como o esqui aquático e a circulação de motos de água ou similares; - A circulação de quaisquer veículos, motorizados e não motorizados, fora das estradas e caminhos existentes, com excepção dos tractores e máquinas agrícolas e veículos de carga, quando ao serviço de explorações agrícolas, pecuárias ou florestais sitas na área do Parque Natural do Tejo Internacional ou em situações de combate a incêndios florestais; - O sobrevoo de aeronaves com motor abaixo de 1000 pés, salvo por razões de vigilância ou combate a incêndios e operações de salvamento; 	<ul style="list-style-type: none"> - Actividades desportivas e recreativas; - Turismo de natureza; - Percursos;

ANEXO 2 - Regulamentação das ATN através dos POAPS (continuação)

<i>AP</i>	ACTOS E ACTIVIDADES A DESENVOLVER E A PROMOVER	ACTOS E ACTIVIDADES CONDICIONADAS	ACTOS E ACTIVIDADES INTERDITOS/ INTERDIÇÕES E RESTRIÇÕES	USOS E ACTIVIDADES
<i>PNVG</i>		<ul style="list-style-type: none"> - Campismo e caravanismo fora dos locais destinados a esse fim; - Sobrevoos por aeronaves com motor abaixo dos 1000 pés, salvo por razões de vigilância ou combate a incêndios, operações de salvamento ou aproximação para aterragem ou descolagem de infra-estruturas aeroportuárias já aprovadas pela entidade competente; - Realização de competições desportivas; - A prática de actividades desportivas motorizadas fora das estradas, caminhos municipais, arrifes ou aceiros, quando susceptíveis de provocarem poluição ou ruído ou de deteriorarem os factores naturais da área, nomeadamente passeios e raids organizados de veículos todo-o-terreno; 	<ul style="list-style-type: none"> - A prática de actividades desportivas motorizadas fora das estradas, caminhos municipais, arrifes ou aceiros, quando susceptíveis de provocarem poluição ou ruído ou de deteriorarem os valores naturais da área, nomeadamente passeios e raids organizados de veículos todo-o-terreno; - A prática de actividades desportivas e recreativas susceptíveis de provocar poluição e ruído ou deteriorarem os valores naturais no PNVG. 	<ul style="list-style-type: none"> - Actividades desportivas; - Actividades recreativas; - Percursos.

ANEXO 2 - Regulamentação das ATN através dos POAPS (continuação)

<i>AP</i>	ACTOS E ACTIVIDADES A DESENVOLVER E A PROMOVER	ACTOS E ACTIVIDADES CONDICIONADAS	ACTOS E ACTIVIDADES INTERDITOS/ INTERDIÇÕES E RESTRIÇÕES	USOS E ACTIVIDADES
<i>APPCC</i>	<ul style="list-style-type: none"> - O turismo de natureza que potencie a correcta fruição dos valores naturais da PPAFCC e promova o desenvolvimento sustentável da região; - A definição, divulgação, sinalização e gestão dos percursos interpretativos ou outros, associados a actividades recreativas, visando o reconhecimento dos valores naturais bem como a fruição de ambiências e equipamentos locais; - A educação ambiental, divulgação e reconhecimento dos valores naturais e do património cultural, bem como a fruição de valores locais como a gastronomia e a paisagem, contribuindo para o reconhecimento do valor da PPAFCC e sensibilizando para a necessidade da sua protecção, especialmente entre as populações residentes na região; - As acções de informação e formação com os intervenientes no território, criando condições para o desenvolvimento de uma gestão participada; - A regulação das instalações e actividades susceptíveis de gerar impactes negativos, ordenando a sua implantação e funcionamento e condicionando -as ao cumprimento de medidas de minimização dos impactes; 	<ul style="list-style-type: none"> - A realização de espectáculos musicais e a utilização, no exterior, de aparelhagem de amplificação sonora; - As filmagens e as sessões fotográficas para fins comerciais ou publicitários em espaços públicos; - A venda ambulante; - A instalação, afixação, inscrição ou pintura mural de mensagens promocionais ou publicitárias, temporárias ou permanentes, incluindo a colocação de meios amovíveis; - A realização de competições desportivas, espectáculos, festas populares, feiras e mercados; 	<ul style="list-style-type: none"> - A circulação de quaisquer veículos, motorizados e não motorizados, fora das estradas e caminhos existentes e autorizados, com excepção dos tractores e máquinas agrícolas e veículos de carga quando ao serviço de explorações agrícolas ou florestais sitas na área da PPAFCC ou em situações de vigilância, fiscalização ou de combate a incêndios florestais; - As competições desportivas de veículos motorizados fora das estradas asfaltadas; - O tiro desportivo; - O sobrevoo de aeronaves com motor abaixo de 2000 pés, salvo por razões de vigilância, fiscalização ou combate a incêndios, tratamentos fitossanitários quando autorizados pelo ICNB, I. P., e operações de salvamento pelas entidades oficiais competentes; 	

ANEXO 2 - Regulamentação das ATN através dos POAPS (continuação)

<i>AP</i>	ACTOS E ACTIVIDADES A DESENVOLVER E A PROMOVER	ACTOS E ACTIVIDADES CONDICIONADAS	ACTOS E ACTIVIDADES INTERDITOS/ INTERDIÇÕES E RESTRIÇÕES	USOS E ACTIVIDADES
<i>PPSA</i>	<p>- O turismo de natureza que potencie a fruição de valores locais da Área da Paisagem Protegida da Serra do Açor, como a gastronomia e a paisagem, de modo a promover os valores naturais e culturais da região;</p> <p>- A educação ambiental e o reconhecimento dos valores naturais, paisagísticos e culturais em presença, sensibilizando para a necessidade da sua protecção, especialmente entre as populações residentes na região.</p>	<p>- A realização de competições desportivas, espectáculos, festas populares, feiras e mercados;</p> <p>- As filmagens e sessões fotográficas para fins comerciais ou publicitários em espaços públicos;</p>	<p>- O sobrevoo, abaixo de 1000 pés, de aeronaves com motor, salvo por razões de vigilância, fiscalização ou de combate a incêndios, operações de salvamento e trabalhos científicos autorizados pelo ICNB, I. P.;</p> <p>- A circulação, com quaisquer veículos motorizados, fora das estradas e caminhos municipais e florestais, com excepção dos veículos ao serviço de explorações agrícolas ou florestais sitas na área da Área da Paisagem Protegida da Serra do Açor, ou em situações de vigilância, fiscalização, socorro ou combate a incêndios florestais;</p> <p>q) A realização de competições desportivas motorizadas;</p> <p>- A prática de campismo ou caravanismo fora dos locais autorizados;</p> <p>- A instalação de quaisquer formas de publicidade.</p>	<p>- Turismo de natureza;</p> <p>- Actividades desportivas e recreativas;</p>
<i>RNPB</i>			<p>- A prática de campismo ou caravanismo;</p> <p>- O sobrevoo de aeronaves abaixo dos 1000 pés, salvo por razões de vigilância, combate a incêndios, salvamentos ou trabalhos específicos autorizados pelo ICNB, I. P.;</p> <p>- A instalação, afixação, inscrição ou pintura mural de mensagens publicitárias ou de propaganda, temporária ou permanente, de cariz comercial ou não, incluindo a colocação de meios amovíveis.</p>	

ANEXO 2 - Regulamentação das ATN através dos POAPS (continuação)

<i>AP</i>	ACTOS E ACTIVIDADES A DESENVOLVER E A PROMOVER	ACTOS E ACTIVIDADES CONDICIONADAS	ACTOS E ACTIVIDADES INTERDITOS/ INTERDIÇÕES E RESTRIÇÕES	USOS E ACTIVIDADES
<i>RNB</i>	<ul style="list-style-type: none"> - A sensibilização das entidades locais, tendo em vista a adopção de práticas adequadas de utilização dos recursos, divulgando, nomeadamente, actividades inovadoras, complementares ou alternativas, às actividades económicas tradicionais; - A divulgação, sinalização e gestão dos percursos interpretativos e outros, associados a actividades recreativas, visando o reconhecimento dos valores naturais e do património cultural, bem como a fruição de ambiências e dos equipamentos locais; - A educação ambiental, divulgação e reconhecimento dos valores naturais e do património cultural do arquipélago, bem como a fruição de valores locais, como a gastronomia, os saberes tradicionais e a paisagem; - A dinamização e optimização da gestão dos equipamentos existentes; 	<ul style="list-style-type: none"> - A realização de trabalhos de investigação e divulgação científica, acções de monitorização, recuperação e sensibilização ambiental, bem como acções de conservação da natureza e de salvaguarda dos valores naturais; - A prática de actividades desportivas, culturais e recreativas organizadas; - As filmagens ou fotografia para fins comerciais ou publicitários em espaços públicos. 	<ul style="list-style-type: none"> - A realização de competições desportivas, espectáculos, festas populares, feiras e mercados; - O sobrevoo por aeronaves com motor abaixo de 1000 pés, excepto por razões de vigilância, de combate a incêndios, para operações de busca e salvamento, militares ou acções do ICNB, I. P., bem como trabalhos científicos autorizados pelo mesmo; - A prática de foguear, excepto nas áreas com infra-estruturas destinadas para o efeito; - A pernoita e a prática de campismo fora dos locais expressamente destinados; - A circulação fora dos trilhos e caminhos existentes, com excepção da decorrente das actividades coordenadas pelo ICNB, I. P., ou devidamente autorizadas pelo mesmo, bem como das acções de fiscalização ou de segurança pública; 	<ul style="list-style-type: none"> - Actividades desportivas, turísticas, culturais e recreativas; - Turismo de natureza.

**ANEXO 3 - Ficha de Relatório de Actividades semestral
solicitada às entidades reconhecidas como TN**

FICHA DE RELATÓRIO DE ACTIVIDADES (a enviar semestralmente para a área protegida respectiva)

Ano: _____

Nome da empresa: _____

Área Protegida: _____

Mês	Dia	Nº Participantes	Designação da Actividade	Local da Actividade

ANEXO 4 - Respostas das AP em 1998
aos pedidos de informação do PNSAC,
no contexto da estudo sobre as ATA

ORDENAMENTO DO TURISMO ACTIVO NO P.N.S.A.C.

RESUMO das respostas das AP's em Fevereiro/Março de 98

RESERVA NATURAL DA SERRA DA MALCATA

- Envia lista de associações que promovem actividades de turismo activo, nomeadamente **paintball, escalada, canoagem, todo-o-terreno, passeios equestres**.

RESERVA NATURAL DO ESTUÁRIO DO TEJO

- **Actividades interditas:** sobrevôo a menos de 1000 pés, salvo vôos agrícolas no território da ZPE remanescente à RNET
- **Actividades permitidas:** vala, canoagem e windsurf; motorizadas só nas valas de navegação; em terra, só nos caminhos públicos: raids equestres, BTT, raids pedestres e orientação.
- Proposta de Portaria para o Plano de Gestão da Zona de Protecção Especial do Estuário do Tejo.

ÁREA DE PAISAGEM PROTEGIDA DO LITORAL DE ESPOSENDE

- Não possui regulamentação para as actividades referidas
- Aconselha consulta do POOC Caminha-Espinho

PARQUE NATURAL DO VALE DO GUADIANA

- Só têm dado pareceres sobre **todo-o-terreno**, tendo em atenção o percurso e as velocidades máximas admitidas.

PARQUE NATURAL DA SERRA DE S. MAMEDE

- Para as actividades referidas, é solicitada ao P.Natural, **autorização prévia**, sendo acordados os aspectos referentes a local, itinerários, limpeza dos espaços, duração da actividade, segurança, etc.

PARQUE NATURAL DE SINTRA-CASCAIS

- O regulamento do PN - D.Reg. 9/94 de 11 de Março, estabelece competências específicas por parte da Comissão Directiva do Parque, em relação à prática de **desportos motorizados, raids hípicas e montanhismo**.

PARQUE NATURAL DA RIA FORMOSA

- A **motonáutica e o esqui aquático**, carecem de autorização do Parque, ao abrigo do Artº 29 do Dec. Reg. nº2/91 do Plano de Ordenamento do P.N.R.F.
- A autorização para a utilização do domínio hídrico na área do Parque, carece de licença passada pelo Parque, conforme Artº 76 do D.L. nº46/94 de 22 de Fevereiro

PARQUE NATURAL DA SERRA DA ESTRELA

- **Actividades de ar:** não há regulamentação especial; há contactos institucionais sendo algumas destas actividades apoiadas pelo Parque, nomeadamente Asa-Delta e Parapente
- **Actividades de água:** Seguem a legislação em vigor para as actividades de lazer em albufeiras - D. Reg. nº2/88
- **Actividades na terra:** Os raids equestres começam a dar os primeiros passos com o apoio do PN, no que diz respeito aos circuitos a utilizar; para as BTT não há regulamentação especial; para a escalada, rappel, e slide, houve prévia selecção dos locais, de acordo com as ASSOCIAÇÕES; as provas de todo-o-terreno e raids motorizados são previamente autorizados pelo Parque, devendo o parecer correr através do Governo Civil; para os perc. pedestres existe a rede sinalizada com guia e mapa

PARQUE NATURAL DO ALVÃO

- O regulamento do seu PO prevê nas Actividades e actos sujeitas a autorização, no Artº 3º j) **O sobrevôo de aeronaves com motor** abaixo dos 1000 pés, com excepção das acções de vigilância..., bem como a utilização de locais de descolagem para actividades desportivas que têm como suporte o ar;
- q) A realização de **competições desportivas, motorizadas ou não**, bem como percursos por grupos motorizados não desportivos que excedam 10 unidades
- No Artº 6º - **Montanhismo e escalada**, 1- A prática de montanhismo é regulada por edita do PN; 2- Os editais referidos no nº anterior determinam os locais onde não é permitida a actividade em causa.
- No Artº 8º - A realização de **provas desportivas motorizadas** só pode ocorrer nos troços de estrada asfaltada que ligam... em termos a definir por portaria da Ministra de Ambiente; 2- Até à definição das normas referidas no nº anterior, só poderão ser realizadas anualmente duas provas desse tipo, mediante autorização da Comissão Directiva do Parque e desde que se realizem entre os meses de Junho e Outubro.

ANEXO 5 - Criação do Grupo Piloto
para a elaboração das Cartas de Desporto de Natureza
(Despacho 8/2002)



Rua da Lapa, 73
1200-701 Lisboa
Portugal

Telefone 351.1 3938900
Linha azul 351.1 3971011
Telefax 351.1 3961048

DESPACHO N.º 8/2002

Assunto: Criação de Grupo Piloto para a elaboração das Cartas de Desporto de Natureza

Tendo em conta o Decreto Regulamentar n.º 18/99, de 27 de Agosto, que regula animação ambiental, nas modalidades de animação, interpretação ambiental e desporto de natureza, e particularmente o seu artigo 6º, que estipula a obrigatoriedade de elaboração de Carta de Desporto de Natureza (CDN) para as áreas protegidas.

Tendo em conta que a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade, nas suas directivas de acção, nomeadamente a Opção 3, aponta um prazo de três anos para a elaboração das Cartas de Desporto de Natureza.

Tendo ainda em conta que algumas áreas protegidas já desenvolveram trabalhos no âmbito da regulamentação das actividades de desporto de natureza.

Determino a criação de um grupo piloto para a elaboração da Carta de Desporto de Natureza, nos seguintes termos:

- desenvolvimento de uma metodologia para a elaboração da CDN, a aplicar por todas as APs;
- articulação entre as áreas protegidas, de forma a uniformizar procedimentos, tendo em conta que algumas delas já desenvolveram trabalhos nesta matéria;
- apresentar a metodologia e dinamizar a elaboração das CDN nas APs que ainda não iniciaram os respectivos trabalhos, através da organização de um ou mais *workshops* e apoio à elaboração da CDN;
- promover a articulação com o Instituto Nacional de Desporto, Federações, Associações Desportivas e outras entidades competentes em matéria de desporto, através da realização de *Forum(s)*;
- assegurar a articulação da CDN e os Planos de Ordenamento das APs

O grupo piloto, funciona na dependência directa da Vice-Presidente signatária, e é constituído pelos seguintes funcionários:

Arqt.ª Pais, M.ª Olinda Saraiva da Costa, Ass. da Presidência, que coordena
Dr.ª Paula Bártolo, Ass. Presidência
Arqt.ª Pais, Ana Isabel Correia, PNSAC
Vig. Nat. Alcides Ribeiro, PNSAC
Dr. João Paulo Fonseca, PNSC
Dr.ª Cristina Machado, PNPG
Dr. Rui Costa, PNAr
Eng.º Armando Almeida, PNSACV
Dr. João Carlos Neves, PNSSM

P. N. S. A. C.	
ENTRADA N.º Instituto da Conservação da Natureza, em 21 de Fevereiro de 2002	
DATA	02/02/28
Ass. Presidência	S. Sec.ª Ana Isabel
Ass. Presidência	e S. V.ª Nat. Alcides
Ass. Presidência	Ribeiro
Ministério do Ambiente	VISTO
27-02-02 15:25 PARA: P. N. S. A. C.	
O DIRECTOR	

A Vice-Presidente

M.ª João Burnay

DE: 351 213901048

P. 02

**ANEXO 6 - Grupos de Trabalho
para elaboração das CDN na RNAP**

CONSTITUIÇÃO DE GRUPOS DE TRABALHO / TÉCNICOS RESPONSÁVEIS PARA A ELABORAÇÃO DA CARTA DE DESPORTO DE NATUREZA

GRUPO – A

- **Parque Nacional da Peneda-Gêres – Cristina Machado e Carla Rodrigues**
- Parque Natural de Montesinho – Susana Abrantes
- Parque Natural do Alvão – Luísa Moura
- Parque Natural do Douro Internacional – Maria José Morais
- Paisagem Protegida do Corno de Bico – Mário Pedro Sousa
- Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo – Alcídio Baltazar
- Paisagem Protegida da Lagoa de Bertandos e S. Pedro de Arcos – Gonçalves Rodrigues

GRUPO – B

- **Parque Natural da Serra de S. Mamede – João Carlos Neves**
- Parque Natural da Serra da Estrela – Angelina Barbosa
- Reserva Natural da Serra da Malcata – Maria Manuela Fernandes
- Parque Natural do Tejo Internacional – Otilia Rodrigues
- Parque Natural do Vale do Guadiana – Ana Cristina Cardoso

GRUPO – C

- **Parque Natural das Serras de Aires e Candeeiros – Ana Isabel Correia**
- Parque Natural de Sintra Cascais – Anabela Pascoal e José Manuel Laranjo
- Paisagem Protegida da Serra de Montejunto – Paulo Marques
- Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica – Manuel Alves Dias
- Paisagem Protegida do Litoral de Esposende – Raquel Cardoso
- Reserva Natural das Dunas de S. Jacinto - Maria Manuela Direito
- Paisagem Protegida da Serra do Açor- Maria Manuela Direito
- Reserva Natural do Paul de Arzila - Maria Manuela Direito
- Reserva Natural do Paul do Boquilobo – não foi nomeado

GRUPO – D

- **Parque Natural da Arrábida – Rui Costa**
- Reserva Natural do Estuário de Sado – Rui Costa
- Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina – Armando Almeida
- Reserva Natural do Estuário do Tejo – Helena Silva Pinto
- Reserva Natural da Berlenga – António Teixeira
- Reserva Natural das Lagoas de Stº André e Sancha – Sandro Nóbrega
- Parque Natural da Ria Formosa – Paula Noronha
- Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e Vila Real de Stº António – Ana Xavier

Nota: a negrito estão representados os coordenadores dos grupos

ANEXO 7 - Matriz de compatibilidades
Actividades de Turismo de Natureza / Zonas (PO)

CARTA DE DESPORTO DE NATUREZA



PONTO DE SITUAÇÃO

Maio de 2002

MATRIZ DE COMPATIBILIDADES - Actividades de Turismo de Natureza/Zonas (PO)

MATRIZ DE COMPATIBILIDADES

ACTIVIDADES	P.P.	B.T.T.	T.T.	Escalada	Parapente	Espeleologia	Passeios de Burro	B Watching	Caça
Urbana/Industrial	2	2	3	2	4	2	2	2	4
Agrícola	1	1	2	2	2	2	1	1	3
Povoamentos de produção	2	2	2	2	4	2	2	2	3
Matas de protecção	2	2	3	2	4	2	2	1	3
Olival	1	2	3	2	3	2	1	1	3
Matos altos	2	2	3	2	2	2	2	2	3
Matos rasteiros	1	2	3	2	2	2	1	1	3
Conservação fauna	3	3	4	3	3	3	3	3	3
Conservação vegetação	3	3	3	3	3	3	3	3	3
Interesse geológico	1	2	2	2	2	2	2	2	2

LEGENDA

- 1 – potenciadora
- 2 – compatível
- 3 – condicionada
- 4 – incompatível

Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros

ANEXO 8 - Matriz de compatibilidades. ATN

CARTA DE DESPORTO DE NATUREZA



PONTO DE SITUAÇÃO

Maio de 2002

MATRIZ DE COMPATIBILIDADES - Actividades de Turismo de Natureza

MATRIZ DE COMPATIBILIDADES

ACTIVIDADES	P.P.	B.T.T.	T.T.	Escalada	Parapente	Espeleologia	Passeios de Burro	B Watching
B.T.T.	3							
T.T.	4	4						
Escalada	2	2	2					
Parapente	2	2	2	2				
Espeleologia	1	2	2	2	2			
P. Burro	2	3	4	2	2	3		
Bird Watching	2	3	4	3	3	3	3	
Caça	3	3	3	3	4	3	3	3

LEGENDA

- 1 – potenciadora
- 2 – compatível
- 3 – condicionada
- 4 – incompatível

